

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	17
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	49
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	132
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	136
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	137
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	139
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	140
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	141

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	407.904.353
Preferenciais	0
Total	407.904.353
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.606.239
Preferenciais	0
Total	1.606.239

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	16.594.673	16.045.650
1.01	Ativo Circulante	2.439.746	1.886.852
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.005	1.066.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	168.758	159.035
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	168.758	159.035
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	3.704	3.749
1.01.06.01.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	165.054	155.286
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.126.983	660.887
1.01.08.03	Outros	2.126.983	660.887
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	105.489	0
1.01.08.03.02	Recebíveis de partes relacionadas	31.571	48.508
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	126.056	142.856
1.01.08.03.04	Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487
1.01.08.03.05	Outros ativos	123.070	275.637
1.01.08.03.06	Títulos e valores mobiliários	54.079	123.399
1.02	Ativo Não Circulante	14.154.927	14.158.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.013.230	1.251.593
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	6.987
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	6.987
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.013.230	1.244.606
1.02.01.09.03	Outros ativos	73.732	483.355
1.02.01.09.04	Recebíveis de partes relacionadas	158.655	189.968
1.02.01.09.05	Outros tributos a recuperar	38.926	36.708
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	283.041	269.928
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	458.876	264.647
1.02.02	Investimentos	13.113.980	12.879.007
1.02.02.01	Participações Societárias	13.113.980	12.879.007
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.601.411	2.713.044
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.512.569	10.165.963
1.02.03	Imobilizado	22.503	21.577
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.503	21.577
1.02.04	Intangível	5.214	6.621
1.02.04.01	Intangíveis	5.214	6.621
1.02.04.01.02	Intangíveis e ágios	5.214	6.621

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	16.594.673	16.045.650
2.01	Passivo Circulante	1.074.408	472.635
2.01.02	Fornecedores	3.713	3.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	199.100	83.728
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	199.100	83.728
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	531	1.294
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	198.569	82.434
2.01.05	Outras Obrigações	871.595	385.577
2.01.05.02	Outros	871.595	385.577
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	338.985	23.274
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	9.800
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	27.642	24.100
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	470.703	306.806
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	34.265	21.597
2.02	Passivo Não Circulante	6.073.595	6.607.409
2.02.02	Outras Obrigações	5.800.427	6.607.409
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.463.476	3.872.619
2.02.02.02	Outros	2.336.951	2.734.790
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.442.680	1.769.427
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	105.302	248.693
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	143.320	136.720
2.02.02.02.06	Provisão para demanda judicial	314.791	287.296
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-empregos	152	163
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	237.883	292.491
2.02.02.02.09	Investimentos com passivo a descoberto	92.823	0
2.02.03	Tributos Diferidos	273.168	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	273.168	0
2.03	Patrimônio Líquido	9.446.670	8.965.606
2.03.01	Capital Social Realizado	3.999.075	3.824.648
2.03.02	Reservas de Capital	585.407	921.352
2.03.02.04	Opções Outorgadas	699.820	956.318
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-114.413	-34.966
2.03.04	Reservas de Lucros	4.917.834	4.515.529
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-55.646	-295.923
2.03.08.01	Outros componentes do patrimônio líquido	-55.646	-295.923

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.797.134	1.546.729
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.224	-134.933
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	926.147	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-86.021
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	998.211	1.767.683
3.04.06.01	Equivalência patrimonial em associadas	1.109.844	1.875.845
3.04.06.02	Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	-111.633	-108.162
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.797.134	1.546.729
3.06	Resultado Financeiro	-190.943	-792.012
3.06.01	Receitas Financeiras	562.961	1.212.991
3.06.01.01	Receita Financeira	377.302	384.590
3.06.01.02	Variação cambial	0	828.401
3.06.01.03	Derivativos	185.659	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-753.904	-2.005.003
3.06.02.01	Despesas financeiras	-691.178	-744.408
3.06.02.02	Variação cambial	-62.726	0
3.06.02.03	Derivativos	0	-1.260.595
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.606.191	754.717
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-290.867	357.425
3.08.01	Corrente	-7.158	-15.008
3.08.02	Diferido	-283.709	372.433
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.315.324	1.112.142
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-76.057
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-76.057
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.315.324	1.036.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,19833	2,55021
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,19249	2,48802

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.315.324	1.036.085
4.02	Outros Resultados Abrangentes	179.645	-111.232
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	-25.035	72.399
4.02.02	Ganho (perda) com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	204.611	46.605
4.02.03	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	4.176	-65
4.02.04	Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	9.000	6.000
4.02.05	(Perdas) atuariais de plano de benefícios definido	-13.107	-36.140
4.02.07	Realização do valor justo de propriedade para investimento	0	-190.735
4.02.08	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	-9.296
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.494.969	924.853

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.643	-415.565
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-51.021	-77.088
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.606.191	754.717
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.832	6.542
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-1.109.844	-1.875.845
6.01.01.04	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	111.633	108.162
6.01.01.05	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	40	0
6.01.01.06	Opção de ações outorgadas	9.033	8.369
6.01.01.08	Provisão para Realização de Impostos	72.816	66.759
6.01.01.09	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.827	-273
6.01.01.10	Outros	265.654	837.475
6.01.01.11	Provisão de bônus e participação no resultado	24.763	17.006
6.01.01.12	Cessão de direitos creditórios	-1.039.966	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	149.664	-338.477
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-30.029	-15.212
6.01.02.03	Partes relacionadas	-88.538	-325.264
6.01.02.04	Fornecedores	-1.696	1.245
6.01.02.05	Ordenados e salários a pagar	-24.462	-10.036
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais	-2.452	-145
6.01.02.07	Outros tributos a pagar	24.558	-10.898
6.01.02.08	Outros ativos e passivos, líquidos.	271.532	20.944
6.01.02.10	Depósito judicial	751	889
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.126.170	2.032.424
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-101.271	-223.370
6.02.02	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	197.210	80.085
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-6.528	-1.910
6.02.04	Aplicação em título e valores mobiliários	81.570	-120.367
6.02.05	Dividendos recebidos de controladas e associadas	1.276.237	1.494.551
6.02.07	Partes relacionadas	0	11.338
6.02.08	Outros ativos financeiros	-321.048	-186.052
6.02.09	Aquisição de participações de não controladores	0	-54.122
6.02.10	Caixa recebido de venda de operações descontinuadas	0	1.032.271
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.147.738	-1.280.978
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	0	-335.170
6.03.03	Pagamento de juros s/ empréstimos e financiamentos	0	-11.914
6.03.04	Partes relacionadas	-651.615	0
6.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	-260.201	-129.183
6.03.06	Opções de ações exercidas	33.135	33.359
6.03.07	Dividendos pagos	-376.679	-866.834
6.03.08	Recompra de ações próprias	-79.447	0
6.03.09	Subscrição de acionistas não controladores	20.375	28.764
6.03.10	Subscrição de acionistas não controladores	-833.306	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-922.925	335.881
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.066.930	731.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício
		01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.005	1.066.930

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	174.427	-64.258	-539.998	-312.389	0	-742.218
5.04.01	Aumentos de Capital	174.427	-14.427	-160.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.601	0	0	0	9.601
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-79.447	0	0	0	-79.447
5.04.06	Dividendos	0	0	-379.998	-312.389	0	-692.387
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-13.120	0	0	0	-13.120
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.135	0	0	0	33.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-60.632	1.315.324	240.277	1.494.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.315.324	0	1.315.324
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-60.632	0	240.277	179.645
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-25.035	-25.035
5.05.02.06	Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	0	0	-60.632	0	69.632	9.000
5.05.02.07	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	204.611	204.611
5.05.02.08	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-13.107	-13.107
5.05.02.09	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	4.176	4.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-271.687	1.002.935	-1.002.935	0	-271.687
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-271.687	0	0	0	-271.687
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	65.766	-65.766	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	937.169	-937.169	0	0
5.07	Saldos Finais	3.999.075	585.407	4.917.834	0	-55.646	9.446.670

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.822.725	896.632	4.311.522	0	-184.691	8.846.188
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-165.421	0	0	-165.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.822.725	896.632	4.146.101	0	-184.691	8.680.767
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.923	26.832	169.397	-1.036.085	0	-837.933
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923	-1.923	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.369	0	0	0	8.369
5.04.06	Dividendos	0	0	-476.688	-390.000	0	-866.688
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-12.973	0	0	0	-12.973
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.359	0	0	0	33.359
5.04.10	Constituição de reserva estatutária	0	0	646.085	-646.085	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	200.031	1.036.085	-111.232	1.124.884
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.036.085	0	1.036.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	200.031	0	-111.232	88.799
5.05.02.06	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	46.605	46.605
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	72.399	72.399
5.05.02.08	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-36.140	-36.140
5.05.02.09	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	0	0	0	0	6.000	6.000
5.05.02.10	Realização do valor justo de propriedade para Investimento	0	0	190.735	0	-190.735	0
5.05.02.11	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	0	9.296	0	-9.296	0
5.05.02.12	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	-65	-65
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.112	0	0	0	-2.112
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-2.112	0	0	0	-2.112
5.07	Saldos Finais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.007.455	3.640
7.01.02	Outras Receitas	1.007.455	3.640
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-127.683	-151.373
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-127.683	-151.373
7.03	Valor Adicionado Bruto	879.772	-147.733
7.04	Retenções	-6.832	-6.542
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.832	-6.542
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	872.940	-154.275
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.498.446	2.904.616
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	998.211	1.767.683
7.06.02	Receitas Financeiras	500.235	1.212.990
7.06.03	Outros	0	-76.057
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	0	-76.057
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.371.386	2.750.341
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.371.386	2.750.341
7.08.01	Pessoal	59.365	52.418
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	302.272	-348.739
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	694.425	2.010.577
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.315.324	1.112.142
7.08.04.02	Dividendos	692.387	866.688
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	622.937	245.454
7.08.05	Outros	0	-76.057
7.08.05.02	Resultado com operação descontinuada	0	-76.057

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	28.539.273	27.299.829
1.01	Ativo Circulante	7.780.048	6.303.857
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.150.328	3.990.930
1.01.03	Contas a Receber	918.423	713.468
1.01.03.01	Clientes	918.423	713.468
1.01.04	Estoques	380.770	346.173
1.01.06	Tributos a Recuperar	375.271	290.386
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	375.271	290.386
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	118.174	94.806
1.01.06.01.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	257.097	195.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.955.256	962.900
1.01.08.03	Outros	2.955.256	962.900
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	700.035	371.167
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	317.102	17.771
1.01.08.03.03	Recebíveis de partes relacionadas	55.597	50.257
1.01.08.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13.114	142.856
1.01.08.03.06	Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487
1.01.08.03.07	Outros ativos	182.690	310.362
1.02	Ativo Não Circulante	20.759.225	20.995.972
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.289.091	2.531.998
1.02.01.03	Contas a Receber	32.278	40.501
1.02.01.03.01	Clientes	32.278	40.501
1.02.01.06	Tributos Diferidos	474.804	330.212
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	474.804	330.212
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.782.009	2.161.285
1.02.01.09.03	Recebíveis de partes relacionadas	151.669	208.853
1.02.01.09.04	Outros tributos a recuperar	80.763	79.044
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	434.412	414.214
1.02.01.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	735.003	729.640
1.02.01.09.07	Outros ativos	380.162	729.534
1.02.02	Investimentos	8.707.211	8.746.495
1.02.02.01	Participações Societárias	8.707.211	8.746.495
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	259.412	240.100
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.447.799	8.506.395
1.02.03	Imobilizado	412.325	389.329
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	412.325	389.329
1.02.04	Intangível	9.350.598	9.328.150
1.02.04.01	Intangíveis	9.350.598	9.328.150
1.02.04.01.02	Intangíveis e ágio	9.350.598	9.328.150

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	28.539.273	27.299.829
2.01	Passivo Circulante	4.991.391	3.222.805
2.01.02	Fornecedores	1.805.385	1.467.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	401.157	274.679
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	401.157	274.679
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.007	47.124
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	382.150	227.555
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.611.547	936.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.611.547	936.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	914.289	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	697.258	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.173.302	544.556
2.01.05.02	Outros	1.173.302	544.556
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	373.277	94.055
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	966	35.991
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	124.017	121.009
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	398.586	150.107
2.01.05.02.07	Outros passivos financeiros	90.725	25.734
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	185.731	117.660
2.02	Passivo Não Circulante	13.250.617	13.284.685
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.063.447	8.202.129
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.063.447	8.202.129
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.714.738	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.348.709	0
2.02.02	Outras Obrigações	3.575.303	3.973.808
2.02.02.02	Outros	3.575.303	3.973.808
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.442.680	1.769.427
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	113.565	247.550
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	150.627	136.720
2.02.02.02.06	Provisão para demandas judiciais	846.122	761.542
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-emprego	485.459	441.480
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	536.850	617.089
2.02.03	Tributos Diferidos	1.611.867	1.108.748
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.611.867	1.108.748
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.297.265	10.792.339
2.03.01	Capital Social Realizado	3.999.075	3.824.648
2.03.02	Reservas de Capital	585.407	921.352
2.03.02.04	Opções Outorgadas	699.820	956.318
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-114.413	-34.966
2.03.04	Reservas de Lucros	4.917.834	4.515.529
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-55.646	-295.923
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	850.595	1.826.733

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.670.777	7.541.793
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.045.884	-4.586.552
3.03	Resultado Bruto	2.624.893	2.955.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	241.756	-161.810
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.039.817	-1.032.893
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-597.430	-570.465
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	880.983	-115.764
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	998.020	1.557.312
3.04.06.01	Equivalência patrimonial em associadas	12.930	-12.820
3.04.06.02	Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	985.090	1.570.132
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.866.649	2.793.431
3.06	Resultado Financeiro	-898.394	-1.307.869
3.06.01	Receitas Financeiras	911.107	1.801.493
3.06.01.01	Receitas financeiras	728.598	799.912
3.06.01.02	Variação cambial	0	1.001.581
3.06.01.03	Derivativos	182.509	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.809.501	-3.109.362
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.728.300	-1.720.365
3.06.02.02	Variação cambial	-81.201	0
3.06.02.03	Derivativos	0	-1.388.997
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.968.255	1.485.562
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-457.725	-60.213
3.08.01	Corrente	-88.470	-112.633
3.08.02	Diferido	-369.255	52.420
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.510.530	1.425.349
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-35.262
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-35.262
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.510.530	1.390.087
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.315.324	1.036.085
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	195.206	354.002
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,19833	2,55021
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,19249	2,48802

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.510.530	1.390.087
4.02	Outros Resultados Abrangentes	176.832,14	-131.725
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	-25.035	72.399
4.02.02	Ganho (perda) com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	204.611	46.605
4.02.03	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	4.176	-65
4.02.04	Ganhos na realização de instrumento financeiro derivativo	9.000	6.000
4.02.05	(Perdas) atuariais de plano de benefícios definido	-24.121	-85.621
4.02.06	Tributo diferido	8.201,14	28.988
4.02.07	Realização do valor justo de propriedade para investimento	0	-190.735
4.02.08	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	-9.296
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.687.362,14	1.258.362
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.494.969	924.853
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	192.393,14	333.509

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.792.909	2.235.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.974.070	2.338.103
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.968.255	1.485.562
6.01.01.02	Depreciação e amortização	596.687	615.314
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-12.930	12.820
6.01.01.04	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	-985.090	-1.570.132
6.01.01.05	Ganho apurada nas alienações de ativo não circulante	43.141	14.824
6.01.01.06	Opção de ações outorgadas	9.889	8.369
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	116.551	77.953
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.159.201	1.581.571
6.01.01.11	Outros	14.193	4.792
6.01.01.12	Provisão de bônus e participação no resultado	84.499	81.181
6.01.01.13	Cessão de créditos	-1.039.966	0
6.01.01.14	Provisão com créditos de liquidação duvidosa	19.640	25.849
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-181.161	-102.865
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-193.701	-23.904
6.01.02.04	Estoques	-47.874	55.916
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-116.257	119.018
6.01.02.06	Partes relacionadas	-52.719	10.365
6.01.02.07	Fornecedores	210.923	-115.234
6.01.02.08	Ordenados e salários a pagar	-84.749	-57.278
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais	-6.758	-2.010
6.01.02.10	Impostos a pagar	-18.704	-41.478
6.01.02.11	Outros ativos e passivos, líquidos.	135.200	-83.977
6.01.02.12	Depósito judicial	8.563	227
6.01.02.13	Operação descontinuada	0	70.087
6.01.02.14	Passivo atuarial	-30.617	-30.262
6.01.02.15	Outros passivos financeiros	15.532	-4.335
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	205.057	1.171.617
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-15.321	-18.698
6.02.02	Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-116.514	0
6.02.03	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	1.346.460	1.230.367
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-408.489	-491.279
6.02.07	Aplicação em título e valores mobiliários	-288.354	-363.807
6.02.08	Dividendos recebidos de controladas e associadas	7.226	4.036
6.02.09	Outros ativos financeiro	-321.048	-186.052
6.02.10	Partes relacionadas	0	11.338
6.02.11	Caixa recebido na venda de outro ativos permanentes	1.097	0
6.02.12	Aquisição de participações de não controladores	0	-54.122
6.02.13	Caixa recebido de venda de operações descontinuidas	0	1.053.768
6.02.14	Operação descontinuada	0	-13.934
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.849.309	-2.512.676
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	912.642	3.529.668
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-877.809	-3.233.588

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.03.03	Pagamento de juros s/ empréstimos e financiamentos	-568.156	-543.091
6.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	-256.423	-414.538
6.03.07	Opções de ações exercidas	33.135	33.359
6.03.08	Aquisição de participações de acionista não controladores	-833.306	0
6.03.09	Dividendos pagos	-1.239.363	-1.899.978
6.03.10	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	39.043	40.000
6.03.12	Recompra de ações próprias	-79.447	0
6.03.13	Subscrição de acionistas não controladores	20.375	28.764
6.03.14	Operação descontinuada	0	-53.272
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	10.741	-32.779
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-840.602	861.400
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.990.930	3.129.530
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.150.328	3.990.930

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606	1.826.733	10.792.339
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606	1.826.733	10.792.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	174.427	-64.258	-539.998	-312.389	0	-742.218	-415.195	-1.157.413
5.04.01	Aumentos de Capital	174.427	-14.427	-160.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.601	0	0	0	9.601	288	9.889
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-79.447	0	0	0	-79.447	0	-79.447
5.04.06	Dividendos	0	0	-379.998	-312.389	0	-692.387	-428.603	-1.120.990
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-13.120	0	0	0	-13.120	13.120	0
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.135	0	0	0	33.135	0	33.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-60.632	1.315.324	240.277	1.494.969	192.076	1.687.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.315.324	0	1.315.324	195.206	1.510.530
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-60.632	0	240.277	179.645	-3.130	176.515
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-25.035	-25.035	0	-25.035
5.05.02.06	Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	0	0	-60.632	0	69.632	9.000	0	9.000
5.05.02.07	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	204.611	204.611	0	204.611
5.05.02.08	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-13.107	-13.107	-3.130	-16.237
5.05.02.09	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	4.176	4.176	0	4.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-271.687	1.002.935	-1.002.935	0	-271.687	-753.019	-1.024.706
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-271.687	0	0	0	-271.687	-753.019	-1.024.706
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	65.766	-65.766	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	937.169	-937.169	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.999.075	585.407	4.917.834	0	-55.646	9.446.670	850.595	10.297.265

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.822.725	896.632	4.311.522	0	-184.691	8.846.188	3.688.488	12.534.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-165.421	0	0	-165.421	0	-165.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.822.725	896.632	4.146.101	0	-184.691	8.680.767	3.688.488	12.369.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.923	26.832	169.397	-1.036.085	0	-837.933	-2.172.402	-3.010.335
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923	-1.923	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.369	0	0	0	8.369	0	8.369
5.04.06	Dividendos	0	0	-476.688	-390.000	0	-866.688	-563.371	-1.430.059
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-12.973	0	0	0	-12.973	12.973	0
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.359	0	0	0	33.359	0	33.359
5.04.10	Alienação de investimento	0	0	0	0	0	0	-1.622.004	-1.622.004
5.04.11	Constituição reserva estatutária	0	0	646.085	-646.085	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	200.031	1.036.085	-111.232	1.124.884	333.509	1.458.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.036.085	0	1.036.085	354.002	1.390.087
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	200.031	0	-111.232	88.799	-20.493	68.306
5.05.02.06	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	46.605	46.605	0	46.605
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	72.399	72.399	0	72.399
5.05.02.08	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-36.140	-36.140	-20.493	-56.633
5.05.02.09	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	0	0	0	0	6.000	6.000	0	6.000
5.05.02.10	Realização do valor justo de propriedade para Investimento	0	0	190.735	0	-190.735	0	0	0
5.05.02.11	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	0	9.296	0	-9.296	0	0	0
5.05.02.12	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	-65	-65	0	-65
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.112	0	0	0	-2.112	-22.862	-24.974
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-2.112	0	0	0	-2.112	-22.862	-24.974
5.07	Saldos Finais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606	1.826.733	10.792.339

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	9.645.028	9.577.879
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.696.735	9.245.524
7.01.02	Outras Receitas	-32.067	357.738
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.640	-25.383
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.510.283	-5.942.345
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.869.562	-5.346.336
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-640.721	-596.009
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.134.745	3.635.534
7.04	Retenções	-596.687	-615.314
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-596.687	-615.314
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.538.058	3.020.220
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.684.246	2.771.020
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	998.020	1.557.312
7.06.02	Receitas Financeiras	686.226	1.248.970
7.06.03	Outros	0	-35.262
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	0	-35.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.222.304	5.791.240
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.222.304	5.791.240
7.08.01	Pessoal	450.276	387.130
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.650.065	1.426.325
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.611.433	2.587.698
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	887.593	1.220.690
7.08.04.02	Dividendos	692.387	866.688
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	195.206	354.002
7.08.05	Outros	622.937	169.397
7.08.05.02	Resultado com operação continuada	622.937	204.659
7.08.05.03	Resultado com operação descontinuada	0	-35.262

COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S/A Indústria e Comércio submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, apresentado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site de RI: ri.cosan.com.br.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por sinais de recuperação econômica do país, após dois anos consecutivos de retração do PIB, apesar das incertezas vivenciadas no cenário político. A inflação convergiu para a meta, a taxa básica de juros (SELIC) atingiu a mínima histórica em dezembro e o governo aprovou a reforma trabalhista. Nos setores de atuação da Cosan, a retomada da economia se traduziu em aumento de 9% no número de licenciamento de veículos em 2017 (versus 2016, dados ANFAVEA), expansão de 4% do volume de gás natural comercializado no segmento industrial na área de concessão da Comgás e crescimento da demanda por combustíveis e lubrificantes no Brasil.

Cosan S/A Proforma: O EBITDA ajustado alcançou R\$ 1,2 bilhão no 4T17 (-7%) e R\$ 5,1 bilhões em 2017 (+10%), resultado mais uma vez alinhado ao *guidance*. O lucro líquido do ano foi de R\$ 1,3 bilhão (+27%), reflexo da melhor performance operacional em todos os negócios da Companhia. Na Raízen Combustíveis, seguimos colhendo os frutos da estratégia de otimização dos suprimentos e comercialização dos produtos e no relacionamento de longo prazo com os postos revendedores, que resultou novamente em um desempenho acima do mercado. Na Raízen Energia, encerramos o período de moagem da safra 2017/18 com 61 milhões de toneladas de cana moída (+2%), mas os piores preços médios praticados pelo mercado afetaram o resultado do trimestre. Na Comgás, a recuperação na comercialização de gás natural segue contribuindo para o melhor desempenho, reflexo da maior atividade industrial e conexão de novos clientes. Na Moove, os volumes vendidos também apresentaram crescimento tanto no Brasil quanto nas operações internacionais. A alavancagem (dívida líquida/EBITDA proforma) permaneceu estável em 2,0x ao final do período e a geração de caixa livre (FCFE) atingiu R\$ 643 milhões, impactada dentre outros efeitos pelo desembolso de R\$ 833 milhões referente à aquisição da participação acionária na Comgás.

Raízen Combustíveis: O EBITDA ajustado do 4T17 foi de R\$ 806 milhões (-10%), impactado pelo menor ganho oriundo da estratégia de suprimentos da Raízen no trimestre frente à forte base de comparação no ano anterior, mas com aumento de volume vendido. O volume total de vendas aumentou 4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto o mercado expandiu 2% (base ANP) no 4T17. No ciclo Otto o crescimento foi de 1% (-1% em gasolina equivalente) devido ao maior mix de etanol nas vendas. No diesel, o volume vendido pela Raízen foi 9% superior ao 4T16, impulsionado por maior demanda do segmento agrícola e novos clientes, enquanto o mercado cresceu 4% (base ANP). Em 2017 o EBITDA ajustado da Raízen Combustíveis alcançou R\$ 2,9 bilhões (+5%), em linha com o *guidance* divulgado, com expansão de 3% no volume total vendido, comparado ao crescimento de mercado de 1% (base ANP) e à redução de mercado de 1% (base Plural, antigo Sindicom).

Raízen Energia: O EBITDA ajustado do 4T17, terceiro trimestre do ano-safra, alcançou R\$ 891 milhões (-11%), reflexo dos menores preços médios de açúcar e etanol praticados no mercado, parcialmente compensados pelo melhor resultado de bioenergia. A moagem do trimestre totalizou 13 milhões de toneladas de cana (+17%) devido ao clima mais seco e maior disponibilidade de matéria-prima. O índice de produtividade do canavial do 4T17 foi de 8,4 Kg de ATR/hectare (-4%) e o mix de produção de 48% para açúcar (versus 56% no 4T16), em função do aumento da rentabilidade do etanol no período. No acumulado dos 9 meses da safra 2017/18, a Raízen atingiu 61 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas (+2%), com mix de produção de 55% para açúcar.

Comgás: O EBITDA normalizado pela conta corrente regulatória atingiu R\$ 416 milhões no trimestre (+16%), em função do maior volume vendido (+4%) e pela correção das margens pela inflação em maio de 2017. As vendas de gás natural no segmento industrial e comercial cresceram respectivamente 3% e 6% no 4T17, evidenciando a retomada gradual da atividade econômica. O volume residencial ficou estável na comparação com o 4T16, afetado por maior temperatura média no período. No ano, o EBITDA normalizado superou o *guidance* e foi de R\$ 1,7 bilhão (+19%). O volume vendido de 2017 cresceu em todos os segmentos (+4% versus 2016), suportado pela expansão da base de clientes nos últimos 12 meses e maior demanda.

Moove: O EBITDA atingiu R\$ 34 milhões no 4T17 (-27%) e R\$ 175 milhões em 2017 (+29%), em linha com o *guidance* divulgado. O melhor resultado do ano se deve ao maior volume de vendas (+6%) com melhor mix de produtos vendidos em todos os mercados de atuação.

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Combustíveis

No ano de 2017 foram vendidos 119,3 bilhões de litros de combustíveis*, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Este volume é 0,5% superior a 2016, reflexo da retomada gradual da economia brasileira, sustentado principalmente pelas vendas de diesel (+0,9% versus 2016). Os volumes de ciclo Otto (composto pela soma das vendas de gasolina e de etanol) expandiram 0,3%. Já em gasolina equivalente, ou seja, ajustando o volume de etanol pelo coeficiente energético, o volume vendido cresceu 0,9%, favorecidos por uma maior participação da gasolina no mix e pelo aumento de 9,4% no número de licenciamento de veículos leves, dos quais 89% possuíam motor *flexfuel*, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

(*) Volume total de combustíveis é composto por: diesel, gasolina, etanol hidratado e combustíveis para aviação.

Açúcar e Etanol

De acordo com os dados divulgados pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA), até o fim do mês de janeiro de 2018 a região centro-sul do Brasil moeu 584 milhões de toneladas de cana no acumulado da safra 2017/18, 2% abaixo do mesmo período da safra anterior. Ainda que a moagem tenha sido menor, a produção de açúcar totalizou 35,8 milhões de toneladas (+2%) e a produção total de etanol atingiu 25,3 milhões de litros (+1%), em função de um ATR (açúcar total recuperável) 3% maior. Ainda que o etanol tenha ganhado competitividade frente ao açúcar ao longo da safra, o mix de produção segue similar ao da safra passada, com 47% da produção voltada para o açúcar.

Gás Natural

Ao longo do ano de 2017, a Comgás ultrapassou a marca dos 1,8 milhão de clientes, com uma adição líquida de 106 mil novos consumidores, solidificando a imagem de empresa referência no mercado e de maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil. No ano, a Companhia distribuiu 4,3 bilhões de metros cúbicos de gás natural, excluindo termogeração, para os segmentos residencial, comercial e industrial, além plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV). Depois de dois anos muito desafiadores para a Comgás, impactados pela estagnação da economia, 2017 foi marcado pela retomada gradual da atividade econômica e por negociações comerciais para incremento de volume, em que as vendas para o segmento industrial cresceram 4% em relação a 2016.

RESULTADOS ANUAIS

Resultado Cosan Consolidado

Para efeito de demonstração das informações financeiras da Cosan Consolidado foram considerados 100% dos resultados da Comgás, Moove e do segmento Cosan Corporativo. Desde 1º de abril de 2013, mediante a adoção da norma contábil IFRS 11, os resultados da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis são apresentados na linha “Resultado de Equivalência Patrimonial”, considerando a participação proporcional (50%) no resultado. Ajustes e Eliminações representam saldos e transações entre os segmentos.

O EBITDA divulgado ao longo deste relatório segue a Instrução CVM 527/12, divulgada em 04 de outubro de 2012 pela Comissão de Valores Mobiliários, e pode diferir dos valores divulgados em períodos anteriores em virtude do ajuste de resultado de equivalência patrimonial. Por consequência, o EBITDA passa a ser constituído pelo lucro operacional antes das despesas financeiras, depreciação e amortização e somado ao resultado de equivalência patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Receita operacional líquida	7.670,8	7.541,8	1,7%
Custo dos produtos vendidos	(5.045,9)	(4.586,6)	10,0%
Lucro bruto	2.624,9	2.955,2	-11,2%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.637,2)	(1.603,4)	2,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	881,0	(115,8)	n/a
Resultado financeiro	(898,4)	(1.307,9)	-31,3%
Equivalência patrimonial	998,0	1.557,3	-35,9%
Imposto de renda e contribuição social	(457,7)	(60,2)	n/a
Participação de não controladores	(195,2)	(354,0)	-44,9%
Lucro líquido	1.315,3	1.036,1	27,0%

Indicadores R\$ MM	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	3.463,3	3.408,7	1,6%

Devido à relevância da Raízen nas informações financeiras da Cosan, reportaremos individualmente o desempenho desse segmento, mesmo que, em virtude da adoção da norma contábil IFRS 11 – Negócios em conjunto, desde abril de 2013 a Cosan deixou de consolidar a Raízen em seu balanço patrimonial, demonstrações de resultado e dos fluxos de caixas, e o resultado desta unidade de negócio passou a ser reportado apenas na linha de “Resultado de Equivalência Patrimonial”.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido foi destinado para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme requerido pela Lei 6.404/76, sendo que o saldo remanescente foi destinado para reserva estatutária que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas. A destinação dos lucros, dividendos e excessos de reservas de lucros serão deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2018.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A Companhia define a sustentabilidade como um de seus direcionadores estratégicos, buscando gerar crescimento e valor com responsabilidade socioambiental, transparência e boas práticas de governança corporativa e de gestão de riscos. O modelo de gestão para a sustentabilidade da Cosan é estruturado em quatro etapas: (i) diagnóstico e avaliação; (ii) diretrizes e estratégias; (iii) implementação e acompanhamento; e (iv) verificação e relato. Desta forma, a Companhia acompanha um conjunto de indicadores corporativos e dos negócios definidos a partir de consultas complementares ao processo de materialidade conforme relatórios anuais divulgados.

A Cosan segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) para relatar periodicamente sua performance nas dimensões social, ambiental e econômica. Divulgado no padrão essencial, os indicadores de desempenho prioritários foram determinados por meio de um processo de materialidade, ou seja, de identificação dos temas relevantes para a instituição e cruciais para nortear a tomada de decisão dos gestores e *stakeholders*.

O processo de materialidade realizado em 2013 foi revisado em 2016 para adequar os temas ao processo de evolução da Companhia, considerando alterações significativas no grupo, além da oportunidade de estabelecer um novo modelo de interação do grupo com os negócios em termos de gestão e relato da sustentabilidade. Os indicadores de desempenho consideram as preocupações gerais, diretamente atreladas à atração de investimentos e à geração de valor financeiro, assim como questões específicas de cada setor. Esse processo de construção contou com o envolvimento da alta liderança da Cosan e de cada uma das empresas controladas.

A análise da importância e da aplicabilidade dos indicadores para seus negócios e setores destacou os aspectos efetivamente materiais para a organização (temas que possam refletir impactos econômicos e socioambientais ou que possam influenciar significativamente as avaliações e decisões dos *stakeholders*). Os indicadores relatados podem ser encontrados nos relatórios anuais de sustentabilidade da Cosan, disponíveis no site de RI da Companhia (ri.cosan.com.br).

RECURSOS HUMANOS

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando a assegurar condições de atração e retenção de pessoas.

Oferecemos aos nossos empregados, abrangendo nossos executivos, pacote de benefícios que inclui assistência médica, hospitalar e odontológica, subsídio para aquisição de medicamentos, cesta alimentar e/ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais. O pagamento é baseado no atingimento de metas e desempenho operacional e financeiro. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

Em 31 de dezembro de 2017 contávamos com 29.072 empregados, incluindo Raízen. Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores rurais migrantes e temporários, são contratados diretamente em regime CLT.

Companhia	Total de Funcionários
Cosan S/A Indústria e Comércio	706
Comgás	931
Raízen Combustíveis	1.920
Raízen Energia	25.515
Total Geral	29.072

A Companhia mantém um relacionamento harmonioso com o Sindicato de Trabalhadores que representa seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, adotando rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

A companhia garante aos seus empregados a livre associação sindical em conformidade com disposto no Artigo 8º da Constituição Federal.

Em 2017, destaca-se o projeto de Mapeamento Estratégico de Pessoas, com foco em diagnóstico de potencial para desenvolvimento de um pipeline de liderança robusto, e programas de desenvolvimento de liderança, capazes de garantir o

crescimento sustentável de nossos negócios. Além disso, foi também aprovado um novo plano de remuneração baseado em ações, visando a fortalecer o alinhamento dos interesses de nossos executivos ao dos acionistas.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de dezembro de 2017 o capital social estava representado por 407.904.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fez sua oferta inicial de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) em novembro de 2005, listada no mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado. O Grupo Cosan é pioneiro no setor sucroenergético, tornando-se o primeiro grupo brasileiro do setor a abrir o capital no Brasil e nos Estados Unidos da América, através da sua controladora Cosan Limited. O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. A Cosan mantém um site de relações com investidores contendo informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para os públicos distintos que acessam as plataformas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cosan conduz suas operações em conformidade às boas práticas de governança corporativa. A Companhia está listada no principal nível de Governança Corporativa da Bovespa, denominado Novo Mercado, desde o lançamento de suas ações na bolsa de valores brasileira em 2005 e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu Estatuto Social.

Para garantir a transparência da gestão e dos negócios, em benefício de todos os acionistas e investidores, a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, a qual estabelece regras e procedimentos para pessoas vinculadas à Companhia (executivos e empregados) com acesso a informações e fatos relevantes, e define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores, para garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea.

A controladora da Companhia foi a primeira Emissora Privada Estrangeira (FPIs), no setor em que atua, a ser listada na Bolsa de Nova Iorque. Dessa forma, a Companhia implantou os procedimentos de controles internos visando se adequar às exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) com base na metodologia estabelecida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) para controles internos. A Companhia se adequou à Seção 302 da mesma Lei, que determina que diretores executivos devam declarar que são responsáveis pelos controles e procedimentos de divulgação de informações. A Companhia constantemente vem aprimorando seus processos internos e ratificando seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui diversos órgãos para monitorar o desempenho da Administração, tais como: (i) Conselho de Administração, (ii) Conselho Fiscal, instaurado na AGO/E realizada no dia 31 de julho de 2013, em caráter não permanente e com mandatos até a AGO de 2018 e com 5 membros titulares sendo 2 deles independentes; (iii) Comitê de Auditoria Estatutário, com participação de membros independentes e do Conselho de Administração, aprovado em 28 de março de 2012 com o objetivo de cumprir integralmente as regras de governança corporativa estabelecidas pela CVM, bem como reforçar as boas práticas em controles internos; (iv) Comitê de Remuneração - responsável por revisar a remuneração e os benefícios concedidos aos diretores da Companhia e outros membros não estatutários da administração; (v) Comitê de Divulgação e Negociação, responsável por assessorar o Diretor de Relações com Investidores quanto à decisão sobre a divulgação de informações ao mercado e na tomada de decisões a ele atribuídas; e responsável por substanciar o deliberado na Política de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Divulgação de Informações da Companhia; e (vi) Comitê de Alçadas, responsável por avaliar e aprovar previamente a prática de atos pelos diretores da Companhia em valor agregado acima de R\$ 15 milhões e até R\$ 60 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que não houve contratação da KPMG Auditores Independentes e suas partes relacionadas para a realização de outros serviços.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cosan agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2017, visite o nosso site: ri.cosan.com.br.



Relatório de Resultados 4T17 e 2017

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018 – A COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO (B3: CSAN3) anuncia hoje seu resultado referente ao quarto trimestre (outubro, novembro e dezembro) de 2017 (4T17) e exercício social de 2017. O resultado é apresentado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T17 x 4T16 e 2017 x 2016, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do 4T17 e 2017

- **Cosan** alcançou EBITDA ajustado proforma de R\$ 1,2 bilhão (-7%) no 4T17 encerrando 2017 com R\$ 5,1 bilhões (+10%), o maior da história da Companhia. O lucro líquido ajustado do ano totalizou R\$ 695 milhões (+12%), já incluindo o resultado negativo de R\$ 101 milhões do 4T17.
- A geração de caixa livre proforma (FCFE) da **Cosan**, incluindo 50% da Raízen, somou R\$ 410 milhões no trimestre atingindo R\$ 643 milhões em 2017. A alavancagem (dívida líquida/EBITDA proforma) permaneceu em 2,0x.
- **Raízen Combustíveis** alcançou EBITDA ajustado de R\$ 806 milhões (-10%) no 4T17 com crescimento de 4% do volume vendido. Em 2017, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 2,9 bilhões (+5%) com 3% de expansão no volume de vendas total.
- **Raízen Energia** estendeu a moagem no terceiro trimestre da safra com 13 milhões de toneladas de cana processada e o EBITDA ajustado atingiu R\$891 milhões (-11%) no 4T17.
- **Comgás** alcançou R\$ 416 milhões (+16%) de EBITDA normalizado no 4T17, com 4% de crescimento do volume vendido, e encerrou 2017 com EBITDA normalizado de 1,7 bilhão (+19%), impulsionado pela expansão das vendas em todos os segmentos (+4%).

Sumário Executivo - Cosan Proforma ¹	4T17	4T16	Var.%	3T17	Var.%	2017	2016	Var.%
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
Receita Líquida	13.208,3	12.052,6	9,6%	12.920,4	2,2%	49.367,9	47.007,5	5,0%
Lucro Bruto	1.529,5	1.615,2	-5,3%	1.763,8	-13,3%	5.704,3	6.386,9	-10,7%
EBITDA	2.191,3	1.352,0	62,1%	1.434,5	52,8%	5.403,8	5.537,8	-2,4%
EBITDA Ajustado ²	1.207,4	1.295,8	-6,8%	1.616,3	-25,3%	5.133,6	4.664,8	10,0%
Lucro Líquido	686,4	183,3	n/a	499,7	37,4%	1.315,3	1.036,1	27,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ²	(101,4)	221,8	n/a	519,1	n/a	694,6	623,0	11,5%
CAPEX	523,0	486,8	7,4%	453,8	15,3%	2.040,6	1.889,2	8,0%
Geração (Consumo) de Caixa ³	409,9	1.483,1	-72,4%	(518,6)	n/a	643,2	3.042,1	-78,9%
Dívida Líquida ⁴	10.959,7	10.063,6	8,9%	9.790,1	11,9%	10.959,7	10.063,6	8,9%
Alavancagem (Dív Líq/EBITDA LTM) ⁵	2,0x	2,1x	-0,1x	2,1x	-0,1x	2,0x	2,1x	-0,1x
Dividendos Deliberados	-	300,0	-100,0%	-	n/a	380,0	875,0	-56,6%

Nota 1: Resultado Proforma considera a consolidação de 50% dos resultados da Raízen Combustíveis e da Raízen Energia.

Nota 2: EBITDA e Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustados excluem os efeitos pontuais incorridos nos trimestres, detalhados na página 5 deste relatório.

Nota 3: Geração (Consumo) de Caixa Livre Proforma para acionistas, antes de dividendos pagos (Free Cash Flow to Equity).

Nota 4: Dívida Líquida inclui as obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias.

Nota 5: O cálculo da alavancagem considera Dívida Líquida e EBITDA LTM normalizados pelo efeito do Conta Corrente da Comgás.

Teleconferência de Resultados em 23 de fevereiro de 2018 (sexta-feira)

Português - 11h00 (horário de Brasília)

Tel: + 55 11 3193 1001

+ 55 11 2820 4001

Código: COSAN

Inglês - 12h00 (horário de Brasília)

Tel (BR): + 55 11 3193 1001

+ 55 11 2820 4001

Tel (EUA): +1 646 828 8246

Código: COSAN

Relações com Investidores

E-mail: ri@cosan.com.br

Telefone: +55 11 3897-9797

Website: ri.cosan.com.br



A. Resultado Cosan Consolidado

Unidades de Negócio

Com o intuito de proporcionar comparabilidade dos resultados em relação aos períodos anteriores, apresentamos informações financeiras consolidadas em base proforma, isto é, consolidação de 100% dos resultados das controladas diretas e 50% dos resultados da controlada em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis. Os dados proforma são apresentados com o propósito meramente ilustrativo e não devem ser interpretados como uma representação dos resultados contábeis.

As unidades de negócio e a participação da Cosan em cada segmento reportado estão assim organizadas:

• Raízen Combustíveis (50%)	Distribuição de Combustíveis
• Raízen Energia (50%)	Açúcar, Etanol e Cogeração
• Comgás (79,9%)	Distribuição de Gás Natural
• Moove (100%)	Lubrificantes, Óleos Básicos e Especialidades
• Cosan Corporativo (100%)	Corporativo e Outros Investimentos

As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T17 x 4T16 e 2017 x 2016, exceto quando indicado de outra forma.

Sumário Executivo do 4T17 e 2017

O ano de 2017 foi marcado por sinais de recuperação econômica do país, após dois anos consecutivos de retração do PIB, apesar das incertezas vivenciadas no cenário político. A inflação convergiu para a meta, a taxa básica de juros (SELIC) atingiu a mínima histórica em dezembro e o governo aprovou a reforma trabalhista. Nos setores de atuação da Cosan, a retomada da economia se traduziu em aumento de 9% no número de licenciamento de veículos leves em 2017 (versus 2016, dados ANFAVEA), expansão de 4% do volume de gás natural comercializado no segmento industrial na área de concessão da Comgás e crescimento da demanda por combustíveis e lubrificantes no Brasil.

Cosan S/A Proforma: O EBITDA ajustado alcançou R\$ 1,2 bilhão no 4T17 (-7%) e R\$ 5,1 bilhões em 2017 (+10%), resultado mais uma vez alinhado ao *guidance*. O lucro líquido ajustado do ano foi de R\$ 695 milhões (+12%), reflexo da melhor performance operacional em todos os negócios da Companhia. Na Raízen Combustíveis, seguimos colhendo os frutos da estratégia de otimização dos suprimentos e comercialização dos produtos e no relacionamento de longo prazo com os postos revendedores, que resultou novamente em um desempenho acima do mercado. Na Raízen Energia, encerramos o período de moagem da safra 2017/18 com 61 milhões de toneladas de cana moída (+2%), mas os piores preços médios praticados pelo mercado afetaram o resultado do trimestre. Na Comgás, a recuperação na comercialização de gás natural segue contribuindo para o melhor desempenho, reflexo da maior atividade industrial e conexão de novos clientes. Na Moove, os volumes vendidos também apresentaram crescimento tanto no Brasil quanto nas operações internacionais. A alavancagem (dívida líquida/EBITDA proforma) permaneceu estável em 2,0x ao final do período e a geração de caixa livre (FCFE) atingiu R\$ 643 milhões, impactada dentre outros efeitos pelo desembolso de R\$ 833 milhões referente à aquisição da participação acionária na Comgás.

Raízen Combustíveis: O EBITDA ajustado do 4T17 foi de R\$ 806 milhões (-10%), impactado pelo menor ganho oriundo da estratégia de suprimentos da Raízen no trimestre frente à forte base de comparação no ano anterior, mas com aumento de volume vendido. O volume total de vendas aumentou 4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto o mercado expandiu 2% (base ANP) no 4T17. No ciclo Otto o crescimento foi de 1% (-1% em gasolina equivalente) devido ao maior mix de etanol nas vendas. No diesel, o volume vendido pela Raízen foi 9% superior ao 4T16, impulsionado por maior demanda do segmento agrícola e novos clientes, enquanto o mercado cresceu 4% (base ANP). Em 2017 o EBITDA ajustado da Raízen Combustíveis alcançou R\$ 2,9 bilhões (+5%), em linha com o *guidance* divulgado, com expansão de 3% no volume total vendido, comparado ao crescimento de mercado de 1% (base ANP) e à redução de mercado de 1% (base Plural, antigo Sindicom).

Raízen Energia: O EBITDA ajustado do 4T17, terceiro trimestre do ano-safra, alcançou R\$ 891 milhões (-11%), reflexo dos menores preços médios de açúcar e etanol praticados no mercado, parcialmente compensados pelo melhor resultado de bioenergia. A moagem do trimestre totalizou 13 milhões de toneladas de cana (+17%) devido ao clima mais seco e maior disponibilidade de matéria-prima. O índice de produtividade do canavial do 4T17 foi de 8,4 Kg de ATR/hectare (-4%) e o mix de produção de 48% para açúcar (versus 56% no 4T16), em função do aumento da rentabilidade do etanol no período. No acumulado dos 9 meses da safra 2017/18, a Raízen atingiu 61 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas (+2%), com mix de produção de 55% para açúcar.

Comgás: O EBITDA normalizado pela conta corrente regulatória atingiu R\$ 416 milhões no trimestre (+16%), em função do maior volume vendido (+4%) e pela correção das margens pela inflação em maio de 2017. As vendas de gás natural no segmento industrial e comercial cresceram respectivamente 3% e 6% no 4T17, evidenciando a retomada gradual da atividade econômica. O volume residencial ficou estável na comparação com o 4T16, afetado por

maior temperatura média no período. **No ano, o EBITDA normalizado superou o *guidance* e foi de R\$ 1,7 bilhão (+19%).** O volume vendido de 2017 cresceu em todos os segmentos (+4% versus 2016), suportado pela expansão da base de clientes nos últimos 12 meses e maior demanda.

Moove: O EBITDA atingiu R\$ 34 milhões no 4T17 (-27%) e R\$ 175 milhões em 2017 (+29%), em linha com o *guidance* divulgado. O melhor resultado do ano se deve ao maior volume de vendas (+6%) com melhor mix de produtos vendidos em todos os mercados de atuação.

Apresentamos a seguir tabelas com as principais métricas operacionais e financeiras dos negócios. Em nosso site de RI (ri.cosan.com.br), na Central de Resultados, está disponível o histórico das informações apresentadas. A partir da página 15 deste relatório, apresentamos todas as informações financeiras e operacionais.

Métricas Operacionais e Financeiras

Raízen Combustíveis

	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume Ciclo Otto (Gasolina+Etanol) ('000 m³)	3.078	3.060	1%	2.958	4%	11.878	11.614	2%
Volume Gasolina Equivalente ⁶ ('000 m³)	2.840	2.883	-1%	2.760	3%	11.129	10.840	3%
Volume Diesel ('000 m³)	2.885	2.638	9%	3.028	-5%	11.295	10.688	6%
EBITDA Ajustado ⁷ (R\$/m³)	123	142	-13%	136	-10%	115	113	2%
EBIT Ajustado ⁷ (R\$/m³)	99	115	-14%	110	-10%	90	88	2%

Nota 6: Soma do volume de gasolina e do volume de etanol ajustado pelo coeficiente energético de 0,7221.

Nota 7: Exclui efeitos pontuais, conforme detalhado na página 5 deste relatório.

Raízen Energia

	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	2017/18 (abr-dez)	2016/17 (abr-dez)	Var.% 17/18x16/17
Cana Moída (MM ton)	13,3	11,3	17%	60,7	59,4	2%
ATR/ha	8,4	8,7	-4%	9,8	10,3	-5%
Mix de Produção Açúcar x Etanol	48% x 52%	56% x 44%	n/a	55% x 45%	57% x 43%	n/a
EBITDA Ajustado ⁸ (R\$ MM)	891	1.003	-11%	3.089	2.768	12%
EBIT Ajustado ⁸ / ATR Vendido ⁹ (R\$/ton)	115	184	-38%	171	170	1%

Nota 8: Exclui efeitos pontuais, conforme detalhado na página 5 deste relatório.

Nota 9: ATR vendido representa o volume total vendido medido em açúcar equivalente (toneladas)

Comgás

	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume Vendido – ex-termogeração ('MM m³)	1.089	1.047	4%	1.114	-2%	4.291	4.119	4%
EBITDA Normalizado ¹⁰ (R\$ MM)	416	359	16%	477	-13%	1.737	1.465	19%
EBITDA IFRS (R\$ MM)	375	308	22%	463	-19%	1.518	1.965	-23%

Nota 10: Inclui efeito da Conta Corrente Regulatório.

Moove

	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume Total Vendido ('000 m³)	81	81	0%	93	-13%	348	329	6%
EBITDA (R\$ MM)	34	46	-27%	44	-24%	175	136	29%

Resultado Cosan Consolidado

A seguir, apresentamos o resultado do 4T17 e 2017 por unidade de negócio para todos segmentos detalhados anteriormente. Todas as informações refletem 100% de seus desempenhos financeiros, independentemente da participação da Cosan. Para fins de consolidação e reconciliação do EBITDA na coluna “Cosan S/A”, os “Ajustes e Eliminações” refletem as eliminações das operações entre todos os negócios controlados pela Cosan.

Resultado por Unidade de Negócio 4T17	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Ajustes e Eliminações	Cosan S/A	Raízen Combustíveis	Raízen Energia	50% Raízen	Ajustes e Eliminações	Consolidado Proforma
Receita Líquida	1.496,8	637,0	1,1	0,0	2.135,0	19.374,2	3.293,6	(11.333,9)	(260,6)	13.208,3
Custo de Produtos e Serviços	(969,5)	(493,1)	(1,9)	(0,0)	(1.464,5)	(18.304,1)	(2.645,8)	10.475,0	260,6	(11.678,8)
Lucro Bruto	527,3	144,0	(0,8)	-	670,5	1.070,1	647,8	(858,9)	-	1.529,5
Margem Bruta (%)	35,2%	22,6%	-71,0%	0,0%	31,4%	5,5%	19,7%	7,6%	0,0%	11,6%
Despesas com Vendas	(166,4)	(102,8)	(0,0)	-	(269,2)	(349,9)	(197,5)	273,7	-	(542,9)
Despesas Gerais e Administrativas	(98,5)	(29,2)	(44,0)	-	(171,8)	(123,2)	(165,8)	144,5	-	(316,3)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4,9)	0,2	973,4	-	968,8	62,1	(16,9)	(22,6)	-	991,4
Equivalência Patrimonial	-	(2,1)	399,1	(105,1)	292,0	-	(6,4)	3,2	(278,8)	10,0
Depreciação e Amortização	117,4	23,8	4,9	-	146,0	153,1	594,3	(373,7)	-	519,7
EBITDA	375,0	33,9	1.332,6	(105,1)	1.636,4	812,1	855,4	(833,8)	(278,8)	2.191,3
Margem EBITDA (%)	25,1%	5,3%	n/a	n/a	76,6%	4,2%	26,0%	-	-	16,6%
Resultado Financeiro	(85,7)	(17,7)	(392,3)	-	(495,7)	(44,4)	(112,3)	78,4	-	(574,1)
IR/CS	(9,8)	(1,6)	(249,0)	-	(260,5)	(168,9)	(22,4)	95,6	-	(356,1)
Participação de não-controladores	-	-	-	(47,8)	(47,8)	(14,5)	-	7,3	(0,0)	(55,1)
Lucro (Prejuízo) Líquido	162,1	(9,2)	686,4	(152,9)	686,4	431,2	126,4	(278,8)	(278,8)	686,4

Resultado por Unidade de Negócio 2017	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Ajustes e Eliminações	Cosan S/A	Raízen Combustíveis	Raízen Energia	50% Raízen	Ajustes e Eliminações	Consolidado Proforma
Receita Líquida	5.537,9	2.129,5	3,4	0,0	7.670,8	72.789,1	13.152,7	(42.970,9)	(1.273,8)	49.368,0
Custo de Produtos e Serviços	(3.492,4)	(1.545,7)	(7,9)	(0,0)	(5.045,9)	(68.875,3)	(10.907,7)	39.891,5	1.273,8	(43.663,6)
Lucro Bruto	2.045,5	583,9	(4,5)	-	2.624,9	3.913,9	2.245,0	(3.079,4)	-	5.704,3
Margem Bruta (%)	36,9%	27,4%	n/a	0,0%	34,2%	5,4%	17,1%	7,2%	-	11,6%
Despesas com Vendas	(652,9)	(386,7)	(0,2)	-	(1.039,8)	(1.345,8)	(803,2)	1.074,5	-	(2.114,3)
Despesas Gerais e Administrativas	(345,0)	(94,0)	(158,4)	-	(597,4)	(455,7)	(618,1)	536,9	-	(1.134,3)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26,4)	(3,7)	911,1	-	881,0	312,2	(108,0)	(102,1)	-	983,1
Equivalência Patrimonial	-	(7,7)	1.387,4	(381,8)	998,0	-	(54,5)	27,3	(985,9)	(15,1)
Depreciação e Amortização	496,8	82,9	17,0	-	596,7	635,9	2.131,1	(1.383,5)	-	1.980,2
EBITDA	1.517,9	174,7	2.152,5	(381,8)	3.463,3	3.060,4	2.792,4	(2.926,4)	(985,9)	5.403,8
Margem EBITDA (%)	27,4%	8,2%	n/a	n/a	45,1%	4,2%	21,2%	6,8%	-	10,9%
Resultado Financeiro	(225,5)	(54,4)	(618,5)	-	(898,4)	(359,8)	0,1	179,8	-	(1.078,2)
IR/CS	(236,0)	(20,1)	(201,6)	-	(457,7)	(615,8)	(78,9)	347,4	-	(805,1)
Participação de não-controladores	-	-	-	(195,2)	(195,2)	(59,6)	-	29,8	0,0	(225,0)
Lucro Líquido	559,7	17,3	1.315,3	(577,0)	1.315,3	1.389,3	582,5	(985,9)	(985,9)	1.315,3

EBITDA e Lucro Líquido Ajustados

Abaixo, apresentamos a descrição dos ajustes por linha de negócio, seguindo os seguintes critérios:

- **Raízen Combustíveis**
 - (i) efeitos de venda de ativos;
 - (ii) (ganhos)/perdas pontuais:
 - 4T16: Recuperação fiscal.
- **Raízen Energia**
 - (i) variação do ativo biológico;
 - (ii) impactos de *hedge accounting* – dívida;
 - (iii) ajuste do efeito câmbio nas exportações de açúcar;
 - (iv) (ganhos)/perdas pontuais:
 - 4T17, 3T17 e 4T16: Resultado não realizado entre Raízen Energia e Raízen Combustíveis.
- **Comgás**
 - (i) efeito da conta corrente regulatória.
- **Cosan Corporativo**
 - (i) (ganhos)/perdas pontuais:
 - 4T17: Cessão de créditos de ações indenizatórias;
 - 4T16 (*impactos somente no lucro líquido*): (a) Cessão de créditos de ações indenizatórias e (b) resultado da venda de participação na Radar.

EBITDA Ajustado	4T17	4T16	Var. %	3T17	Var. %	2017	2016	Var. %
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
EBITDA Proforma	2.191,3	1.352,0	62,1%	1.434,5	52,8%	5.403,8	5.537,8	-2,4%
Raízen Combustíveis (50%)	(3,0)	(90,7)	-96,6%	(3,5)	-13,8%	(60,8)	(301,3)	-79,8%
Vendas de Ativos	(5,1)	(2,7)	88,4%	(3,7)	38,4%	(4,2)	(26,9)	-84,3%
Efeitos Pontuais	2,0	(88,0)	n/a	0,1	n/a	(56,6)	(274,3)	-79,4%
Raízen Energia (50%)	17,9	(16,2)	n/a	171,7	-89,6%	611,3	(71,5)	n/a
Variação do Ativo Biológico	(33,6)	(164,4)	-79,6%	37,7	n/a	125,9	(292,9)	n/a
Hedge Accounting - Dívida	-	-	n/a	(0,7)	n/a	100,2	-	n/a
Ajuste do efeito câmbio no açúcar	46,9	88,3	-46,9%	148,0	-68,3%	371,3	161,6	n/a
Efeitos Pontuais	4,5	59,9	-92,4%	(13,4)	n/a	13,8	59,9	-76,9%
Comgás - Conta Corrente Regulatório	41,2	50,6	-18,6%	13,7	n/a	219,2	(500,2)	n/a
Cosan Corporativo - Efeitos Pontuais	(1.040,0)	-	n/a	-	n/a	(1.040,0)	-	n/a
EBITDA Proforma Ajustado	1.207,4	1.295,8	-6,8%	1.616,3	-25,3%	5.133,6	4.664,8	10,0%

Lucro Líquido Ajustado	4T17	4T16	Var. %	3T17	Var. %	2017	2016	Var. %
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
Lucro Líquido	686,4	183,3	n/a	499,7	37,4%	1.315,3	1.036,1	27,0%
Raízen Combustíveis (50%)	(2,0)	(59,8)	-96,6%	(2,3)	-13,8%	(40,1)	(198,8)	-79,8%
Vendas de Ativos	(3,4)	(1,8)	88,4%	(2,4)	38,4%	(2,8)	(17,8)	-84,3%
Efeitos Pontuais	1,4	(58,0)	n/a	0,1	n/a	(37,3)	(181,1)	-79,4%
Raízen Energia (50%)	(19,1)	(69,0)	-72,3%	16,0	n/a	92,2	(153,8)	n/a
Variação do Ativo Biológico	(22,1)	(108,5)	-79,6%	24,9	n/a	83,1	(193,3)	n/a
Efeitos Pontuais	3,0	39,5	-92,4%	(8,9)	n/a	9,1	39,5	-76,9%
Comgás - Conta Corrente Regulatório (80%)	21,7	20,9	3,8%	5,7	n/a	115,6	(206,8)	n/a
Cosan Corporativo - Efeitos Pontuais	(788,3)	146,4	n/a	-	n/a	(788,3)	146,4	n/a
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	(101,4)	221,8	n/a	519,1	n/a	694,6	623,0	11,5%

B. Resultado por Unidade de Negócio

B.1 Raízen Combustíveis

O 4T17 foi marcado pelo aumento das vendas no mercado de distribuição de combustíveis, refletindo os sinais de retomada gradual da economia vistos nos últimos meses. No último trimestre de 2017, o consumo total de combustíveis no país (base ANP) cresceu 2% comparado ao 4T16, destaque novamente para as vendas de diesel que aumentaram 4% no período. No ciclo-otto (gasolina + etanol), as vendas cresceram 1% no período, sustentado principalmente pelo maior mix de etanol. Quando medidos em gasolina equivalente os volumes vendidos decresceram 1%. Já as vendas de combustíveis de aviação apresentaram sinais de melhora, com crescimento de 2% do volume vendido na comparação entre trimestres (base ANP), apesar da base de comparação mais fraca. O número de decolagens cresceu 1% no período (base ANAC), revertendo a tendência de sucessivas quedas.

A Raízen Combustíveis segue colhendo os frutos da estratégia de expansão e foco no relacionamento sustentável com a rede de postos revendedores Shell. O volume total vendido no 4T17 foi novamente acima da média do mercado (+4% versus 4T16, em linha com o 3T17). No ciclo Otto, o crescimento foi de 1% comparado ao 4T16 (+4% versus 3T17). Na mesma comparação em gasolina equivalente, o volume foi 1% inferior (+3% versus 3T17), reflexo do maior volume de etanol vendido (+34%) frente à gasolina (-8%), devido ao aumento da competitividade do biocombustível. As vendas de diesel cresceram 9% no trimestre (-5% versus 3T17), influenciadas pela maior demanda no segmento do agronegócio e por novos clientes B2B. O segmento de aviação apresentou crescimento de 3% tanto na comparação do trimestre quanto na comparação com o mesmo período do ano anterior, reflexo da recuperação do mercado. **No acumulado do ano de 2017, o volume total de vendas cresceu 3% frente a 2016, com destaques para os volumes de gasolina e diesel que cresceram, respectivamente, 4% e 6%.**

Volumes Vendidos 000 m³	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume Total¹¹	6.579	6.310	4,3%	6.594	-0,2%	25.560	24.831	2,9%
Etanol	855	637	34,3%	714	19,8%	2.694	2.786	-3,3%
Gasolina	2.223	2.422	-8,3%	2.244	-1,0%	9.184	8.828	4,0%
Diesel	2.885	2.638	9,4%	3.028	-4,7%	11.295	10.688	5,7%
Aviação	547	530	3,1%	528	3,5%	2.086	2.191	-4,8%
Outros	69	82	-16,6%	79	-13,2%	301	338	-10,9%

Nota 11: Exclui vendas para outras distribuidoras conforme metodologia Plural (antigo SINDICOM).

A receita líquida do 4T17 da Raízen Combustíveis alcançou R\$ 19,4 bilhões (+8%), em função do volume de vendas 4% superior ao 4T16 e maior preço médio (+3%) praticado no período. Neste trimestre o impacto referente aos descontos aplicados pelo atingimento de metas (*rebate*), atingiu R\$ 45 milhões, montante em linha com o último trimestre de 2016. Em 2017, o maior volume vendido (+3%) com preços médios melhores (+4%) garantiu uma receita líquida total de R\$ 72,8 bilhões, 7% acima de 2016.

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 18,3 bilhões no trimestre (+9%), reflexo do maior volume vendido, do aumento dos custos unitários dos produtos (+4%) decorrente dos maiores preços praticados principalmente pela Petrobrás. No ano, os custos subiram 7%, também em linha com os maiores volumes e gastos logísticos oriundos da estratégia de suprimentos da Raízen.

As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$ 473 milhões (+2%) no 4T17 impactadas por maiores gastos atrelados ao maior volume de vendas. Em 2017, o total das despesas foi de R\$ 1,8 bilhão (+3%), em linha com a inflação. As outras receitas (despesas) operacionais, ajustadas pelos efeitos pontuais descritos trimestralmente, totalizaram R\$ 52 milhões no 4T17 e R\$ 219 milhões em 2017.

A Raízen Combustíveis apresentou no trimestre EBITDA e EBIT ajustados de R\$ 806 milhões (-10%) e R\$ 653 milhões (-10%), redução explicada principalmente pelo menor ganho oriundo da estratégia de suprimentos da Raízen, parcialmente compensado pelo maior volume de vendas. Vale ressaltar que os resultados do 3T17 e do 4T16 foram favorecidos, respectivamente, por maiores ganhos de estoque e importação. **No ano de 2017, o EBITDA e EBIT ajustados totalizaram R\$ 2,9 bilhões (+5%) e R\$ 2,3 bilhões (+5%), respectivamente, impulsionados pelo maior volume vendido no ano.**

EBITDA R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	812,1	1.074,8	-24,4%	901,1	-9,9%	3.060,4	3.414,3	-10,4%
Venda de Ativos	(10,2)	(5,4)	88,4%	(7,4)	38,4%	(8,5)	(53,9)	-84,3%
Outros efeitos não recorrentes	4,1	(175,9)	n/a	0,3	n/a	(113,2)	(548,7)	-79,4%
EBITDA Ajustado	806,1	893,5	-9,8%	894,1	-9,8%	2.938,7	2.811,8	4,5%
EBIT	659,0	908,3	-27,4%	730,9	-9,8%	2.424,5	2.790,3	-13,1%
EBIT Ajustado	653,0	727,0	-10,2%	723,9	-9,8%	2.302,8	2.187,7	5,3%

O CAPEX da Raízen Combustíveis, que representa investimentos em infraestrutura, renovação e expansão da rede de postos revendedores, foi de R\$ 167 milhões no 4T17 (-17%). Em 2017, os investimentos totalizaram R\$ 781 milhões (-2%). A rede de postos Shell encerrou o ano de 2017 com 6.272 postos, adição líquida de 245 postos (6.027 postos em 2016).

B.2 Raízen Energia

O 4T17, terceiro trimestre da safra 2017/18, que praticamente encerra o período de moagem da safra na região Centro-Sul, atingiu 583 milhões de toneladas de cana moída nos primeiros nove meses, redução de 1% (dados da UNICA) em relação ao mesmo período da safra passada. O mix de produção segue similar ao da safra passada, com 47% da produção voltada para o açúcar.

Na Raízen Energia, a moagem do trimestre cresceu, totalizando 13,3 milhões de toneladas de cana moída (+17%), favorecida pelo clima mais seco ao longo do período e maior disponibilidade de cana na comparação com o 4T16. O índice de produtividade do canavial, medido pela combinação dos índices de ATR (Açúcar Total Recuperável por tonelada de cana moída, em quilos) e TCH (Toneladas de Cana colhida por Hectare), foi de 8,4 Kg de ATR/hectare (-4%), comparado a 8,7 Kg de ATR/hectare no 4T16, efeito da menor concentração de chuvas no período. O mix de produção da Raízen reflete a constante análise de rentabilidade por produto e neste trimestre atingiu 48% de açúcar (versus 57% no 4T16).

A receita líquida ajustada (nota 12 da tabela abaixo) foi de R\$ 3,4 bilhões (-7%), impactada principalmente pelos menores preços médios de açúcar e etanol, comparados ao 4T16, apesar dos maiores volumes vendidos de açúcar e energia (com melhor preço). A maior moagem no período possibilitou o aumento da produção, com destaque para etanol e bioenergia. Os efeitos em volume e receita líquida para os principais produtos no trimestre foram:

Açúcar: A receita líquida ajustada foi de R\$ 1,3 bilhão (-16%) no 4T17, redução explicada pelo menor preço médio de açúcar fixado nas vendas deste trimestre em Reais (R\$ 1.228/ton, -18% versus o 4T16). O volume de vendas foi de 1,1 milhão de toneladas (+2%), impulsionado pelo crescimento do volume vendido no mercado doméstico (+19%).

Etanol: A receita líquida totalizou R\$ 1,7 bilhão (-11%), devido ao menor preço médio no período que foi de R\$ 1.714/m³ (-11%), alinhado aos preços praticados no mercado (base ESALQ). O volume de vendas permaneceu estável, apesar da maior produção, alinhado à estratégia de comercialização para a safra.

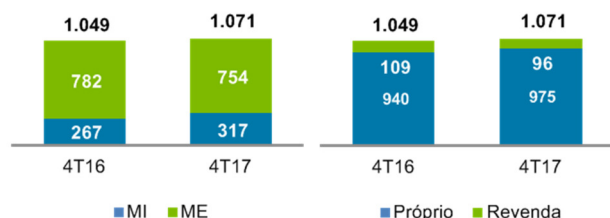
Cogeração: A receita líquida pela venda de energia atingiu R\$ 280 milhões (+136%), aumento explicado tanto pelos maiores volumes de *trading* e próprio comercializados (+49%), em função da maior disponibilidade de bagaço, quanto pelo preço médio de R\$ 280/MWh, 59% superior ao 4T16.

Composição das Vendas R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16
Receita Líquida Ajustada	3.387,4	3.652,8	-7,3%
Venda de Açúcar	1.314,8	1.566,8	-16,1%
Mercado Interno	326,0	426,9	-23,6%
Mercado Externo ¹²	988,9	1.139,9	-13,3%
Venda de Etanol	1.676,3	1.880,4	-10,9%
Mercado Interno	1.149,8	1.518,6	-24,3%
Mercado Externo	526,5	361,8	45,5%
Cogeração de Energia	279,7	118,6	n/a
Outros Produtos e Serviços	116,6	87,0	34,0%
Ajuste de Hedge Accounting - Dívida	-	-	n/a
Ajuste do efeito câmbio no açúcar	(93,8)	(176,7)	-46,9%
Receita Líquida	3.293,6	3.476,1	-5,3%

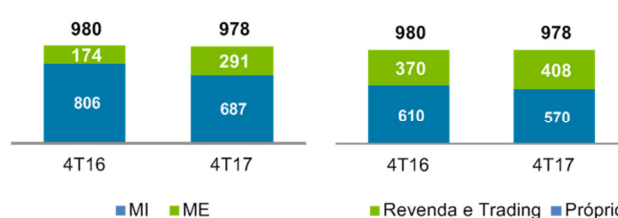
Nota 12: Receita líquida de açúcar ME inclui os efeitos de *Hedge Accounting* – dívida e do hedge do câmbio no açúcar.

Volumes Vendidos 4T17 x 4T16

Açúcar ('000 ton)



Etanol ('000 m³)



Estoque de Açúcar					
	31/12/2017	31/12/2016	Var.%	30/09/2017	Var.%
'000 ton	1.212	1.252	-3,2%	1.374	-11,8%
R\$ MM	1.140	1.197	-4,8%	1.155	-1,3%
R\$/ton	940	956	-1,6%	841	11,9%

Estoque de Etanol					
	31/12/2017	31/12/2016	Var.%	30/09/2017	Var.%
'000 m³	1.005	639	57,4%	895	12,3%
R\$ MM	1.311	1.010	29,9%	1.177	11,4%
R\$/m³	1.305	1.581	-17,5%	1.315	-0,8%

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 2,6 bilhões (+2%) no 4T17, devido ao maior volume vendido de revenda e trading de etanol, com maior custo unitário, e menor impacto de variação do ativo biológico quando comparado ao 4T16. Este efeito foi parcialmente compensado pela redução de 16% do custo caixa unitário dos produtos próprios, medido em açúcar.

equivalente, impactado diretamente pelo menor CONSECANA médio do trimestre (-15%), indicador que afeta os custos de arrendamento de terras e compra de cana de fornecedores. Ainda assim, a maior diluição de custos fixos, consequência da moagem superior no período, e o contínuo foco em eficiência na operação agrícola e industrial contribuíram para que o custo caixa unitário, excluindo o efeito do CONSECANA, atingisse R\$ 666/ton (-7% versus 4T16).

Custo dos Produtos Vendidos R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16
Custo dos Produtos Vendidos	(2.645,8)	(2.603,4)	1,6%
Custo Caixa Unitário¹³ (R\$/ton)	(600,8)	(717,8)	-16,3%
Custo Caixa Unitário¹³ ex CONSECANA (R\$/ton)	(666,3)	(717,8)	-7,2%

Nota 13: Custo caixa de volumes próprios, exclui depreciações e amortizações de plantio, trato cultural, agrícola, industrial e manutenção de entressafra.

As despesas com vendas, gerais e administrativas cresceram no trimestre e atingiram R\$ 363 milhões no 4T17 (+11% versus 4T16), em função de maiores despesas com vendas atreladas ao maior volume vendido, principalmente de etanol no mercado externo.

O EBITDA ajustado do 4T17 foi de R\$ 891 milhões (-11%), impactado principalmente pelos menores preços de açúcar e etanol no período. Desde o 2T17, primeiro trimestre desta safra, adicionamos um ajuste ao EBITDA denominado “Efeito câmbio no açúcar”, com o objetivo de incluir no resultado operacional o impacto do câmbio efetivamente utilizado para proteção das exportações do açúcar. Vale lembrar que a fixação de preços de açúcar na Raízen é feita em Reais, ou seja, *hedge de commodity* e de moeda. A valorização do Real frente ao dólar impactou negativamente o EBITDA do 4T17, pois a receita reconhecida nas exportações de açúcar reflete o câmbio efetivo da data do embarque ao longo do trimestre. Assim, tivemos um efeito positivo de R\$ 94 milhões que foram reconhecidos no resultado financeiro até a data (incluindo trimestres passados) referente aos instrumentos de proteção de câmbio contratados para fixação da receita em Reais, destacado na tabela de EBITDA abaixo. A taxa de câmbio média fixada para os embarques foi de R\$ 3,61/USD, comparada a uma taxa média de câmbio realizada (PTAX) de R\$ 3,24/USD. Conforme demonstrado na tabela abaixo, o EBITDA reportado do 4T17 foi impactado pelos efeitos: (i) positivo de R\$ 67 milhões de variação do ativo biológico, dado o menor CONSECANA, (ii) negativo de R\$ 94 milhões referente ao câmbio designado para proteção das exportações de açúcar e (iii) negativo de R\$ 9 milhões de resultado operacional não realizado entre a Raízen Energia e a Raízen Combustíveis.

EBITDA e EBIT R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16
EBITDA	855,4	1.035,1	-17,4%
Variação do Ativo Biológico	(67,1)	(328,9)	-79,6%
Efeito do câmbio no açúcar	93,8	176,7	-46,9%
Efeito pontual de lucro não realizado	9,1	119,8	-92,4%
EBITDA Ajustado	891,2	1.002,7	-11,1%
EBIT Ajustado	303,3	482,6	-37,1%

A posição de volumes e preços de açúcar fixados com *tradings* ou via instrumentos financeiros derivativos, em Dólar Americano e convertido para Reais, até 31 de dezembro de 2017, respectivamente, são resumidas como segue:

Sumário das Operações de Hedge em 31/12/2017 ¹⁴		
Açúcar	2017/2018	2018/2019
Volume ('000 ton)	2.763,0	614,4
Preço Médio ¹⁵ (cR\$/lb)	64,9	51,9
Preço Médio (cUS\$/lb)	17,2	15,1

Nota 14: Cobertura de hedge leva em consideração os anos-safra com término em 31/03/2018 e 31/03/2019.

Nota 15: O preço em cR\$/lb considera a proteção cambial de instrumentos financeiros, já a receita líquida é contabilizada pela taxa de câmbio realizada no período.

O CAPEX da Raízen Energia atingiu R\$ 520 milhões no trimestre (+14% versus 4T16), em função de (i) concentração de investimentos em ativos biológicos (+28%), dada a maior colheita e consequentemente maior dispêndio em trato e plantio; (ii) aceleração de investimentos mandatórios em SSMA - projetos relacionados à saúde, segurança e meio ambiente (+33%); e (iii) maior dispêndio em mecanização, reflexo da antecipação de renovação de equipamentos agrícolas.

CAPEX R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16
CAPEX Total	520,3	456,7	13,9%
CAPEX Manutenção	367,1	374,2	-1,9%
Ativos Biológicos	252,7	198,1	27,6%
Manutenção de Entressafra	114,4	176,1	-35,0%
CAPEX Operacional	70,3	40,3	74,7%
SSMA e Sustaining	44,3	33,2	33,4%
Mecanização	18,6	3,0	n/a
Industrial	7,4	4,0	85,2%
CAPEX de Projetos	82,8	42,2	96,3%

B.3 Comgás

A Comgás apresentou expansão de 4% no volume total de vendas de gás natural tanto no 4T17 quanto no ano. No segmento industrial, o crescimento de 3% em relação ao 4T16 e 4% em relação ao ano de 2016 é explicado pela retomada gradual da atividade econômica e por negociações comerciais para incremento de volume. No segmento residencial, a adição de 105 mil clientes ao longo do ano resultou em um crescimento de 5% em 2017, apesar da leve queda (-1%) apresentada no 4T17, em função da maior temperatura média no período. Já no segmento comercial, o incremento de volume de 6% no trimestre e no ano é resultado principalmente da adição de 923 clientes nos últimos 12 meses.

Volumes Vendidos 000 m³	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Venda de Gás - Ex Termogeração	1.089	1.047	4,0%	1.114	-2,3%	4.291	4.119	4,2%
Residencial	64	64	-0,6%	77	-16,8%	259	245	5,5%
Comercial	38	36	6,1%	37	0,8%	144	136	6,3%
Industrial	848	822	3,2%	877	-3,2%	3.391	3.270	3,7%
Cogeração	86	74	16,8%	74	16,9%	297	273	8,6%
Automotivo	53	52	2,1%	50	5,2%	201	195	3,0%

A receita líquida alcançou R\$ 1,5 bilhão (+13%) no 4T17, refletindo o aumento das tarifas definidas pela ARSESP em maio de 2017 e o maior volume distribuído no trimestre. Em 2017, a receita líquida foi de R\$ 5,5 bilhões (-2%), impactada pela redução das tarifas determinada pela ARSESP nas portarias em 2016, parcialmente compensada pelo maior volume distribuído no ano quando comparado a 2016 e pelo aumento das tarifas aplicado em maio de 2017.

O custo total dos bens e serviços vendidos totalizou R\$ 969 milhões no trimestre (+14%) e R\$ 3,5 bilhões no ano (+10%), em função do aumento do custo unitário do gás natural somado ao aumento do volume de vendas. O incremento do custo unitário do gás reflete principalmente a variação do preço do petróleo, que é a referência dos contratos de fornecimento de gás.

As despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R\$ 265 milhões (-4%) no 4T17 e de R\$ 998 milhões (-1%) em 2017. Excluindo a depreciação e amortização, as despesas totalizaram R\$ 501 milhões em 2017, acréscimo de 2% comparado ano anterior, permanecendo abaixo da inflação do período.

O EBITDA normalizado pela conta corrente regulatória atingiu R\$ 416 milhões (+16%) no 4T17 refletindo a recuperação do volume de vendas e correção das margens em maio de 2017. O EBITDA IFRS do 4T17 atingiu R\$ 375 milhões (+22%), devido à menor devolução da conta corrente regulatória se comparado ao 4T16. Em 2017, o EBITDA normalizado superou o *guidance* e totalizou R\$ 1,7 bilhão (+19%). O maior volume distribuído, a correção das margens pela inflação e as eficiências obtidas nas despesas operacionais contribuíram para o crescimento obtido no ano. Já o EBITDA IFRS atingiu R\$ 1,5 bilhão, redução de 23%, devido ao impacto da devolução da conta corrente regulatória.

Ao longo de 2017, a Companhia realizou uma devolução líquida de R\$ 193 milhões da conta corrente regulatória para os clientes. Ao final do ano, o saldo passivo da conta corrente regulatória totalizou R\$ 221 milhões.

EBITDA R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA Normalizado	416,1	358,6	16,0%	476,9	-12,7%	1.737,2	1.464,5	18,6%
EBITDA IFRS	375,0	308,0	21,7%	463,3	-19,1%	1.517,9	1.964,7	-22,7%

Os investimentos totalizaram R\$ 152 milhões no 4T17 e R\$ 460 milhões em 2017, em linha com o CAPEX de 2016 e com o planejamento feito para o ano.

O relatório de resultados completo da Comgás encontra-se disponível no site: ri.comgas.com.br. Apresentamos também, na página 22 deste relatório, a reconciliação contábil da visão Cosan para visão Comgás do Lucro Líquido.

B.4 Moove (Lubrificantes)

Apesar da recuperação apresentada nos últimos trimestres, o volume vendido de lubrificantes no mercado brasileiro apresentou leve redução no 4T17 (-1% na comparação com o 4T16, base Plural – antigo SINDICOM). No ano de 2017, as vendas do mercado brasileiro tiveram desempenho em linha com o ano anterior.

Na Moove, o volume total vendido no trimestre ficou em linha com o mesmo período do ano anterior. A performance de vendas do 4T17 de lubrificantes acabados no Brasil e nos mercados internacionais apresentou expansão. **Em 2017, o volume total vendido pela Moove expandiu 6% comparado a 2016.** Este crescimento reflete a consistência da estratégia comercial do negócio, focada no aumento da base de clientes e da participação no mercado de montadoras.

O EBITDA atingiu R\$ 34 milhões no 4T17 (-27%) e R\$ 175 milhões em 2017 (+29%), em linha com o *guidance* divulgado. O melhor resultado do ano se deve, principalmente, ao maior volume de vendas com melhor mix de produtos.

EBITDA R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	33,9	46,2	-26,6%	44,5	-23,7%	174,7	135,6	28,8%
Margem EBITDA (%)	5,3%	10,2%	-4,9 p.p.	8,3%	-3,0 p.p.	8,2%	7,2%	1,0 p.p.

B.5 Cosan Corporativo

O resultado do segmento Cosan Corporativo representa a estrutura corporativa da Cosan, ou seja, despesas com serviços de consultorias diversas e despesas com pessoal (salários, encargos e indenizações), além de efeitos resultantes de demandas judiciais diversas, incluindo as oriundas dos negócios contribuídos à Raízen anteriores a sua formação, bem como outros investimentos.

Despesas e EBITDA R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Despesas Gerais e Administrativas	(44,0)	(43,3)	1,7%	(40,0)	10,0%	(158,6)	(165,1)	-3,9%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	973,4	(16,6)	n/a	(13,0)	n/a	911,1	(96,9)	n/a
Efeitos Pontuais	1.040,0	-	n/a	-	n/a	1.040,0	-	n/a
Outras	(66,5)	(16,6)	n/a	(13,0)	n/a	(128,9)	(96,9)	33,1%
EBITDA Ex-Equivalência Patrimonial	933,5	(57,7)	n/a	(51,6)	n/a	765,0	(258,7)	n/a
(+) Equivalência Patrimonial	399,1	542,9	-26,5%	539,2	-26,0%	1.387,4	2.044,2	-32,1%
EBITDA	1.332,6	485,2	n/a	487,6	n/a	2.152,5	1.785,5	20,6%

As despesas gerais e administrativas do Corporativo da Cosan atingiram R\$ 44 milhões (+2%) no 4T17, em linha com a inflação do período. Em 2017, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 159 milhões, redução de 4% reflexo dos esforços para controle de custos e adequação da estrutura corporativa da Companhia. As outras despesas operacionais, ajustadas pelos efeitos pontuais destacados nos períodos, são compostas principalmente por despesas jurídicas e contingências, e alcançaram R\$ 66 milhões no trimestre e R\$ 129 milhões no ano.

Cabe ressaltar que foi reconhecido no resultado do 4T17 o efeito contábil no montante de R\$ 1,0 bilhão referente à cessão de direitos creditórios decorrentes de determinadas ações indenizatórias propostas em face da União Federal, conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 22 de dezembro de 2017. O efeito caixa desta venda foi efetivado em janeiro de 2018.

C. Demais Linhas do Resultado Consolidado (exclui Raízen) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Custo da Dívida Bruta	(267,2)	(252,7)	5,7%	(104,4)	n/a	(834,6)	(1.148,7)	-27,3%
Bônus Perpétuo	(92,6)	(58,5)	58,3%	45,7	n/a	(126,4)	(319,1)	-60,4%
Juros de Dívidas Bancárias	(174,6)	(194,2)	-10,1%	(150,0)	16,4%	(708,2)	(829,6)	-14,6%
Rendimento de Aplicações Financeiras	80,5	94,6	-14,9%	70,7	14,0%	360,0	323,2	11,4%
(=) Juros da Dívida Líquida	(186,7)	(158,1)	18,1%	(33,7)	n/a	(474,6)	(825,5)	-42,5%
Outros Encargos e Variações Monetárias	(56,6)	(44,9)	25,8%	32,1	n/a	(140,9)	(365,6)	-61,5%
Despesas Bancárias, Fees e Outros	(252,5)	(86,6)	n/a	(9,2)	n/a	(282,9)	(116,7)	n/a
Resultado Financeiro	(495,7)	(289,6)	71,1%	(10,7)	n/a	(898,4)	(1.307,9)	-31,3%

As despesas financeiras líquidas do 4T17 foram de R\$ 496 milhões (+71%). O custo da dívida bruta totalizou R\$ 267 milhões (+6%), crescimento explicado pela maior taxa de cambio no período que impacta a parcela não protegida do bônus perpétuo. Este efeito foi parcialmente compensado por menor despesa com juros das demais dívidas bancárias (inclui despesas com juros, variação cambial e resultado de derivativos), que atingiu R\$ 175 milhões (-10%), refletindo a queda na taxa do CDI. O custo médio ponderado das dívidas da Companhia (excluindo Raízen) no 4T17 foi equivalente a 112% do CDI. **A menor taxa do CDI no período também afetou o rendimento de aplicações financeiras, que foi de R\$ 81 milhões (-15%, versus 4T16).**

Os outros encargos e variações monetárias totalizaram R\$ 57 milhões no 4T17 (+26%), crescimento que reflete a correção monetária de contingências, em parte compensado pelo efeito positivo da marcação a mercado de instrumentos patrimoniais da Companhia, composto principalmente pelas ações da Rumo (B3: RAIL3) detidas pela Cosan S/A.

A linha de Despesa Bancária, Fees e Outros totalizou R\$ 252 milhões e foi negativamente impactada neste trimestre pelo desconto concedido na operação de cessão de direitos creditórios decorrentes de ações indenizatórias, conforme destacado na seção Cosan Corporativo deste relatório.

Em 2017, o resultado financeiro totalizou despesas líquidas de R\$ 898 milhões, 31% inferior à 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Segue abaixo composição das despesas com IR/CS do 4T17 por unidade de negócio.

Imposto de Renda e Contribuição Social R\$ MM	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Ajustes e Eliminações	Consolidado Contábil
Lucro Operacional antes do IR/CS	171,9	(7,6)	935,4	(105,1)	994,7
Alíquota Nominal de IR/CS (%)	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Despesa Teórica IR/CS	(58,5)	2,6	(318,0)	35,7	(338,2)
Diferenças Permanentes não tributáveis / Equivalência Patrimonial	48,6	(2,4)	69,9	(35,7)	80,4
Outros	-	(1,8)	(0,9)	-	(2,7)
Despesa Efetiva de IR/CS	(9,8)	(1,6)	(249,0)	-	(260,5)
Alíquota Efetiva de IR/CS (%)	5,7%	-21,3%	26,6%	0,0%	26,2%
Despesas com IR/CS					
Corrente	19,5	(4,3)	(1,0)	-	14,2
Diferido	(29,3)	2,7	(248,1)	-	(274,7)

Lucro Líquido

O lucro líquido da Cosan no 4T17 atingiu R\$ 686 milhões, superior ao resultado líquido de R\$ 183 milhões reportado no 4T16. O principal impacto neste trimestre foi o reconhecimento do resultado líquido de R\$ 788 milhões referentes à cessão de direitos creditórios, destacado anteriormente. Excluindo este ganho, o resultado do 4T17 seria um prejuízo líquido ajustado de R\$ 101 milhões, conforme reconciliado na página 5 deste relatório.

Em 2017, a Companhia alcançou lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão (+27% versus 2016). Considerando os ajustes de efeitos não recorrentes destacados trimestralmente, o lucro líquido ajustado seria de R\$ 694 milhões (+12%) explicado pelo melhor desempenho operacional de todos os negócios.

D. Empréstimos e Financiamentos

A dívida bruta consolidada proforma da Cosan (excluindo o PESA da Raízen Energia) encerrou o 4T17 em R\$ 15 bilhões (+10%) no 4T17, impactado principalmente por emissões de dívida realizadas pela Raízen: (i) R\$ 700 milhões de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) e (ii) R\$ 1,0 bilhão de Pré Pagamento de Exportação (PPE).

A alavancagem proforma da Cosan (incluindo as obrigações com acionistas preferencialistas) atingiu 2,0x Dívida Líquida/EBITDA (considerando o EBITDA proforma dos últimos 12 meses). Mesmo considerando a normalização do resultado da Comgás pelo efeito da conta corrente regulatório, a alavancagem permaneceria em 2,0x.

O endividamento líquido bancário proforma, que exclui obrigações com acionistas preferencialistas, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 9,5 bilhões, aumento de R\$ 1,3 bilhão em relação ao 3T17. Os principais impactos no fluxo de caixa da companhia são comentados na seção de "Reconciliação do Fluxo de Caixa" deste relatório.

Empréstimos e Financiamentos 4T17 R\$ MM	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Cosan S/A	Raízen Energia (50%)	Raízen Combustíveis (50%)	Cosan S/A Proforma
Saldo inicial de dívida líquida Proforma	1.010,0	297,0	2.602,6	3.909,7	3.790,2	534,6	8.234,5
Caixa e Equivalente de Caixa e TVM	2.454,6	133,1	1.659,6	4.247,3	1.119,1	103,1	5.469,4
Endividamento Bruto	3.464,6	430,1	4.262,2	8.157,0	4.909,3	637,7	13.704,0
Itens com impacto caixa	193,9	137,8	(40,6)	291,0	(194,5)	821,8	918,3
Captação	404,3	235,0	12,7	652,1	100,0	828,5	1.580,6
Pagamento de principal	(108,6)	(85,2)	(38,3)	(232,0)	(181,9)	(2,0)	(415,9)
Pagamento de juros	(107,8)	(3,0)	(35,6)	(146,4)	(112,6)	(4,7)	(263,7)
Derivativos	6,0	(9,1)	20,5	17,4	-	-	17,4
Itens sem impacto caixa	95,6	28,9	150,6	275,1	166,5	(51,0)	390,7
Provisão de juros (accrual)	57,9	4,9	82,3	145,1	67,8	6,6	219,5
Variação monetária e ajuste de MTM dívida	23,4	9,3	38,2	70,9	18,8	1,5	91,2
Variação cambial líquida de derivativos	14,3	14,7	30,1	59,2	79,9	(59,1)	80,0
Saldo final de endividamento bruto	3.754,0	596,9	4.372,2	8.723,1	4.881,4	1.408,5	15.013,0
Caixa e Equivalente de Caixa e TVM	2.237,1	197,6	1.415,7	3.850,4	1.034,7	610,9	5.496,0
Saldo final de dívida líquida Proforma	1.517,0	399,3	2.956,5	4.872,7	3.846,7	797,6	9.517,0
<i>Obrigações acionistas preferencialistas em subsidiárias</i>	-	-	1.442,7	1.442,7	-	-	1.442,7
Saldo final de div. Líq. Proforma + Obrigações acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.517,0	399,3	4.399,2	6.315,4	3.846,7	797,6	10.959,7

E. Reconciliação da Variação da Dívida Líquida

Demonstração de Fluxo de Caixa 4T17 R\$ MM	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Eliminações	Cosan S/A	Combinado Raízen (50%)	Eliminações	Cosan S/A Proforma
Saldo Inicial de Dívida Líquida	(1.010,0)	(297,0)	(2.602,6)	-	(3.909,7)	(4.324,8)	-	(8.234,5)
Saldo Final de Dívida Líquida	(1.517,0)	(399,3)	(2.956,5)	-	(4.872,7)	(4.644,2)	-	(9.517,0)
Variação da dívida líquida	(506,9)	(102,3)	(353,8)	-	(963,0)	(319,4)	-	(1.282,4)
Itens sem efeito caixa	95,6	28,9	150,6	-	275,1	115,6	-	390,7
Provisão de juros (accrual)	57,9	4,9	82,3	-	145,1	74,5	-	219,5
Variação monetária e ajuste de MTM da dívida	23,4	9,3	38,2	-	70,9	20,3	-	91,2
Variação cambial, líquida de derivativos	14,3	14,7	30,1	-	59,2	20,8	-	80,0
Variação da dívida líquida caixa	(411,4)	(73,3)	(203,2)	-	(687,9)	(203,8)	-	(891,8)
Reconciliação geração/(consumo) da dívida líquida caixa								
EBITDA	375,0	33,9	1.332,6	(105,1)	1.636,4	833,8	(278,8)	2.191,3
Efeitos não caixa no EBITDA	63,4	12,3	(1.362,8)	105,1	(1.182,0)	(51,5)	278,8	(954,7)
Variação de Ativos e Passivos	(81,3)	(8,6)	(69,1)	-	(159,0)	(167,9)	-	(326,9)
Resultado financeiro operacional	39,8	(1,1)	16,0	-	54,7	(3,6)	-	51,2
Fluxo de Caixa Operacional	396,9	36,5	(83,4)	-	350,1	610,8	-	960,9
CAPEX	(108,4)	(26,2)	(1,5)	-	(136,1)	(386,7)	-	(522,9)
Outros	-	(116,5)	(87,0)	30,4	(173,1)	24,2	-	(148,9)
Fluxo de Caixa de Investimento	(108,4)	(142,7)	(88,5)	30,4	(309,3)	(362,5)	-	(671,8)
Outros Efeitos ex Dívida	-	29,7	(862,0)	-	(831,4)	(9,8)	-	(841,3)
Aporte de acionistas não controladores	-	-	70,2	(30,4)	39,0	-	-	39,0
Dividendos recebidos	-	-	883,7	(434,8)	448,9	-	(444,3)	4,7
Cosan S.A.	-	-	(134,7)	-	(134,7)	-	444,3	309,5
Comgás	(699,8)	-	-	434,8	(265,0)	-	-	(265,0)
Raízen	-	-	-	-	-	(450,3)	-	(450,3)
Dividendos Pagos	(699,8)	-	(134,7)	434,8	(399,7)	(450,3)	444,3	(405,7)
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	-	3,1	11,4	-	14,5	7,9	-	22,4
Variação da dívida líquida caixa	(411,4)	(73,3)	(203,2)	-	(687,9)	(203,8)	-	(891,8)

F. Reconciliação do Fluxo de Caixa

Apresentamos abaixo as informações necessárias para reconciliação da geração (consumo) de caixa líquido para o acionista (FCFE) em base contábil ("Cosan S/A") e em base proforma ("Consolidado Proforma") que leva em consideração a consolidação de 50% dos resultados da Raízen.

Neste trimestre, cabe ressaltar que houve um desembolso de caixa (FCF) realizado pela Cosan S/A (Cosan Corporativo) de R\$ 833 milhões referente à aquisição das ações da Comgás, decorrente do exercício da opção de venda pela Shell contra a Cosan Limited, controladora da Companhia. Houve também o pagamento de R\$ 700 milhões em dividendos distribuídos pela Comgás.

Demonstração do Fluxo de Caixa					4T17				4T16	
R\$ MM	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Eliminações	Cosan S/A	Combinado Raízen (50%)	Eliminações	Cosan S/A Proforma	Cosan S/A Proforma	Var. %
EBITDA	375,0	33,9	1.332,6	(105,1)	1.636,4	833,8	(278,8)	2.191,3	1.352,0	62,1%
Efeitos não caixa no EBITDA	63,4	12,3	(1.362,8)	105,1	(1.182,0)	(51,5)	278,8	(954,7)	(137,8)	n/a
Varição de Ativos e Passivos	(81,3)	(8,6)	(69,1)	-	(159,0)	(167,9)	-	(326,9)	(211,4)	54,7%
Resultado financeiro operacional	39,8	(1,1)	16,0	-	54,7	(3,6)	-	51,2	249,7	-79,5%
Fluxo de Caixa Operacional	396,9	36,5	(83,4)	-	350,1	610,8	-	960,9	1.252,5	-23,3%
CAPEX	(108,4)	(26,2)	(1,5)	-	(136,1)	(386,7)	-	(522,9)	(490,9)	6,5%
Outros	-	(116,5)	(87,0)	30,4	(173,1)	24,2	-	(148,9)	937,4	n/a
Fluxo de Caixa de Investimento	(108,4)	(142,7)	(88,5)	30,4	(309,3)	(362,5)	-	(671,8)	446,5	n/a
Captação de dívida	404,3	235,0	12,7	-	652,1	928,5	-	1.580,6	854,3	85,0%
Pagamento de principal	(108,6)	(85,2)	(38,3)	-	(232,0)	(183,9)	-	(415,9)	(648,1)	-35,8%
Pagamento de juros	(107,8)	(3,0)	(35,6)	-	(146,4)	(125,4)	-	(271,8)	(267,8)	1,5%
Derivativos	6,0	(9,1)	20,5	-	17,4	-	-	17,4	(119,8)	n/a
Outros	-	29,7	(791,8)	(30,4)	(792,4)	(1,7)	-	(794,1)	(36,4)	n/a
Fluxo de Caixa de Financiamento	193,9	167,5	(832,4)	(30,4)	(501,4)	617,5	-	116,1	(217,8)	n/a
Dividendos recebidos	-	-	883,7	(434,8)	448,9	-	(444,3)	4,7	1,8	n/a
Caixa livre para os acionistas (FCFE)	482,3	61,3	(120,5)	(434,8)	(11,7)	865,8	(444,3)	409,9	1.483,1	-72,4%
Cosan S.A.	-	-	(134,7)	-	(134,7)	-	444,3	309,5	(20,3)	n/a
Comgás	(699,8)	-	-	434,8	(265,0)	-	-	(265,0)	(64,5)	n/a
Raízen	-	-	-	-	-	(450,3)	-	(450,3)	(585,0)	-23,0%
Dividendos Pagos	(699,8)	-	(134,7)	434,8	(399,7)	(450,3)	444,3	(405,7)	(669,9)	-39,4%
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	-	3,1	11,4	-	14,5	7,9	-	22,4	19,3	16,4%
Caixa líquido gerado (consumido) no período	(217,5)	64,5	(243,8)	-	(396,9)	423,5	-	26,6	832,5	-96,8%

Demonstração de Fluxo de Caixa 4T17	Raízen Energia	Raízen Combustíveis
Fluxo de Caixa Operacional	294,9	315,9
Fluxo de Caixa de Investimentos	(255,9)	(106,6)
Fluxo de Caixa de Financiamento	30,8	586,7
Caixa livre para os acionistas (FCFE)	69,8	796,0

G. Guidance

Apresentamos nesta seção o comparativo entre *guidance* e realizado para 2017 para cada um dos parâmetros chave nos resultados consolidados da Cosan, além das projeções para o ano de 2018. Divulgamos também o *guidance* preliminar da Raízen Energia para o ano-safra 2018/19, que tem início em abril de 2018 e se encerra em março do ano seguinte. Por esse motivo, as projeções podem sofrer alterações até a conclusão do processo orçamentário da Raízen.

As demais seções deste Relatório de Resultados também podem conter projeções. Tais projeções e *guidance* são apenas estimativas e indicativas, não sendo garantia de quaisquer resultados futuros.

O EBITDA consolidado da Cosan é apresentado em base proforma, que inclui 50% dos resultados da Raízen Combustíveis e Raízen Energia. Vale lembrar que os resultados da Raízen não são contabilmente consolidados proporcionalmente na Cosan, sendo reconhecido apenas seu lucro na linha "Resultado de Equivalência Patrimonial".

		Resultado 2017 (jan-dez/17)	Guidance 2018 (jan-dez/18)
Cosan S/A Consolidado	Receita Líquida Proforma (R\$ MM)	49.368	50.000 ≤ Δ ≤ 53.000
	EBITDA Proforma ¹⁶ (R\$ MM)	5.134	4.900 ≤ Δ ≤ 5.400
Raízen Combustíveis	EBITDA Ajustado ¹⁶ (R\$ MM)	2.939	2.850 ≤ Δ ≤ 3.150
	CAPEX (R\$ MM)	781	800 ≤ Δ ≤ 1.000
Comgás	Volume Total de Gás Vendido, ex-Termo ('000 m³)	4.292	4.400 ≤ Δ ≤ 4.600
	EBITDA Normalizado ¹⁷ (R\$ MM)	1.737	1.770 ≤ Δ ≤ 1.870
	CAPEX (R\$ MM)	460	450 ≤ Δ ≤ 500
Moove	EBITDA (R\$MM)	175	200 ≤ Δ ≤ 230

		Resultado Safrá 2016/17 (abr/16-mar/17)	Guidance Safrá 2017/18 (abr/17-mar/18)	Guidance Preliminar Safrá 2018/19 (abr/18-mar/19)
Raízen Energia	Volume de Cana Moída ('000 ton)	59.391	59.000 ≤ Δ ≤ 63.000	63.000 ≤ Δ ≤ 67.000
	Volume de Açúcar Produzido ('000 ton)	4.227	4.300 ≤ Δ ≤ 4.700	4.200 ≤ Δ ≤ 4.600
	Volume de Etanol Produzido ('000 m³)	1.990	2.000 ≤ Δ ≤ 2.300	2.300 ≤ Δ ≤ 2.600
	Volume de Energia Vendida (milhares de MWh)	2.802	2.200 ≤ Δ ≤ 2.400	2.500 ≤ Δ ≤ 2.700
	EBITDA Ajustado ¹⁶ (R\$ MM)	3.078	3.900 ≤ Δ ≤ 4.300	3.400 ≤ Δ ≤ 3.800
	CAPEX (R\$ MM)	2.088	2.300 ≤ Δ ≤ 2.600	2.400 ≤ Δ ≤ 2.700

Nota 16: O EBITDA Proforma da Cosan S/A Consolidado considera, tanto no resultado quanto no *guidance*, os ajustes que são devidamente destacados nos relatórios de resultado da Companhia a cada trimestre, ou seja, reflete os resultados recorrentes das operações, excluindo eventuais efeitos pontuais.

Aviso Legal

Este documento contém declarações e informações prospectivas. Tais declarações e informações prospectivas são, unicamente, previsões e não garantias do desempenho futuro. Advertimos a todos os *stakeholders* que as referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e fatores relativos às operações e aos ambientes de negócios da Cosan e suas controladas, em virtude dos quais os resultados reais de tais sociedades podem diferir de maneira relevante de resultados futuros expressos ou implícitos nas declarações e informações prospectivas.

H. Demonstrações Financeiras

H.1 Cosan S/A Consolidado Contábil

Indicadores	4T17	4T16	Var.%	3T17	Var.%	2017	2016	Var.%
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
EBITDA	1.636,4	766,4	n/a	869,4	88,2%	3.463,3	3.408,7	1,6%
CAPEX	179,6	173,6	3,5%	149,7	20,0%	519,3	516,9	0,5%

Demonstração do Resultado do Exercício	4T17	4T16	Var.%	3T17	Var.%	2017	2016	Var.%
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
Receita operacional líquida	2.135,0	1.776,5	20,2%	2.071,4	3,1%	7.670,8	7.541,8	1,7%
Custo dos produtos vendidos	(1.464,4)	(1.173,4)	24,8%	(1.324,5)	10,6%	(5.045,9)	(4.586,6)	10,0%
Lucro bruto	670,5	603,1	11,2%	746,9	-10,2%	2.624,9	2.955,2	-11,2%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(440,9)	(429,0)	2,8%	(402,8)	9,5%	(1.637,2)	(1.603,4)	2,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	968,8	(35,6)	n/a	(28,4)	n/a	881,0	(115,8)	n/a
Resultado financeiro	(495,7)	(289,6)	71,1%	(10,7)	n/a	(898,4)	(1.307,9)	-31,3%
Equivalência patrimonial	292,0	464,6	-37,2%	411,8	-29,1%	998,0	1.557,3	-35,9%
Imposto de renda e contribuição social	(260,5)	13,0	n/a	(147,7)	76,4%	(457,7)	(60,2)	n/a
Participação de não controladores	(47,8)	(49,1)	-2,7%	(69,3)	-31,0%	(195,2)	(354,0)	-44,9%
Lucro líquido	686,4	183,3	n/a	499,7	37,4%	1.315,3	1.036,1	27,0%

Balanço Patrimonial	4T17	3T17
R\$ MM	31/12/2017	30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	3.150	3.720
Títulos e valores mobiliários	700	527
Duplicatas a receber de clientes	918	892
Estoques	381	356
Instrumentos financeiros e derivativos	1.052	1.002
Outros ativos circulantes	2.313	682
Outros ativos não circulantes	1.554	1.966
Investimentos	8.707	8.940
Imobilizado	412	382
Intangível	9.351	9.189
Ativo Total	28.539	27.657
Empréstimos e financiamentos	9.675	8.920
Instrumentos financeiros e derivativos	115	241
Fornecedores	1.805	1.700
Ordenados e salários a pagar	124	110
Outros passivos circulantes	1.449	660
Outros passivos não circulantes	5.074	4.712
Patrimônio líquido	10.297	11.315
Passivo Total	28.539	27.657

H.2 Raízen Combustíveis

Volumes Vendidos 000 m³	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume total	6.579	6.310	4,3%	6.594	-0,2%	25.560	24.831	2,9%
Etanol	855	637	34,3%	714	19,8%	2.694	2.786	-3,3%
Gasolina	2.223	2.422	-8,3%	2.244	-1,0%	9.184	8.828	4,0%
Diesel	2.885	2.638	9,4%	3.028	-4,7%	11.295	10.688	5,7%
Aviação	547	530	3,1%	528	3,5%	2.086	2.191	-4,8%
Outros	69	82	-16,6%	79	-13,2%	301	338	-10,9%
Ciclo Otto	3.078	3.060	0,6%	2.958	4,0%	11.878	11.614	2,3%
Gasolina Equivalente	2.840	2.883	-1,5%	2.760	2,9%	11.129	10.840	2,7%

Indicadores R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	812,1	1.074,8	-24,4%	901,1	-9,9%	3.060,4	3.414,3	-10,4%
EBITDA ajustado	806,1	893,5	-9,8%	894,1	-9,8%	2.938,7	2.811,8	4,5%
Margem EBITDA ajustado (R\$/m³)	122,5	141,6	-13,5%	135,6	-9,6%	115,0	113,2	1,5%
EBIT	659,0	908,3	-27,4%	730,9	-9,8%	2.424,5	2.790,3	-13,1%
EBIT ajustado	653,0	727,0	-10,2%	723,9	-9,8%	2.302,8	2.187,7	5,3%
Rebate	45,5	45,3	0,4%	46,3	-1,9%	185,3	170,9	8,5%
CAPEX	166,6	200,4	-16,9%	185,4	-10,2%	781,0	797,0	-2,0%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Receita operacional líquida	19.374,2	17.948,3	7,9%	18.452,8	5,0%	72.789,1	68.143,0	6,8%
Etanol	1.624,1	1.303,1	24,6%	1.209,8	34,2%	4.926,2	5.246,6	-6,1%
Gasolina	8.140,2	8.107,2	0,4%	7.730,5	5,3%	31.878,8	29.162,1	9,3%
Diesel	8.432,9	7.558,8	11,6%	8.494,2	-0,7%	31.786,9	29.812,9	6,6%
Aviação	1.065,8	855,7	24,6%	892,2	19,5%	3.709,6	3.414,2	8,7%
Outros	111,1	123,5	-10,1%	126,1	-11,9%	487,7	507,2	-3,9%
Custo dos produtos vendidos	(18.304,1)	(16.812,5)	8,9%	(17.325,0)	5,7%	(68.875,3)	(64.445,9)	6,9%
Lucro bruto	1.070,1	1.135,8	-5,8%	1.127,8	-5,1%	3.913,9	3.697,1	5,9%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(473,1)	(461,6)	2,5%	(467,7)	1,2%	(1.801,6)	(1.751,1)	2,9%
Despesas com vendas	(349,9)	(338,1)	3,5%	(353,9)	-1,1%	(1.345,8)	(1.303,3)	3,3%
Despesas gerais e administrativas	(123,2)	(123,5)	-0,2%	(113,8)	8,3%	(455,7)	(447,8)	1,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	62,1	234,1	-73,5%	70,8	-12,3%	312,2	844,3	-63,0%
Resultado financeiro	(44,4)	(158,3)	-71,9%	(72,1)	-38,4%	(359,8)	(584,5)	-38,4%
Equivalência patrimonial	-	-	n/a	-	n/a	-	(0,3)	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social	(168,9)	(230,1)	-26,6%	(213,7)	-21,0%	(615,8)	(673,1)	-8,5%
Participação de não controladores	(14,5)	(21,2)	-31,4%	(16,8)	-13,7%	(59,6)	(56,1)	6,2%
Lucro líquido	431,2	498,8	-13,5%	428,3	0,7%	1.389,3	1.476,2	-5,9%

Balanço Patrimonial R\$ MM	4T17 31/12/2017	3T17 30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.222	206
Duplicatas a receber de clientes	2.249	1.849
Estoques	2.417	1.985
Instrumentos financeiros e derivativos	88	15
Outros ativos circulantes	1.407	1.620
Outros ativos não circulantes	1.766	1.641
Imobilizado	2.330	2.337
Intangível	4.601	4.620
Ativo Total	16.080	14.274
Empréstimos e financiamentos	2.741	1.013
Instrumentos financeiros e derivativos	219	278
Fornecedores	2.125	1.486
Ordenados e salários a pagar	94	69
Outros passivos circulantes	1.387	1.890
Outros passivos não circulantes	4.392	4.229
Patrimônio líquido	5.122	5.309
Passivo Total	16.080	14.274

H.3 Raízen Energia

Indicadores	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	2017/18 (abr-dez)	2016/17 (abr-dez)	Var.% 17/18x16/17
Cana moída ('000 ton)	13.252	11.302	17,3%	60.692	59.391	2,2%
Cana moída própria	6.800	6.339	7,3%	29.142	29.337	-0,7%
Cana moída terceiros	6.451	4.963	30,0%	31.551	30.055	5,0%
ATR cana (kg/ton)	133,9	132,0	1,4%	133,2	129,4	2,9%
TCH (Toneladas por hectare)	62,8	66,2	-5,2%	73,7	79,6	-7,5%
ATR/ha	8,4	8,7	-3,8%	9,8	10,3	-4,8%
Nível de mecanização (%)	98,5%	98,1%	0,3 p.p.	98,3%	98,2%	0,1 p.p.
Açúcar Produzido ('000 ton)	828	822	0,6%	4.282	4.227	1,3%
Etanol Produzido ('000 m³)	561	407	37,8%	2.174	1.990	9,3%
Açúcar Vendido ('000 ton)	1.071	1.049	2,0%	3.484	3.195	9,0%
Etanol Vendido ('000 m³)	978	980	-0,2%	3.018	2.593	16,4%
Cogeração de energia ('000 MWh)	1.000	673	48,5%	3.298	2.580	27,8%
EBITDA (R\$ MM)	855,4	1.035,1	-17,4%	2.088,2	2.451,1	-14,8%
EBITDA ajustado (R\$ MM)	891,2	1.002,7	-11,1%	3.089,3	2.767,9	11,6%
<i>Margem EBITDA ajustado (%)</i>	<i>27,1%</i>	<i>28,8%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>	<i>30,2%</i>	<i>29,9%</i>	<i>0,3 p.p.</i>
EBIT (R\$ MM)	267,6	515,0	-48,0%	423,1	934,9	-54,7%
EBIT ajustado (R\$ MM)	303,3	482,6	-37,1%	1.424,2	1.251,7	13,8%
CAPEX total (R\$ MM)	520,3	456,7	13,9%	1.364,1	1.190,9	14,5%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	2017/18 (abr-dez)	2016/17 (abr-dez)	Var.% 17/18x16/17
Receita operacional líquida	3.293,6	3.476,1	-5,3%	10.239,4	9.267,5	10,5%
Açúcar	1.221,0	1.390,1	-12,2%	4.085,6	3.948,5	3,5%
Etanol	1.676,3	1.880,4	-10,9%	5.020,1	4.543,5	10,5%
Cogeração de energia	279,7	118,6	n/a	843,2	476,6	76,9%
Outros	116,6	87,0	34,0%	290,5	298,9	-2,8%
Custo dos produtos vendidos	(2.645,8)	(2.603,4)	1,6%	(8.675,5)	(7.300,4)	18,8%
Açúcar	(882,6)	(927,2)	-4,8%	(2.862,3)	(2.702,8)	5,9%
Etanol	(753,1)	(919,0)	-18,1%	(2.228,1)	(2.273,0)	-2,0%
Revenda e Trading	(770,6)	(805,6)	-4,3%	(2.462,2)	(1.922,7)	28,1%
Cogeração de Energia	(143,3)	(51,9)	n/a	(431,7)	(192,1)	n/a
Outros	(96,3)	100,2	n/a	(691,2)	(209,9)	n/a
Lucro bruto	647,8	872,7	-25,8%	1.563,9	1.967,0	-20,5%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(363,4)	(325,9)	11,5%	(1.118,2)	(948,4)	17,9%
Despesas com vendas	(197,5)	(164,5)	20,1%	(658,9)	(544,3)	21,1%
Despesas gerais e administrativas	(165,8)	(161,4)	2,7%	(459,3)	(404,1)	13,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16,9)	(31,8)	-47,0%	(22,7)	(83,7)	-72,9%
Resultado financeiro	(112,3)	44,8	n/a	(134,9)	321,8	n/a
Equivalência patrimonial	(6,4)	(9,6)	-33,2%	(17,3)	(32,4)	-46,6%
Imposto de renda e contribuição social	(22,4)	(105,1)	-78,7%	(1,4)	(290,2)	-99,5%
Participação de não controladores	-	-	n/a	-	(0,1)	-100,0%
Lucro líquido	126,4	445,1	-71,6%	269,6	934,0	-71,1%

Balanco Patrimonial R\$ MM	4T17 31/12/2017	3T17 30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.069	2.238
Duplicatas a receber de clientes	688	649
Estoques	2.804	2.593
Instrumentos financeiros e derivativos	454	384
Ativos Biológicos	881	787
Outros ativos circulantes	2.115	2.776
Outros ativos não circulantes	3.850	3.743
Investimentos	349	315
Imobilizado	10.753	10.902
Intangível	3.670	3.682
Ativo Total	27.632	28.069
Empréstimos e financiamentos	10.854	10.873
Instrumentos financeiros e derivativos	250	184
Fornecedores	1.342	1.565
Ordenados e salários a pagar	356	389
Outros passivos circulantes	1.413	1.323
Outros passivos não circulantes	1.345	1.369
Patrimônio líquido	12.072	12.365
Passivo Total	27.632	28.069

H.4 Comgás

Volumes de vendas MM m³	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Vendas de gás - sem termogeração	1.089	1.047	4,0%	1.114	-2,3%	4.291	4.119	4,2%
Residencial	64	64	-0,6%	77	-16,8%	259	245	5,5%
Comercial	38	36	6,1%	37	0,8%	144	136	6,3%
Industrial	848	822	3,2%	877	-3,2%	3.391	3.270	3,7%
Cogeração	86	74	16,8%	74	16,9%	297	273	8,6%
Automotivo	53	52	2,1%	50	5,2%	201	195	3,0%

Indicadores R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	375,0	308,0	21,7%	463,3	-19,1%	1.517,9	1.964,7	-22,7%
EBITDA normalizado	416,1	358,6	16,0%	476,9	-12,7%	1.737,2	1.464,5	18,6%
CAPEX	151,9	157,8	-3,7%	126,4	20,2%	459,8	463,6	-0,8%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Receita operacional líquida	1.496,8	1.324,1	13,0%	1.535,1	-2,5%	5.537,9	5.657,2	-2,1%
Venda de gás	1.365,0	1.202,0	13,6%	1.420,6	-3,9%	5.118,8	5.268,9	-2,8%
Residencial	214,0	202,6	5,6%	255,9	-16,4%	849,7	793,3	7,1%
Comercial	86,8	74,9	15,8%	86,3	0,5%	320,0	299,6	6,8%
Industrial	932,0	768,9	21,2%	961,0	-3,0%	3.494,1	3.637,5	-3,9%
Cogeração	71,7	52,6	36,2%	59,6	20,2%	229,7	216,0	6,3%
Automotivo	60,6	54,9	10,4%	57,6	5,2%	224,2	206,0	8,8%
Termogeração	-	48,1	n/a	0,2	n/a	1,0	116,4	-99,1%
Construção - ICPC 01	112,1	107,2	4,6%	96,0	16,8%	351,2	339,0	3,6%
Outros	19,8	14,9	32,2%	18,5	6,9%	67,9	52,9	28,3%
Custo dos produtos vendidos	(969,5)	(852,4)	13,7%	(936,0)	3,6%	(3.492,4)	(3.174,1)	10,0%
Gás Natural	(857,4)	(745,3)	15,0%	(840,0)	2,1%	(3.141,2)	(2.835,1)	10,8%
Construção - ICPC 01	(112,1)	(107,2)	4,6%	(96,0)	16,8%	(351,2)	(339,0)	3,6%
Lucro bruto	527,3	471,7	-100,0%	599,1	-12,0%	2.045,5	2.483,1	-17,6%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(264,9)	(275,2)	-3,8%	(242,8)	9,1%	(997,9)	(1.002,9)	-0,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4,9)	(24,5)	-80,0%	(11,6)	-57,9%	(26,4)	(26,4)	-0,1%
Resultado financeiro	(85,7)	(65,5)	30,8%	(57,3)	49,6%	(225,5)	(263,2)	-14,3%
Imposto de renda e contribuição social	(9,8)	7,2	n/a	(99,6)	-90,1%	(236,0)	(370,0)	-36,2%
Lucro líquido	162,1	113,6	42,7%	187,8	-13,7%	559,7	820,6	-31,8%

Comgás	4T17	3T17
Balanço Patrimonial	31/12/2017	30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.728	2.141
Títulos e valores mobiliários	510	314
Duplicatas a receber de clientes	612	612
Estoques	77	92
Instrumentos financeiros e derivativos	458	434
Outros ativos circulantes	156	85
Outros ativos não circulantes	386	385
Intangível	8.471	8.444
Ativo Total	12.397	12.506
Empréstimos e financiamentos	4.213	3.898
Fornecedores	1.445	1.414
Ordenados e salários a pagar	59	55
Outros passivos circulantes	358	201
Outros passivos não circulantes	1.783	1.677
Patrimônio líquido	4.539	5.262
Passivo Total	12.397	12.506

H.5 Moove

Volume Total 000 m³	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Volume total	80,9	81,1	-0,1%	93,3	-13,3%	347,9	328,9	5,8%

Indicadores R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	33,9	46,2	-26,6%	44,5	-23,7%	174,7	135,6	28,8%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Receita operacional líquida	637,0	452,0	40,9%	534,3	19,2%	2.129,5	1.883,7	13,1%
Custo dos produtos vendidos	(493,1)	(317,6)	55,3%	(384,2)	28,3%	(1.545,7)	(1.398,8)	10,5%
Lucro bruto	144,0	134,4	7,1%	150,1	-4,1%	583,9	484,9	20,4%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(132,0)	(110,5)	19,5%	(120,0)	10,0%	(480,7)	(435,4)	10,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	0,2	5,5	-95,9%	(3,7)	n/a	(3,7)	7,5	n/a
Resultado financeiro	(17,7)	(17,5)	1,4%	(12,5)	42,1%	(54,4)	(77,3)	-29,7%
Equivalência patrimonial	(2,1)	(5,2)	-60,3%	(1,5)	41,1%	(7,7)	(9,8)	-21,4%
Imposto de renda e contribuição social	(1,6)	(4,8)	-66,7%	(5,0)	-67,8%	(20,1)	(0,3)	n/a
Lucro (prejuízo) líquido	(9,2)	1,9	n/a	7,5	n/a	17,3	(30,3)	n/a

Balanco Patrimonial R\$ MM	4T17 31/12/2017	3T17 30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	192	132
Títulos e valores mobiliários	5	1
Duplicatas a receber de clientes	306	280
Estoques	302	261
Instrumentos financeiros e derivativos	3	-
Outros ativos circulantes	98	115
Outros ativos não circulantes	74	84
Investimentos	12	14
Imobilizado	270	237
Intangível	874	739
Ativo Total	2.137	1.863
Empréstimos e financiamentos	589	409
Instrumentos financeiros e derivativos	8	22
Fornecedores	353	281
Ordenados e salários a pagar	34	31
Outros passivos circulantes	237	175
Outros passivos não circulantes	213	217
Patrimônio líquido	702	726
Passivo Total	2.137	1.863

H.7 Cosan Corporativo

Indicadores R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
EBITDA	1.332,6	485,2	n/a	487,6	n/a	2.152,5	1.785,5	20,6%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)	Var.% 4T17x4T16	3T17 (jul-set)	Var.% 4T17x3T17	2017 (jan-dez)	2016 (jan-dez)	Var.% 2017x2016
Receita operacional líquida	1,1	0,4	n/a	2,0	-43,2%	3,4	0,9	n/a
Lucro (prejuízo) bruto	(0,8)	(3,0)	-73,6%	(2,4)	-67,2%	(4,5)	(12,8)	-65,2%
Despesas gerais e administrativas	(44,0)	(43,3)	1,7%	(40,0)	10,0%	(158,6)	(165,1)	-3,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	973,4	(16,6)	n/a	(13,0)	n/a	911,1	(96,9)	n/a
Resultado financeiro	(392,3)	(206,7)	89,8%	59,0	n/a	(618,5)	(967,4)	-36,1%
Equivalência patrimonial	399,1	542,9	-26,5%	539,2	-26,0%	1.387,4	2.044,2	-32,1%
Imposto de renda e contribuição social	(249,0)	10,7	n/a	(43,0)	n/a	(201,6)	310,0	n/a
Operação descontinuada	-	(100,8)	-100,0%	-	n/a	-	(76,1)	-100,0%
Lucro líquido	686,4	183,3	n/a	499,7	37,4%	1.315,3	1.036,1	27,0%

Balanco Patrimonial R\$ MM	4T17 31/12/2017	3T17 30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.231	1.447
Títulos e valores mobiliários	185	212
Estoques	2	3
Instrumentos financeiros e derivativos	591	569
Outros ativos circulantes	2.185	525
Outros ativos não circulantes	1.096	1.499
Investimentos	13.165	13.091
Imobilizado	142	145
Intangível	6	6
Ativo Total	18.603	17.497
Empréstimos e financiamentos	4.873	4.612
Instrumentos financeiros e derivativos	106	219
Fornecedores	7	5
Ordenados e salários a pagar	31	24
Outros passivos circulantes	981	328
Outros passivos não circulantes	3.158	2.872
Patrimônio líquido	9.447	9.437
Passivo Total	18.603	17.497

I. Demonstrações Financeiras incluindo Raízen

I.1 Cosan S/A Consolidado Proforma, incluindo Raízen

Indicadores	4T17	4T16	Var.%	3T17	Var.%	2017	2016	Var.%
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
EBITDA	2.191,3	1.352,0	62,1%	1.434,5	52,8%	5.403,8	5.537,8	-2,4%
EBITDA ajustado	1.207,4	1.295,8	-6,8%	1.616,3	-25,3%	5.133,6	4.664,8	10,0%
CAPEX	523,0	486,8	7,4%	453,8	15,3%	2.040,6	1.889,2	8,0%

Demonstração do Resultado do Exercício	4T17	4T16	Var.%	3T17	Var.%	2017	2016	Var.%
R\$ MM	(out-dez)	(out-dez)	4T17x4T16	(jul-set)	4T17x3T17	(jan-dez)	(jan-dez)	2017x2016
Receita operacional líquida	13.208,3	12.052,6	9,6%	12.920,4	2,2%	49.367,9	47.007,5	5,0%
Custo dos produtos vendidos	(11.678,8)	(10.437,5)	11,9%	(11.156,6)	4,7%	(43.663,6)	(40.620,6)	7,5%
Lucro bruto	1.529,5	1.615,2	-5,3%	1.763,8	-13,3%	5.704,3	6.386,9	-10,7%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(859,2)	(822,8)	4,4%	(856,6)	0,3%	(3.248,7)	(3.128,9)	3,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	991,4	65,6	n/a	7,9	n/a	983,1	298,7	n/a
Resultado financeiro	(574,1)	(346,3)	65,8%	(9,0)	n/a	(1.078,2)	(1.334,6)	-19,2%
Equivalência patrimonial	10,0	(17,3)	n/a	1,0	n/a	(15,1)	(42,5)	-64,4%
Imposto de renda e contribuição social	(356,1)	(157,3)	n/a	(329,7)	8,0%	(805,1)	(726,2)	10,9%
Participação de não controladores	(55,1)	(59,7)	-7,8%	(77,7)	-29,1%	(225,0)	(382,1)	-41,1%
Operação descontinuada	-	(94,1)	-100,0%	-	n/a	-	(35,3)	-100,0%
Lucro líquido	686,4	183,3	n/a	499,7	37,4%	1.315,3	1.036,1	27,0%

Balanco Patrimonial	4T17	3T17
R\$ MM	31/12/2017	30/09/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.796	4.943
Títulos e valores mobiliários	700	527
Estoques	2.991	2.645
Instrumentos financeiros e derivativos	1.323	1.202
Outros ativos circulantes	5.613	3.813
Outros ativos não circulantes	3.916	4.258
Investimentos	409	377
Imobilizado	6.945	6.993
Intangível	13.486	13.340
Ativo Total	40.179	38.098
Empréstimos e financiamentos	16.473	14.863
Instrumentos financeiros e derivativos	349	472
Fornecedores	3.539	3.226
Ordenados e salários a pagar	349	339
Outros passivos circulantes	2.421	1.517
Outros passivos não circulantes	6.635	6.258
Patrimônio líquido	10.413	11.423
Passivo Total	40.179	38.098

J. Demonstrações Financeiras, visão Cosan

J.1 Reconciliação dos resultados de visão Raízen Combustíveis para visão Cosan

Conciliação do Resultado R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)
EBITDA - Visão Raízen Combustíveis	832,9	1.078,8
Baixa de valor justo dos ativos	(16,6)	(5,6)
Ajuste de lucro não realizado	(4,1)	1,7
EBITDA - Visão Cosan	812,1	1.074,8
Lucro líquido - Visão Raízen Combustíveis	438,7	523,9
Depreciação e Amortização	1,8	(17,7)
Baixa de valor justo dos ativos	(16,6)	(5,6)
Imposto de Renda (34%)	5,0	7,9
Ajuste de lucro não realizado	2,3	(9,7)
Lucro líquido - Visão Cosan	431,2	498,8

J.2 Reconciliação dos resultados de visão Raízen Energia para visão Cosan

Conciliação do Resultado R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)
EBITDA - Visão Raízen Energia	871,4	1.165,1
Baixa de valor justo dos ativos	(6,9)	(10,2)
Ajuste de lucro não realizado	(9,1)	(119,8)
EBITDA - Visão Cosan	855,4	1.035,1
Lucro líquido - Visão Raízen Energia	177,6	557,8
Depreciação e Amortização	(59,5)	(38,6)
Baixa de valor justo dos ativos	(6,9)	(10,2)
Despesa financeira	(2,0)	(2,0)
Imposto de Renda (34%)	23,3	17,3
Ajuste de lucro não realizado	(6,0)	(79,1)
Lucro líquido - Visão Cosan	126,4	445,1

J.3 Reconciliação dos resultados de visão Comgás para visão Cosan

Conciliação do Resultado R\$ MM	4T17 (out-dez)	4T16 (out-dez)
Lucro líquido - Visão Comgás	182,2	133,7
Ajustes de amortização	(30,5)	(30,5)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10,4	10,4
Lucro líquido - Visão Cosan	162,1	113,6

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 58,21% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“COMGÁS”); (ii) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e mercado europeu por meio do Stanbridge Group Limited, além de mercado europeu e asiático com a Marca Comma (“Moove”); e (iii) demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia (“Cosan outros negócios”).

A Companhia também possui participação indireta em duas companhias controladas em conjunto (“joint ventures” ou “JVs”): (i) Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”), no negócio de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”), no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mansilla Participações Ltda. (veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), também acionista das Companhias Radar e Radar II, vendendo parte de suas ações da Radar e Radar II pelo valor de R\$ 1.053.768 pago em 04 de novembro de 2016.

Em 23 de fevereiro de 2017, a TPG VI Fundo de Investimento em Participações (“TPG”) acionista da Rumo S.A. (“Rumo”), exerceu seu direito de permutar 11.479.987 ações de emissão da Rumo por ações de emissão da Companhia nos termos do acordo de acionistas firmado em 2010, posteriormente aditado, entre Cosan Logística, TPG VI Fundo de Investimento em Participações, GIF, Cosan Limited e a Companhia. A Companhia e a GIF acordaram em liquidar financeiramente a obrigação de substituição de ações, por meio de pagamento de R\$ 275.780 sendo que as ações recebidas foram avaliadas a valor justo no montante de R\$ 97.924 nas rubricas de “outros ativos financeiros”. A variação entre pagamento e valor justo das ações foi de R\$ 177.856 reconhecida na rubrica em “juros sobre outras obrigações” no resultado financeiro.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Certos montantes dos saldos comparativos, nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa, foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2018.

2.2 *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas, as principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar (US\$) ou a libra esterlina (GBP).

2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 16 e 17 - Imobilizado e Intangível**

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 17.

A controlada COMGÁS possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura.

Notas Explicativas

Sujeito a aprovação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações a serem apurados nessa época. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada COMGÁS durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), conforme divulgado na nota 17.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

- **Nota 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Outros ativos não circulantes**

Na controlada Comgás, os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada. Além disso, o fornecedor permite em cláusula contratual que haja recuperação do volume eventualmente acumulado pelo prazo de 365 dias após o término da vigência dos contratos. Sendo assim, atualmente há previsão de recuperar todo o volume ora acumulado uma vez que durante o período de recuperação previsto no contrato não incorrerão novos acúmulos referente aos compromissos mínimos contratados para este período. Dada a natureza recuperável deste estoque, os montantes pagos e não utilizados são reconhecidos no ativo na rubrica "Transporte não utilizado".

- **Nota 31 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

- **Nota 32 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

- **Nota 33 - Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas por meio de ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 33.

- **Nota 23 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em outras despesas operacionais, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimável com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

- **Nota 15 - Investimento nas controladas em conjunto**

A Companhia detém 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis são sociedades cuja forma legal faz uma separação entre as partes do acordo conjunto e a própria Companhia. Além disso, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às partes do acordo, direitos aos ativos líquidos da sociedade. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Notas Explicativas

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais IFRS, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 32.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia, e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

Notas Explicativas

	Participação direta e indireta	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>		
Comma Oil Chemicals	100,00%	100,00%
Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS ⁽ⁱ⁾	79,87%	62,66%
Cosan Biomassa S.A. ^{(ii) 1 (iii)}	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Airport Energy Limited ^(iv)	100,00%	-
Airport Energy Services Limited ^(iv)	100,00%	-
Wessesx Petroleum Limited ^(iv)	100,00%	-
Stanbridge Group Limited ^(iv)	100,00%	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produtos Químicos	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%

- i. Em de 30 de junho de 2017, a Companhia aumentou sua participação para 63,11% na COMGAS devido ao aumento de capital oriundo de utilização parcial de benefício fiscal de ágio conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 20 de abril de 2017 da controlada COMGAS. Como consequência foi reconhecido uma perda no patrimônio líquido no montante total de R\$ 6.690.

Em 12 de dezembro a Companhia adquiriu 21.805.645 ações ordinárias da Comgás, no qual representa 16,77% do capital social, decorrentes do exercício da opção de venda entre Cosan Limited e a Shell, pelo montante de R\$ 1.041.960 no qual gerou um aumento no investimento dessa controlada. Houve uma saída de caixa no montante de R\$ 833.306 à Cosan Limited e foi reconhecido no contas a pagar referente à segunda parcela a ser liquidado no aniversário de um ano do fechamento da operação no montante de R\$ 208.650 acrescido a taxa de juros de 3%a.a.. Como consequência foi reconhecido uma perda no patrimônio líquido no montante total de R\$ 264.997 apurada pela diferença entre o valor patrimonial versus o valor de mercado e uma redução na participação de acionistas não controladores no montante total de R\$ 780.126. O preço da Aquisição representa integralmente o valor econômico da transação entre a Cosan Limited e a Shell.

Com isso, a Cosan S.A. aumentou sua participação direta no capital social da Comgás de 63,11% para 79,87%.

- ii. A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o compromisso (*Put Option*) previsto no acordo de acionista, de recompra de participações de acionistas não controladores.
- iii. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade das subsidiárias. Apesar de apresentarem em 31 de dezembro de 2017 um montante combinado de passivo a descoberto de R\$ 92.823 (Nota 14), não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com o suporte financeiro da Companhia.
- iv. Participação adquirida nas empresas durante o exercício de 2017, conforme detalhamento na nota de combinação de negócios (Nota 5).

Notas Explicativas

(a) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

(b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(c) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(d) Investimento em controladas em conjunto

A Companhia tem participação em *Joint Ventures*, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômicas das entidades. O acordo exige unanimidade para as decisões financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas *Joint Ventures*, utilizando o método de equivalência patrimonial (nota 15).

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

3.2 *Moeda estrangeira*

(a) **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

(b) **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

(c) **Conversão das demonstrações financeiras das controladas**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,3080 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017, R\$ 3,2591 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016.

3.3 *Instrumentos financeiros*

(a) **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes e recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

(b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, exceto a contraprestação contingente, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, e fornecedores e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

Notas Explicativas

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- (i) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- (ii) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- (iii) o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

(ii) Hedges de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Notas Explicativas

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Derivativos embutidos

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualifica como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.5 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- (i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- (iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

3.6 Intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma atualização é realizada por meio de resultado de equivalência patrimonial.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

(e) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(f) Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por: (i) direito de concessão reconhecido quando da combinação de negócios da COMGÁS, cuja amortização leva em consideração prazo remanescente da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de distribuição por mais 20 anos; e (ii) ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados refletindo o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999 com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a controlada tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extinta a concessão, a Companhia tem o direito de solicitar a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

Notas Explicativas

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão, diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(c) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

3.9 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

3.10 Receita

(a) Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades são medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, quando as vendas são reconhecidas.

(b) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência histórica anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

Notas Explicativas

(iii) Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do resultado pelo estágio de acabamento da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos no custo de linha de vendas na demonstração do resultado consolidado.

3.11 Subvenção e assistência governamentais

Subvenção e assistência governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

(a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Notas Explicativas

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.14 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Notas Explicativas

- (i) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- (ii) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- (iii) diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas vigentes na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa

• Apresentação de juros e dividendos

- (i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas controladas.
- (ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9

A Companhia estimou o impacto da adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018, na qual se baseia em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre essas novas normas e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Os principais componentes do ajuste estimado são os seguintes:

- i. reconhecimento de custos incrementais para obtenção de contrato e contraprestação a pagar de cliente; e
- ii. perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

b) CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes:

- i. Venda de produtos

Notas Explicativas

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda seja a única obrigação de execução, a adoção do CPC 47 / IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

A Companhia atua na produção e distribuição de lubrificantes das marcas Mobil e Comma, produção e comercialização de *pellets* de biomassa. Os produtos são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes e em conjuntos, como um pacote de bens e/ou serviços.

Alguns contratos de venda de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços, entretanto, os bens e serviços são claramente distintos e discriminados no contexto dos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle das respectivas mercadorias e serviços for transferido ao cliente. Embora a IFRS 15 requeira que o preço da transação seja alocado às diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, a Administração não espera que a alocação de receitas a venda de lubrificantes e aos serviços prestados sejam significativamente diferentes da atualmente praticada, uma vez que essas receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente.

ii. Serviços prestados

A Companhia presta serviços de distribuição de gás por meio da subsidiária Comgás. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação da CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

iii. Outros efeitos

a) Contraprestação a pagar ao cliente

Alguns contratos apresentam características de contraprestação a pagar ao cliente, que inclui valores à vista a serem pagas aos clientes sempre que o volume de produtos adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a política contábil vigente, essa contraprestação é reconhecida como despesa de venda. Todavia, o CPC 47 / IFRS 15 enfatiza que a contraprestação a pagar ao cliente seja uma redução do preço da transação e, portanto, das receitas.

Notas Explicativas

b) Custo incremental para obtenção de contrato

A Companhia identificou certos contratos de vendas de lubrificantes que possuem cláusulas de comissões que estão em avaliação se enquadram como custos incrementais para sua obtenção e que são expressamente cobráveis do cliente. Na avaliação da Companhia, quando o CPC 47 / IFRS 15 for adotado, alguns contratos poderão ser reconhecidos como ativo referente aos custos incrementais para obtenção de contrato com cliente e amortizado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Foi reconhecido como despesa no exercício de 2017 o montante de R\$ 39.275 referente as comissões de vendas.

A Companhia vinha apresentando os gastos relacionados aos contratos como despesas de vendas.

c) Alienação de ativos não financeiros

As exigências de reconhecimento e mensuração no CPC 47 / IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não há expectativa de que o efeito dessas mudanças seja material para a Companhia.

iv. Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação no CPC 47 / IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação do CPC 47 / IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas explicativas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Além disso, conforme exigido pelo CPC 47 / IFRS 15, a Companhia desagregará as receitas reconhecidas de contratos com clientes em possuir componentes de venda de bens e serviços. Em 2017, a Companhia continuou a testar os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias.

v. Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47 / IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

Notas Explicativas

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a versão final do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros que substitui o CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do CPC 38 / IAS 39. O CPC 48 / IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O CPC 48 / IFRS 9 é efetivo para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, sem permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do CPC 48 / IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará o CPC 48 / IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 / IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

A Companhia avaliou os impactos dos ganhos e perdas dos passivos financeiros atribuídos ao risco dela própria e não identificou desvios que resultará em uma contabilização no resultado abrangente.

ii. Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. No entanto, a Companhia adotou a abordagem simplificada e mensurará as perdas de crédito esperadas para a vida inteira em razão do contas a receber de clientes e ativos contratuais não apresentarem um componente de financiamento significativo. A provisão será determinada pela aplicação de percentual de perdas esperadas sobre os ativos financeiros para os créditos vencidos e a vencer que poderá impactar o montante de despesa de provisão para perdas.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, observando as condições atuais e a previsão de condições econômicas futuras.

Notas Explicativas

A Companhia detém investimentos em instrumentos de dívida classificados como Título e Valores Mobiliários, que fazem parte de cotas de fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado. Portanto, nenhuma análise de risco de crédito desses ativos é necessária.

iii. *Hedge accounting*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas em relações de *hedge* efetivas continuarão a ser qualificadas para *hedge accounting* de acordo com o CPC 38 / IAS 39. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente o CPC 48 / IFRS 9 na transição para os *hedges* onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Como o CPC 48 / IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por *hedges* efetivas, a aplicação dos requisitos de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção do CPC 48 / IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos, ativos detidos para venda e passivos associados a eles, investimentos em associadas e *joint ventures*, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

c) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representar o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 altera de maneira substancial as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com os CPCs / IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a controlada Comgás reconhecerá novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de aluguel de imóveis. Na controlada em conjunto Raízen, são esperado impactos relevantes nos contratos de arrendamentos de terras. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois o CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- i. Abordagem retrospectiva; ou
- ii. Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

Notas Explicativas

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

d) ICPC 21/ IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos

O ICPC 21 / IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação”, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida).

A Interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Interpretação requer que a Companhia determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada.

A Interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração não prevê que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não há outras normas CPCs / IFRS ou interpretações ICPC / IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Combinação de negócios

Em 31 de outubro de 2017, a Cosan, por meio de sua controlada indireta Comma Oil (“Comma”), adquiriu o controle integral da empresa *Stanbridge Group Limited* pelo montante de preliminar £ 46.522, equivalente a R\$ 204.767, sendo que £ 33.259, equivalente a R\$ 144.354 foram liquidados em caixa nesse mesmo dia e o remanescente a ser liquidado quando atendidas algumas condições contratuais ou pela possível revisão no preço de compra.

A *Stanbridge Group Limited* está localizada na Inglaterra, e atua na fabricação e comercialização de produtos químicos automotivos, inclusive lubrificantes, por meio de canais específicos no continente Europeu e Asiático.

(a) Contraprestação transferida

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou £ 46.522, equivalente a 204.767.

Caixa	144.354
Contraprestação contingente	60.413
Total da contraprestação transferida	204.767

Notas Explicativas

(b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

Contas a receber de clientes	69.228
Estoques	31.933
Outros ativos	20.685
Imobilizado	20.603
Intangível	9.299
Fornecedores	(83.760)
Partes relacionadas	(1.668)
Outros passivos	(25.082)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.324)
Total líquido dos ativos adquiridos	39.914

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração preliminar de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas a mensuração dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação preliminar.

O contas a receber adquirido de R\$ 69.228 está líquido de provisão de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 112.

Foram identificados os seguintes contratos no qual o ágio preliminar pode ser alocado e reconhecido no intangível pelo seu valor justo (a) acordo de fornecimento de serviços para entrega de combustível terrestre; (b) acordo para gerenciamento de combustível de veículos e (c) acordo para distribuição de lubrificantes. A Administração ainda não concluiu os fluxos de caixas dos contratos para alocar o ágio preliminar.

Os custos relacionados à aquisição foram registrados em “outras despesas operacionais” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 2.145

A demonstração consolidada do resultado inclui, desde a data de aquisição – 31 de outubro de 2017, receita líquida de R\$ 147.119 e lucro de R\$ 3.459, gerado pela Stanbridge e suas controladas.

Se a *Stanbridge Group Limited* tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentaria uma receita líquida de R\$ 749.026 e lucro de R\$ 14.708.

Não houve mensuração dos acionistas não controladores, uma vez que houve aquisição de 100% do controle.

(c) Ágio preliminar

Notas Explicativas

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou R\$ 176.540, que consistiu no seguinte:

Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido ⁽ⁱ⁾	176.540
Total líquido dos ativos adquiridos a valor justo	39.914
Ágio preliminar	136.626

⁽ⁱ⁾ Efeito caixa da contraprestação transferida R\$ 116.514

6 Informação por segmento

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Administração para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no EBITDA. A conciliação do EBITDA para o lucro (prejuízo) do período é apresentada a seguir.

Segmentos reportados

- (i) Raízen Energia: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias;
- (ii) Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos franqueados sob a marca "Shell" no Brasil;
- (iii) COMGÁS: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração;
- (iv) Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e mercado europeu por meio do Stanbridge Group Limited, além de mercado europeu e asiático com a marca Comma; e

Conciliação

- (i) Corporativo: demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia. Os outros segmentos de negócio incluem subsidiárias responsáveis pela captação de empréstimos para o grupo.

Embora Raízen Energia e Raízen Combustíveis sejam investimentos contabilizados por meio de equivalência patrimonial em controladas em conjunto e já não são proporcionalmente consolidados desde a adoção do CPC 19, a Administração continua a avaliar suas informações como um segmento. Uma conciliação destes segmentos é apresentada na coluna "desconsolidação CPC 19".

A seguir estão apresentadas as informações do resultado e dos ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

31/12/2017

	Segmentos reportados				Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Resultado do exercício:								
Receita operacional líquida	13.152.678	72.789.148	5.537.857	2.129.522	3.441	(85.941.826)	(43)	7.670.777
Mercado interno	6.995.061	72.789.148	5.537.857	1.543.758	3.441	(79.784.209)	(43)	7.085.013
Mercado externo	6.157.617	-	-	585.764	-	(6.157.617)	-	585.764
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.907.652)	(68.875.292)	(3.492.375)	(1.545.657)	(7.896)	79.782.944	43	(5.045.884)
Lucro bruto	2.245.026	3.913.856	2.045.482	583.865	(4.454)	(6.158.882)	-	2.624.893
Despesas de vendas	(803.157)	(1.345.847)	(652.901)	(386.705)	(211)	2.149.004	-	(1.039.817)
Despesas gerais e administrativas	(618.064)	(455.743)	(344.990)	(94.002)	(158.438)	1.073.807	-	(597.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(107.953)	312.187	(26.422)	(3.679)	911.084	(204.234)	-	880.983
Resultado Financeiro	129	(359.767)	(225.541)	(54.370)	(618.483)	359.638	-	(898.394)
Despesas financeiras	(905.213)	(251.038)	(623.924)	(46.250)	(1.058.126)	1.156.251	-	(1.728.300)
Receitas financeiras	681.362	134.904	398.758	17.805	312.035	(816.266)	-	728.598
Variação cambial	(54.866)	(105.513)	(11.501)	(7.478)	(62.222)	160.379	-	(81.201)
Derivativos	278.846	(138.120)	11.126	(18.447)	189.830	(140.726)	-	182.509
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(54.544)	-	-	(7.665)	402.349	54.544	(381.754)	12.930
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	985.090	-	-	985.090
Imposto de renda e contribuição social	(78.937)	(615.806)	(235.972)	(20.141)	(201.612)	694.743	-	(457.725)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Lucro (prejuízo) atribuído aos:								
Acionistas controladores	582.500	1.389.260	364.451	17.303	1.315.325	(1.971.760)	(381.754)	1.315.325
Acionistas não controladores	-	59.620	195.205	-	-	(59.620)	-	195.205
	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
EBITDA	2.792.396	3.060.373	1.517.924	174.712	2.152.454	(5.852.769)	(381.754)	3.463.336
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.226.162	853.975	352.958	48.612	6.919	(3.080.137)	-	408.489
Reconciliação EBITDA:								
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Impostos de renda e contribuição social	78.937	615.806	235.972	20.141	201.612	(694.743)	-	457.725
Resultado financeiro	(129)	359.767	225.541	54.370	618.483	(359.638)	-	898.394
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
EBITDA	2.792.396	3.060.373	1.517.924	174.712	2.152.454	(5.852.769)	(381.754)	3.463.336

31/12/2016

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado do exercício:									
Receita operacional líquida	13.133.737	68.143.047	5.657.246	-	1.883.674	873	(81.276.784)	-	7.541.793
Mercado interno	6.106.330	68.143.047	5.657.246	-	1.447.794	873	(74.249.377)	-	7.105.913
Mercado externo	7.027.407	-	-	-	435.880	-	(7.027.407)	-	435.880
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.967.530)	(64.445.939)	(3.174.134)	-	(1.398.751)	(13.666)	74.413.469	-	(4.586.552)
Lucro bruto	3.166.207	3.697.108	2.483.112	-	484.923	(12.794)	(6.863.315)	-	2.955.241
Despesas de vendas	(732.680)	(1.303.338)	(670.557)	-	(362.045)	(291)	2.036.018	-	(1.032.893)
Despesas gerais e administrativas	(567.400)	(447.762)	(332.349)	-	(72.567)	(165.549)	1.015.162	-	(570.465)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(15.249)	844.257	(26.437)	-	7.523	(96.849)	(829.008)	-	(115.763)
Resultado Financeiro	531.049	(584.487)	(263.169)	-	(77.301)	(967.399)	53.438	-	(1.307.869)
Despesas financeiras	(918.912)	(273.874)	(730.422)	-	(49.102)	(940.841)	1.192.786	-	(1.720.365)
Receitas financeiras	653.670	233.453	466.646	-	4.928	328.338	(887.123)	-	799.912
Variação cambial	(57.951)	750.939	223.943	-	47.288	730.350	(692.988)	-	1.001.581
Derivativos	854.242	(1.295.005)	(223.336)	-	(80.415)	(1.085.246)	440.763	-	(1.388.997)
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(68.641)	(310)	-	-	(9.755)	474.586	68.951	(477.651)	(12.820)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	1.570.132	-	-	1.570.132
Imposto de renda e contribuição social	(658.860)	(673.099)	(369.966)	-	(553)	310.305	1.331.959	-	(60.214)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade									
	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas, líquidas de impostos									
	-	-	-	69.261	-	(76.057)	-	(28.466)	(35.262)
Lucro (prejuízo) atribuído aos:									
Acionistas controladores	1.654.338	1.476.244	514.228	21.664	(29.775)	1.036.084	(3.130.582)	(506.117)	1.036.084
Acionistas não controladores	88	56.125	306.406	47.597	-	-	(56.213)	-	354.003
	1.654.426	1.532.369	820.634	69.261	(29.775)	1.036.084	(3.186.795)	(506.117)	1.390.087
Outras informações selecionadas:									
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.746
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.001.509	797.009	438.366	-	41.557	11.356	(2.798.518)	-	491.279
Reconciliação EBITDA:									
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349
Impostos de renda e contribuição social	658.860	673.099	369.966	-	553	(310.305)	(1.331.959)	-	60.214
Resultado financeiro	(531.049)	584.487	263.169	-	77.301	967.399	(53.438)	-	1.307.869
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.746

31/12/2017

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados				Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.069.357	1.221.890	1.727.521	192.115	1.230.692	(3.291.247)	-	3.150.328
Títulos e valores mobiliários	-	-	509.544	5.439	185.052	-	-	700.035
Contas a receber de clientes	688.235	2.679.114	640.682	310.006	13	(3.367.349)	-	950.701
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	453.775	88.496	458.476	2.581	591.048	(542.271)	-	1.052.105
Estoques	2.804.223	2.416.833	76.548	301.850	2.372	(5.221.056)	-	380.770
Outros ativos financeiros	476.181	-	-	-	1.686.718	(476.181)	-	1.686.718
Outros ativos circulantes	2.114.733	1.406.945	155.815	98.419	498.610	(3.521.678)	(126.172)	626.672
Outros ativos não circulantes	3.373.565	1.335.986	356.962	70.055	1.096.024	(4.709.551)	(1.231)	1.521.810
Investimentos em associadas	348.523	-	-	12.113	4.716.900	(348.523)	(4.469.601)	259.412
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.447.799	-	-	8.447.799
Ativos biológicos	880.668	-	-	-	-	(880.668)	-	-
Imobilizado	10.753.205	2.329.858	-	270.229	142.096	(13.083.063)	-	412.325
Intangíveis	3.669.903	4.600.777	8.471.087	873.924	5.587	(8.270.680)	-	9.350.598
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.853.768)	(2.741.312)	(4.212.504)	(589.292)	(4.873.198)	13.595.080	-	(9.674.994)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(250.033)	(218.888)	-	(8.293)	(106.238)	468.921	-	(114.531)
Fornecedores	(1.341.867)	(2.124.538)	(1.444.835)	(353.474)	(7.076)	3.466.405	-	(1.805.385)
Ordenados e salários a pagar	(356.155)	(94.158)	(59.059)	(34.125)	(30.833)	450.313	-	(124.017)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.442.679)	-	-	(1.442.679)
Outras contas a pagar circulantes	(1.412.872)	(1.387.037)	(358.430)	(237.302)	(981.149)	2.799.909	127.404	(1.449.477)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.345.322)	(4.392.359)	(1.782.718)	(212.710)	(1.715.068)	5.737.681	79.570	(3.630.926)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.072.351	5.121.607	4.539.089	701.535	9.446.670	(17.193.958)	(4.390.030)	10.297.264
Ativo total	27.632.368	16.079.899	12.396.635	2.136.731	18.602.911	(43.712.267)	(4.597.004)	28.539.273
Patrimônio líquido atribuível aos:								
Acionistas controladores	12.073.314	4.888.966	4.539.089	701.535	9.446.670	(16.962.280)	(5.240.625)	9.446.669
Acionistas não controladores	(963)	232.641	-	-	-	(231.678)	850.595	850.595
Total do patrimônio líquido	12.072.351	5.121.607	4.539.089	701.535	9.446.670	(17.193.958)	(4.390.030)	10.297.264

31/12/2016

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados				Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.787.588	757.140	2.108.253	203.855	1.678.822	(3.544.728)	-	3.990.930
Títulos e valores mobiliários	-	-	202.568	10.958	157.641	-	-	371.167
Contas a receber de clientes	682.813	2.518.713	513.423	240.059	487	(3.201.526)	-	753.969
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	1.243.260	178.060	437.137	-	310.274	(1.421.320)	-	747.411
Estoques	2.293.492	2.108.825	114.745	228.941	2.487	(4.402.317)	-	346.173
Outros ativos financeiros	711.453	-	-	-	70.487	(711.453)	-	70.487
Outros ativos circulantes	3.030.674	1.456.418	80.758	141.972	650.979	(4.487.092)	(79.848)	793.861
Outros ativos não circulantes	2.852.423	1.089.809	307.306	26.036	1.436.626	(3.942.232)	(8.111)	1.761.857
Investimentos em associadas	393.159	-	-	19.400	4.395.769	(393.159)	(4.175.069)	240.100
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.506.395	-	-	8.506.395
Ativos biológicos	1.119.623	-	-	-	-	(1.119.623)	-	-
Imobilizado	10.525.166	2.379.438	-	238.346	150.983	(12.904.604)	-	389.329
Intangíveis	3.224.303	4.532.282	8.550.984	770.118	7.048	(7.756.585)	-	9.328.150
Empréstimos e financiamentos	(11.556.950)	(1.043.995)	(4.070.075)	(471.661)	(4.596.393)	12.600.945	-	(9.138.129)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(789.193)	(648.070)	-	(35.155)	(248.386)	1.437.263	-	(283.541)
Fornecedores	(1.147.089)	(1.148.013)	(1.226.634)	(232.690)	(8.246)	2.295.102	-	(1.467.570)
Ordenados e salários a pagar	(314.989)	(92.573)	(63.904)	(30.187)	(26.918)	407.562	-	(121.009)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.769.427)	-	-	(1.769.427)
Outras contas a pagar circulantes	(1.507.193)	(2.245.227)	(211.900)	(168.995)	(369.298)	3.752.420	87.958	(662.235)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.367.686)	(4.714.035)	(1.549.441)	(132.414)	(1.383.724)	6.081.721	-	(3.065.579)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	(4.175.070)	10.792.339
Ativo total	28.863.954	15.020.685	12.315.174	1.879.685	17.367.998	(43.884.639)	(4.263.028)	27.299.829
Patrimônio líquido atribuível aos:								
Acionistas controladores	12.181.816	4.941.504	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.123.320)	(6.001.803)	8.965.606
Acionistas não controladores	(962)	187.268	-	-	-	(186.306)	1.826.733	1.826.733
Total do patrimônio líquido	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	(4.175.070)	10.792.339

Notas Explicativas**Receita líquida de vendas, por segmento:**

	31/12/2017	31/12/2016
Segmento reportado		
Raízen Energia		
Etanol	6.550.652	6.480.409
Açúcar	5.377.351	5.794.771
Cogeração	884.300	520.468
Outros	340.375	338.089
	13.152.678	13.133.737
Raízen Combustíveis		
Combustível	72.789.148	68.143.047
	72.789.148	68.143.047
COMGÁS		
Industrial	3.494.396	3.640.920
Residencial	849.723	793.336
Termogeração	-	116.418
Cogeração	229.716	216.032
Automotivo	224.203	205.986
Comercial	320.049	238.390
Receita de construção	351.193	339.025
Outros	68.578	107.139
	5.537.857	5.657.246
Moove		
Produto acabado	1.876.935	1.642.899
Óleo básico	220.515	219.092
Outros	32.071	21.683
	2.129.521	1.883.674
Reconciliação		
Cosan Corporativo		
Outros	3.442	873
	3.442	873
Desconsolidação de controladas em conjunto/Eliminações	(85.941.869)	(81.276.784)
Total	7.670.777	7.541.793

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	393	525	43.893	53.654
Conta remunerada	-	-	901.706	409.333
Aplicações financeiras	143.612	1.066.405	2.204.729	3.527.943
	144.005	1.066.930	3.150.328	3.990.930

As aplicações financeiras estão conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	113.520	944.626	1.472.683	2.840.760
Certificado de depósitos bancários - CDB	29.092	120.755	377.137	363.147
	142.612	1.065.381	1.849.820	3.203.907
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	2.800	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	351.109	323.036
Outras	1.000	1.024	1.000	1.000
	1.000	1.024	354.909	324.036
	143.612	1.066.405	2.204.729	3.527.943

Notas Explicativas

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	54.079	123.399	700.035	371.167
	54.079	123.399	700.035	371.167

⁽ⁱ⁾ Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	1.026.075	813.727
Mercado externo	14.895	11.942
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.269)	(71.700)
	950.701	753.969
Circulante	918.423	713.468
Não circulante	32.278	40.501

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	834.537	697.981
Vencidas		
Até 30 dias	77.716	44.093
De 31 a 60 dias	11.344	11.993
De 61 a 90 dias	8.115	3.843
Mais de 90 dias	109.258	67.759
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.269)	(71.700)
	950.701	753.969

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(46.719)
Adições	(30.448)
Reversões	5.467
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(71.700)
Adições	(18.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(90.269)

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	298.860	223.608
Estoque de materiais para construção	53.213	73.527
Almoxarifado e outros	28.697	49.038
	380.770	346.173

Notas Explicativas

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 12.681 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.593 em 31 de dezembro de 2016).

11 Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Crédito tributário	38.926	36.708	38.926	36.708
COFINS	3.698	3.720	31.454	20.876
ICMS	-	-	98.956	90.667
ICMS CIAP	-	-	10.169	11.486
PIS	-	-	5.887	2.795
Outros	6	29	13.545	11.318
	42.630	40.457	198.937	173.850
Circulante	3.704	3.749	118.174	94.806
Não circulante	38.926	36.708	80.763	79.044

12 Outros ativos financeiros

O saldo de Outros ativos financeiro é composto de seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Investimento em ações da Rumo S.A	346.718	70.487
Cessão de direitos creditórios	1.340.000	-
	1.686.718	70.487

- Investimento em ações da Rumo S.A**

Em 22 de abril de 2016 e 23 de fevereiro de 2017, a GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações ("GIF") e TPG VI Fundo de Investimento em Participações ("TPG"), ambas acionistas da Rumo Operadora Multimodal S.A ("Rumo"), exerceram seus direitos de permutar 11.479.987 e 11.479.987 ações, respectivamente, de emissão da Rumo por ações de emissão da Companhia nos termos do acordo de acionistas firmado em 2010.

A Companhia e os fundos concordaram em liquidar financeiramente a operação, logo a Companhia passou a ter uma participação societária de 22.959.974 ações de emissão da Rumo. Adicionalmente em 10 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu 3.772.300 novas ações da empresa Rumo acompanhando o seu aumento de capital, num montante de R\$ 47.908.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui 26.732.274 ações, representando 1,71% do total de ações da Rumo S.A., ao valor de mercado de 12,97, onde utiliza a metodologia de mensuração ao valor justo e não o método de equivalência patrimonial (Nota 2.3 – Mensuração do valor justo)

- Cessão de direitos creditórios**

A Companhia mantinha registrado direitos creditórios no montante R\$ 426.438 na linha de outros ativos e os respectivos honorários advocatícios no montante de R\$ 51.173 na linha de outros passivos. No ano de 2017, por atender os requerimentos da política contábil, foi reconhecido na rubrica de outras receitas o direito creditório no montante líquido de tributos de R\$ 306.151, com impacto nas demonstrações de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia tinha ações indenizatórias adicionais às mencionadas acima, as quais por não serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Em 21 de dezembro de 2017 houve cessão dos direitos creditórios referentes aos ativos registrados no balanço e também parte do ativo contingente a terceiro no montante de R\$ 1.340.000 ("preço de aquisição"), decorrente de determinadas ações indenizatórias, visando à condenação da União em decorrência da fixação de preços do açúcar e do álcool abaixo do seu custo de produção. Além do preço de aquisição, a Companhia fará jus a pagamentos adicionais referentes a esses direitos creditórios, desde que seu resultado seja positivo. O pagamento adicional será apurado pela aplicação de 95% sobre a diferença entre o valor líquido recebido dos direitos creditórios da União pelo cessionário menos o retorno dos cessionários e reconhecido nos resultados somente quando do recebimento.

Em decorrência da cessão dos direitos creditórios tivemos os seguintes impactos:

- (a) Desconto financeiro reconhecido na rubrica de despesas financeiras no montante de R\$ 251.648 decorrentes da cessão desses direitos pelo montante de R\$ 460.974 contra o montante de ativos reconhecidos anteriormente no montante de R\$ 712.622;
- (b) Ganho na venda de ativo contingente líquido dos tributos e obrigações no montante de R\$ 733.815 com impacto na rubrica de outras receitas e demonstrações de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

13 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	13.937	10.638	15.876	11.958
Rumo S.A	4.200	17.406	7.379	19.219
Aguassanta Participações S.A.	17	6.342	17	6.342
Cosan Biomassa S.A	4.939	2.330	-	-
Cosan Limited	4.207	819	4.207	819
Cosan Lubrificantes e Especialidades	3.543	803	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	7	-	517
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	11	1	1.063	1.213
Outros	717	490	927	517
	31.571	38.836	29.469	40.585
Operações financeiras				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	9.672	-	9.672
Cosan Limited	-	-	26.128	-
	-	9.672	26.128	9.672
	31.571	48.508	55.597	50.257
Ativo não circulante				
Ações preferenciais / AFAC				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	87.969	114.473	87.969	114.473
Janus Brasil Participações S.A	30.423	28.705	30.423	28.705
	118.392	143.178	118.392	143.178
Operações financeiras e societárias				
Rezende Barbosa ⁽ⁱⁱ⁾	31.444	38.944	31.444	38.944
Cosan Limited	-	-	-	25.113
Outros	8.819	7.846	1.833	1.618
	40.263	46.790	33.277	65.675
	158.655	189.968	151.669	208.853
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	167.487	128.398	176.989	141.594
Cosan Lubrificantes e Especialidades	16	86.148	-	-
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	8.849	8.232	9.813	7.473
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	516	-	516
Aguassanta Participações S.A.	337	-	337	-
Rumo S.A	850	439	950	524
	177.539	223.733	188.089	150.107
Operações financeiras e societárias				
Cosan Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	210.497	-	210.497	-
Cosan Overseas Limited	21.375	21.059	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	61.292	62.014	-	-
	293.164	83.073	210.497	-
	470.703	306.806	398.586	150.107
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Cosan Luxembourg S.A.	1.797.898	2.231.663	-	-
Cosan Overseas Limited	1.665.578	1.640.956	-	-
	3.463.476	3.872.619	-	-

Notas Explicativas

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesa compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	330	388
Rumo S.A	11.300	9.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	2.254
Cosan Biomassa S.A.	2.600	2.075
Cosan Lubrificantes e Especialidades	7.270	8.368
Raízen Energia S.A.	(4.702)	(3.855)
Outros	245	-
	17.043	19.100
Resultado financeiro		
Cosan Limited	(1.813)	(162)
Cosan Luxembourg S.A.	72.562	364.151
Pasadena Empreendimento Participação S.A.	573	706
Cosan Overseas Limited	(156.744)	184.915
Raízen Energia S.A.	7.727	2.441
Outros	(378)	(223)
	(78.073)	551.828
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional		
Raízen Combustíveis S.A	12.784	12.732
Raízen Energia S.A.	21.986	27.757
Rumo S.A	34.663	38.209
	69.433	78.698
Compra de produtos / insumos		
Raízen Energia S.A.	(1.414)	(1.391)
Raízen Combustíveis S.A.	(4)	(3)
	(1.418)	(1.394)
Operação descontinuada		
Raízen Energia S.A	67	57.007
	67	57.007
Despesa compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	330	388
Rumo S.A	11.300	9.870
Raízen Energia S.A.	(44.289)	(43.261)
Outros	244	260
	(32.415)	(32.743)
Resultado financeiro		
Cosan Limited	(1.195)	369
Raízen Energia S.A.	7.727	2.441
Outros	(378)	(182)
	6.154	2.628

No decorrer dos exercícios apresentados, não foram registradas quaisquer perdas para crédito de liquidação duvidosa nas operações comerciais da Companhia com suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto.

(i) Raízen Energia e Raízen Combustíveis

Os saldos a receber da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis registrados como ativo não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão devolvidos por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados. Os saldos registrados como passivo circulante representam recobranças referente a despesas pagas pelas Raízen de responsabilidade da Companhia.

Notas Explicativas

(ii) Grupo Rezende Barbosa

A Companhia possui recebíveis junto ao Grupo Rezende Barbosa com natureza de créditos concedidos antes da aquisição de negócios. Estes recebíveis são garantidos por ações de emissão da Companhia.

(iii) Cosan Limited (CZZ)

Reconhecimento da parcela e atualização monetária referente a operação de compra de ações da Comgás, a ser liquidada no aniversário de um ano do fechamento da operação (Nota 3.1).

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado, como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	53.716	50.846
Benefícios pós-emprego	609	561
Outros benefícios de longo prazo	664	533
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	589	2.367
Transações com pagamentos baseados em ações	9.203	8.369
	<u>64.781</u>	<u>62.676</u>

14 Investimentos em associadas e investimentos com passivo a descoberto

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Aquisição de participação	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	130.038.279	103.866.524	79,87%	79,87%	3.366.488	364.544	780.126	(12.422)	(770.459)	-	(39.784)	-	3.688.493
Cosan Global	1	1	100,00%	100,00%	94.314	181	-	-	-	-	-	-	94.495
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	1.503	-	-	-	-	-	-	(1.503)	-
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%	6.146.924	1.016.102	-	204.064	(587.475)	-	(444.177)	-	6.335.438
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	32.307	41	-	-	-	-	-	(32.348)	-
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%	322.308	(204.314)	-	-	-	-	-	-	117.994
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	51,00%	3,00%	30.537	1.704	-	46	(1.160)	-	-	-	31.127
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%	55.148	3.128	-	232	(975)	-	-	-	57.533
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	97.002	4.972	-	-	(3.251)	-	-	-	98.723
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%	-	-	-	-	-	-	-	4.389	4.389
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51,00%	5,00%	33.998	3.014	-	3.181	(1.840)	13.073	-	-	51.426
Outros	-	-	-	-	(14.566)	(775)	-	523	-	-	-	47.769	32.951
Total investimento em associadas					10.165.963	1.188.597	780.126	195.624	(1.365.160)	13.073	(483.961)	18.307	10.512.569
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	-	(46.566)	-	-	-	39.044	(1.158)	1.502	(7.178)
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%	-	8.979	-	-	-	1.433	(6.023)	(4.389)	-
Cosan Lubes Investiment	6.300.001	6.300.001	100,00%	100,00%	-	(439)	-	(23.389)	-	-	-	(47.769)	(71.597)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	-	(39.049)	-	(1.273)	-	-	-	32.348	(7.974)
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	99,99%	99,99%	-	(1.679)	-	(174)	-	-	(4.221)	-	(6.074)
Total investimento passivo descoberto					-	(78.754)	-	(24.836)	-	40.477	(11.402)	(18.308)	(92.823)
Total					10.165.963	1.109.843	780.126	170.788	(1.365.160)	53.550	(495.363)	(1)	10.419.746

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Resultado de equivalência de operação descontinuada	Alienação de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	127.313.301	79.777.349	62,66%	62,66%	3.754.589	507.700	-	-	(35.097)	(870.740)	-	10.036	3.366.488
Cosan Global	1	1	100,00%	100,00%	200.663	(113.767)	-	-	-	-	7.418	-	94.314
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	208.849	(30.364)	-	-	6.000	-	(216.982)	34.000	1.503
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%	5.732.301	1.511.898	-	-	46.857	(350.549)	-	(793.583)	6.146.924
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	(64.018)	(3.327)	-	-	-	-	100.000	(348)	32.307
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%	107.507	15.145	-	-	-	-	199.656	-	322.308
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	539.979.397	51,00%	3,00%	648.330	90	19.645	(617.684)	66	(20.475)	-	565	30.537
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	51,00%	2,51%	625.108	(1.013)	8.819	(572.955)	108	(4.919)	-	-	55.148
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	99.638	5	-	-	-	(2.641)	-	-	97.002
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51,00%	5,10%	23.713	3.938	-	-	(90)	(1.393)	7.830	-	33.998
Outros	-	-	-	-	(73.868)	(14.460)	-	-	70.955	-	-	2.807	(14.566)
Total investimento em associadas					11.262.812	1.875.845	28.464	(1.190.639)	88.799	(1.250.717)	97.922	(746.523)	10.165.963

Informações financeira das investidas:

	Doze meses findos em 31/12/2017			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.939.363	(1.947.338)	7.975	(39.088)
Cosan Lubes Investment	672.336	(743.932)	71.596	(439)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	12.396.634	(7.857.545)	(4.539.089)	559.657
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.342.116	(6.973)	(6.335.143)	1.016.101
Cosan Luxembourg S.A.	3.157.733	(3.039.739)	(117.994)	(204.315)
Cosan Global	94.497	-	(94.497)	183
Cosan Biomassa	167.154	(174.333)	7.179	(46.566)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357

	Doze meses findos em 31/12/2016			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.988.500	(1.956.114)	(32.386)	(3.191)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	12.315.173	(7.121.953)	(5.193.220)	820.634
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.158.200	(11.275)	(6.146.925)	1.511.899
Cosan Luxembourg S.A.	3.144.494	(2.822.185)	(322.309)	15.145
Cosan Global	94.313	-	(94.313)	(113.768)
Cosan Biomassa	168.794	(167.293)	(1.501)	(30.365)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51%	5,0%	97.002	4.972	-	(3.251)	-	-	98.723
Novvi Limited Liability Company	620.000	200.000	33,26%	33,26%	18.838	(7.665)	583	-	-	-	11.756
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51%	5%	33.998	3.014	3.181	(1.840)	13.073	-	51.426
Radar Propriedades Agrícolas S.A	1.735.703	531.125	51%	3%	55.148	3.128	232	(975)	-	-	57.533
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	81.440.221	24.920.708	51%	3%	30.537	1.704	46	(1.160)	-	-	31.127
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33%	33%	-	8.979	-	-	1.433	(6.023)	4.389
Outros investimentos	-	-	-	-	4.577	(1.204)	-	-	-	1.085	4.458
Total investimento em associadas					240.100	12.928	4.042	(7.226)	14.506	(4.938)	259.412

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Alienação de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	99.638	5	-	-	(2.641)	-	-	97.002
Novvi Limited Liability Company	200.002	100.001	33,33%	33,33%	6.783	(8.917)	-	-	-	20.972	-	18.838
Janus Brasil Participações S.A.	16.166.927	31.699.465	51,00%	5,10%	23.713	3.938	-	(90)	(1.393)	7.830	-	33.998
Radar Propriedades Agrícolas S.A	21.148.989	4.001.167	51,00%	2,51%	-	(1.013)	56.161	-	-	-	-	55.148
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	65.957.282	33.638.214	51,00%	3,00%	-	90	29.907	-	-	-	540	30.537
Outros investimentos	-	-	-	-	10.002	(6.923)	-	-	-	-	1.498	4.577
Total investimento em associadas					140.136	(12.820)	86.068	(90)	(4.034)	28.802	2.038	240.100

Informações financeira das investidas:

				31 de dezembro 2017
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Novvi Limited Liability Company	42.739	(7.095)	(35.644)	(24.415)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	31 de dezembro 2016
				Lucro (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151
Novvi Limited Liability Company	31.667	(5.362)	(26.305)	(7.538)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475

c) Informações dos acionistas não controladores em subsidiárias da Companhia

	Número de ações da investida	Ações dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado líquido	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Mudança de participação em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	130.038.279	26.171.755	20,13%	1.826.733	195.206	(3.130)	(428.603)	(753.019)	13.408	850.595
	Número de ações da investida	Ações dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado líquido	Venda de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	127.313.301	47.535.952	37,34%	2.109.567	313.207	-	(20.913)	(563.371)	(11.757)	1.826.733
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	290.710.861	49,00%	349.022	10.547	(359.607)	38	-	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	17.147.822	49,00%	1.728.749	37.828	(1.766.959)	382	-	-	-
Eliminação participação Radar II na Radar	-	-	0,00%	(498.850)	(7.580)	506.430	-	-	-	-
Total				3.688.488	354.002	(1.620.136)	(20.493)	(563.371)	(11.757)	1.826.733

Notas Explicativas**Balanço patrimonial sintético:**

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Ativo	3.292.492	3.003.846
Passivo	(3.126.675)	(1.980.304)
Ativo circulante líquido	165.817	1.023.542
Não circulante		
Ativo	9.104.142	9.311.327
Passivo	(4.730.870)	(5.141.649)
Ativo não circulante líquido	4.373.272	4.169.678
Patrimônio líquido	4.539.089	5.193.220

Demonstração do resultado e outros resultados abrangentes:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	5.537.857	5.657.246
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	795.629	1.312.517
Imposto de renda e contribuição social	(235.972)	(411.418)
Lucro líquido	559.657	901.099
Outros resultados abrangentes	(15.585)	(56.012)
Resultado abrangente total	544.072	845.087
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	109.501	315.555
Dividendos pagos	1.121.407	1.369.456

Demonstração do fluxo de caixa:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.701.783	2.158.498
Imposto de renda pago	(64.680)	(70.774)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	1.637.103	2.087.724
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(634.776)	(637.013)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	(1.383.142)	(1.310.018)
(Decréscimo) acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(380.815)	140.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.108.336	1.967.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.727.521	2.108.336

Notas Explicativas

15 Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia possui um contrato de formação de duas *joint ventures*, com participação de 50% sobre os benefícios econômicos das companhias, são elas:

- (i) Raízen Combustíveis, que é dono de uma rede com mais de 6.000 postos de serviço espalhados pelo Brasil, 67 terminais de distribuição e 64 terminais em aeroportos que fornecem combustíveis de aviação;
- (ii) Raízen Energia, que atua na produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Raízen Energia é responsável pela produção de mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4,2 milhões de toneladas de açúcar e 940 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen Energia cultiva, colhe e processa a cana-de-açúcar - principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e etanol.

A Companhia possui controle em conjunto da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis em virtude de sua participação de 50% nas ações de ambas as empresas e a exigência de consentimento unânime por todas as partes sobre as decisões relacionadas com as atividades relevantes do regime. Esses investimentos foram classificados como investimento em controladas em conjunto levando em consideração as disposições do IFRS 11 / CPC 19 – Negócios em conjunto e, consequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas controladas em conjunto apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado		
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total
Número de ações da investida	3.303.168.484	5.902.595.634	
Quotas da investidora	1.651.584.242	2.951.297.817	
Percentual de participação	50%	50%	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.204.833	5.032.355	8.237.188
Resultado de equivalência	737.599	832.533	1.570.132
Ajuste de avaliação patrimonial	22.949	35.469	58.418
Juros sobre capital próprio	(58.500)	(100.000)	(158.500)
Dividendos	(716.060)	(484.783)	(1.200.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.190.821	5.315.574	8.506.395
Resultado de equivalência	694.015	291.075	985.090
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.349)	209.412	204.063
Juros sobre capital próprio	(42.000)	-	(42.000)
Dividendos	(651.500)	(554.249)	(1.205.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.185.987	5.261.812	8.447.799

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do período das controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa de segmentos (Nota 6).

A Companhia possui certas obrigações com a Raízen por demandas com fato gerador anterior a sua formação, compostas principalmente por demandas judiciais, líquidas de depósitos judiciais com fato gerador até 1º de abril de 2011, assim como pelos parcelamentos de impostos (REFIS), registrado na rubrica “Outros tributos a pagar”. Adicionalmente, a Companhia é parte em um contrato de linha de crédito (Stand-by Facilities) concedida a Raízen no montante de USD 350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

16 Imobilizado

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	232.615	162.955	58.749	54.179	508.498	35.664
Adições		(17)	39.570	-	39.553	1.777
Combinação de negócio	(3.137)	(5.952)	-	17	(9.072)	-
Baixas	-	(1.242)	-	(44)	(1.286)	-
Transferências (i)	14.174	31.104	(57.636)	3.191	(9.167)	(2.667)
Operação descontinuada	(598)	(143)	(663)	(1.028)	(2.432)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	243.054	186.705	40.020	56.315	526.094	34.774
Adições	38		44.937	620	45.595	5.854
Combinação de negócio	-	2.867	-	17.736	20.603	-
Baixas	-	(5.505)	-	(1.019)	(6.524)	(284)
Transferências (i)	5.132	15.793	(28.158)	(11.886)	(19.119)	(289)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	248.224	199.860	56.799	61.766	566.649	40.055
Valor de depreciação:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(31.405)	(42.804)	-	(32.489)	(106.698)	(9.012)
Adições	(10.545)	(15.074)	-	(5.963)	(31.582)	(4.185)
Baixas	-	127	-	36	163	-
Transferências (i)	814	(311)	-	134	637	-
Operação descontinuada	143	97	-	475	715	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(40.993)	(57.965)	-	(37.807)	(136.765)	(13.197)
Adições	(9.761)	(18.829)	-	(6.976)	(35.566)	(4.357)
Baixas	-	3.897	-	713	4.610	-
Transferências (i)	-	(801)	-	14.198	13.397	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(50.754)	(73.698)	-	(29.872)	(154.324)	(17.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202.061	128.740	40.020	18.508	389.329	21.577
Saldo em 31 de dezembro de 2017	197.470	126.162	56.799	31.894	412.325	22.503

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

17 Intangível

	Consolidado					Controladora
	Ágio	Direito de Concessão COMGÁS	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes	Outros	Total
Valor de custo:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	612.840	9.159.112	252.474	940.470	285.615	11.250.511
Adições	-	382.788	-	65.735	21.186	469.709
Adições combinação de negócio	1.968	-	-	5.970	-	7.938
Baixas	-	(189.849)	-	(65.694)	(62.512)	(318.055)
Transferências (i)	-	(2.232)	-	343	10.572	8.683
Operação descontinuada	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	614.808	9.349.819	252.474	946.824	252.465	11.416.390
Adições	-	361.946	-	65.813	45.628	473.387
Adições combinação de negócio	136.626	-	-	-	9.299	145.925
Baixas	-	(182.339)	-	(11.554)	(1)	(193.894)
Transferências (i)	-	3.418	-	(11.696)	13.572	5.294
Saldo em 31 de dezembro de 2017	751.434	9.532.844	252.474	989.387	320.963	11.847.102
Valor de amortização:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(921.733)	(159.789)	(575.411)	(146.309)	(1.803.242)
Adições	-	(362.971)	(22.827)	(151.893)	(44.319)	(582.010)
Baixas	-	175.435	-	58.609	62.507	296.551
Transferências (i)	-	(29)	-	-	(124)	(153)
Operação descontinuada	-	-	-	-	614	614
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(1.109.298)	(182.616)	(668.695)	(127.631)	(2.088.240)
Adições	-	(369.116)	(22.827)	(127.584)	(40.628)	(560.155)
Baixas	-	143.331	-	8.132	-	151.463
Transferências (i)	-	(247)	-	721	(46)	428
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(1.335.330)	(205.443)	(787.426)	(168.305)	(2.496.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	614.808	8.240.521	69.858	278.129	124.834	9.328.150
Saldo em 31 de dezembro de 2017	751.434	8.197.514	47.031	201.961	152.658	9.350.598

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

Notas Explicativas

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 9.799 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 14.625) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 8,43% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (11,48% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Concessão ativo intangível - COMGÁS (i)	Durante o prazo de concessão	8.197.514	8.240.521
Marcas e patentes:			
<i>Mobil</i>	10,00%	22.827	45.654
<i>Comma</i>	-	24.204	24.204
		47.031	69.858
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	174.459	233.971
Lubrificantes	6,00%	27.502	44.158
		201.961	278.129
Outros:			
Licença de software	20,00%	135.808	119.052
Outros		16.850	5.782
		152.658	124.834
Total		8.599.164	8.713.342

(i) Referente ao ativo intangível de concessão do serviço público de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás e é composto por: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos de concessão;

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios (ativos intangíveis com vida útil indefinida) decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada unidade geradora de caixa são como a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Unidade geradora de caixa Moove	751.391	614.765
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
Total do ágio	751.434	614.808

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

Notas Explicativas

As principais premissas utilizadas consideram principalmente a expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado, bem como levando em conta os níveis de crescimento médio experimentado ao longo dos últimos anos e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das commodities, utilizando taxas de descontos que refletem riscos específicos relacionados aos negócios.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados pela taxa de 10,4 % (custo médio ponderado de capital) e uma taxa de crescimento do valor final de 4% a partir de 2027 que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Um aumento de 6,3 pontos percentuais na taxa de desconto deve mudar para que o valor recuperável estimado seja igual ao valor contábil. O dólar tem impacto nas projeções e, portanto, a flutuação do câmbio teria efeito na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2017 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas Explicativas

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros		Consolidado		
Descrição ⁽ⁱⁱ⁾	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
BNDDES	TJLP	9,08%	120.573	137.739	jun/2023
	TJ462	9,89%	485.807	650.581	out/2020
	Selic	8,82%	221.222	271.926	out/2020
	Selic	9,00%	66.794	41.650	jun/2023
EIB	Dólar (US)	3,88%	127.190	170.848	jun/2020
	Dólar (US)	2,94%	70.611	89.899	set/2020
	Dólar (US) + Libor	1,90%	138.778	172.263	mai/2021
	Dólar (US) + Libor	1,98%	149.386	179.951	set/2021
Empréstimos no exterior	GBP + Libor	3,77%	312.642	218.232	dez/2022
	GBP + Libor	1,98%	157.432	-	jul/2019
Resolução 4131	US\$	2,66%	68.305	133.957	nov/2019
	US\$	2,40%	415.762	407.306	mar/2018
	US\$ + Libor	4,79%	50.868	32.798	out/2020
Bônus perpétuos	US\$	8,25%	1.674.847	1.650.089	-
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%	168.052	168.163	mar/2018
Senior Notes Due 2023	US\$	5,00%	339.665	322.062	mar/2023
Senior Notes Due 2027	US\$	7,00%	2.530.442	2.304.384	jan/2027
FINEP	Pré-fixado	5,00%	93.058	109.233	nov/2022
Capital de giro	CDI + 0,31% a.m.	10,93%	1.117	9.988	jan/2018
	CDI + 0,33% a.m.	11,20%	3.345	-	mar/2018
	120.85% CDI	8,39%	10.440	-	jul/2018
	120.75% CDI	8,38%	20.879	-	jul/2018
	120% CDI	8,32%	21.221	-	mai/2018
FINAME	Pré-fixado	5,50%	45	105	set/2018
Conta garantida	125,5% do CDI	8,72%	94	22.604	mar/2018
FINIMP	US\$ + Libor Tri	3,52%	-	40.798	jun/2017
Pré-pagamento	US\$ + Libor Tri	3,86%	10.039	55.641	abr/2018
			7.258.614	7.190.217	
Debêntures não conversíveis					
	CDI + 0,90%	7,85%	87.467	133.465	set/2019
	IPCA + 5,10%	8,20%	363.894	346.276	set/2018
	IPCA + 5,57%	8,68%	197.923	183.189	set/2020
	IPCA + 7,14%	10,30%	293.312	284.660	dez/2020
	IPCA + 7,48%	10,65%	263.701	255.929	dez/2022
	IPCA + 7,36%	10,53%	86.927	84.364	dez/2025
	IPCA + 5,87%	8,99%	726.826	660.029	dez/2023
	IPCA + 4,33%	7,41%	396.330	-	out/2024
			2.416.380	1.947.912	
Total			9.674.994	9.138.129	
Circulante			1.611.547	936.000	
Não circulante			8.063.447	8.202.129	

(i) Em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Os financiamentos da Companhia junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais possuem fianças bancárias como garantias das operações. As fianças são contratadas com bancos de primeira linha garantindo a totalidade do valor da dívida.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são denominados nessas moedas:

Notas Explicativas

	31/12/2017	31/12/2016
Dólar (USD) ⁽ⁱ⁾	5.575.894	5.559.995
Reais (R\$)	3.629.026	3.359.901
Libra Esterlina (GBP)	470.074	218.233
	9.674.994	9.138.129

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, todas as dívidas datadas denominadas em dólares norte-americanos possuem proteção de risco cambial por meio de derivativos (Nota 31).

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão da rede de distribuição de gás, expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- **Projeto V** - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- **Projeto VI** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).
- **Projeto VII** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Santander (39,69%), Sumitomo (33,33%) e Safra (26,98%).

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021 e são garantidos por fianças bancárias. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural. Esses empréstimos estão protegidos quanto a variação cambial e juros por meio de instrumentos financeiros derivativos.

FINEP

Em novembro de 2012, foi firmado contrato de financiamento com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos no montante de R\$ 254.890, com vencimento até novembro de 2020. Estes empréstimos são garantidos por garantias bancárias. Os recursos devem ser e serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais para o processamento de biomassa derivada da cana-de-açúcar ou de outras fontes.

Em 27 de julho de 2017, a Companhia aditou um contrato de empréstimo junto à FINEP em que estendeu o prazo de carência para o pagamento do principal no valor atualizado de R\$ 93.591 pelo prazo de 30 meses a partir de 15 de agosto de 2017 a 15 de fevereiro de 2020

Resolução nº 4.131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2018, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de cambio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de R\$ 850.000, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% a.a., pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% a.a., pagáveis semestralmente em março e setembro de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2027

Em 20 de junho de 2016, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a. Os recursos foram utilizados para amortização parcial do Sênior Note 2018 e Sênior Note 2023.

Em 18 de Julho, 2016, a Cosan Luxembourg S.A ("Cosan Lux") emitiu o montante adicional de US\$ 150.000.000 os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a com vencimento 2027. Os Bonds são títulos emitidos de acordo com as disposições da escritura de emissão, datado de 20 de junho de 2016, entre a Emissora, a Cosan S.A e Deutsche Bank Trust Company Americas, como Agente Fiduciário ("administrador").

Capital de giro

Em 12 de janeiro e 17 de março de 2017 a Cosan Biomassa tomou dois empréstimos junto à Caixa Econômica Federal nos valores de R\$ 10.000 cada um com taxa de juros de CDI + 0,33% ao mês e prazo de um ano.

Em 25 de maio e 17 de julho de 2017, a Cosan Biomassa tomou dois empréstimos junto ao Santander no valor de R\$ 20.000 e R\$ 10.000, respectivamente, com taxa de juros pós-fixadas de 120,00% do CDI e prazo de um ano.

Em 17 de julho de 2017, a Cosan Biomassa tomou um empréstimo junto ao Banco ABC no valor de R\$ 20.000 com taxa de juros pós-fixadas de 120,75% do CDI e prazo de um ano.

Pré pagamentos

Em 20 de abril de 2017, a Cosan Biomassa, subsidiária integral da Companhia, aditou um contrato de Pré Pagamento de Exportação com o Citibank em que estendeu o prazo de vencimento por mais um ano. O valor do contrato é de US\$ 3.000 milhares.

Empréstimos no exterior

Em 21 de dezembro de 2017, a Cosan Lubes Investments, subsidiária integral da Companhia, aditou um contrato de empréstimo junto ao Citibank em que estendeu o prazo de vencimento e, adicionalmente, tomou 25 milhões de libras esterlinas. O contrato atual é de 70 milhões de libras esterlinas.

Em 04 de agosto de 2017 e 30 de outubro de 2017, a Comma Oil, subsidiária integral da Cosan Lubes Investments, tomou empréstimos nos valores total de 20 milhões e 15 milhões de libras esterlinas, respectivamente, junto ao Bank of America Merrill Lynch, com vencimentos em 26 julho de 2019 e 30 de outubro de 2019 a juros de libor + 1,50% ao ano.

Linha de crédito – *Standy by facilities*

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía linhas de crédito disponíveis de diferentes instituições financeiras brasileiras, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 501.000.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	1.127.365	1.466.631
25 a 36 meses	808.480	660.387
37 a 48 meses	256.669	768.126
49 a 60 meses	195.441	207.663
61 a 72 meses	1.139.353	151.689
73 a 84 meses	454.668	1.110.467
85 a 96 meses	278.446	60.961
A partir de 97 meses	3.803.025	3.776.205
	8.063.447	8.202.129

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	9.138.129
Captação	912.642
Pagamento	(1.445.965)
Atualização monetária, cambial e valor justo	1.070.188
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.674.994

Em 31 de dezembro de 2017, todas as dívidas com vencimentos definidos denominadas em dólar possuem proteção de risco cambial por meio de instrumentos financeiros. Veja detalhes na nota 31.

Debêntures

3ª Emissão

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 100,69% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 101,01% e para terceira série 101,96%.

4ª Emissão

Os juros da primeira, segunda e terceira série serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 101,95% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 109,28% e para terceira série 112,47%.

5ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2017, a porcentagem para o valor justo negociado no mercado secundário foi de 104,61% do preço unitário (PU) da curva.

Notas Explicativas

6ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros.

Abaixo são relacionados os *covenants* financeiros das dívidas e debêntures aberto:

Dívida	Covenant financeiro
BNDES	
Empréstimos EIB	
FINEP	
Empréstimos no exterior	Não aplicável
Bônus Perpétuo	
FINIMP	
Pré Pagamentos	
Resolução nº 4.131	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,75x Endividamento de curto prazo e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,55x
Senior Notes 2023	
Senior Notes 2018	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,5
Senior Notes 2027	
Debêntures 3º emissão	Dívida líquida onerosa/EBITDA não superior ou igual a 4x
Debêntures 4º emissão	Endividamento de CP e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,6x
Debêntures 5º emissão	
Debêntures 6º emissão	Dívida líquida onerosa/EBITDA não superior ou igual a 4x

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos.

Notas Explicativas

19 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária” das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma e eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativo (passivo) regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de gás a recuperar (repassar)	(174.090)	(394.552)
Créditos de tributos a repassar	(48.549)	(24.061)
Ajuste a valor presente sobre tributos	1.742	1.592
Outros	-	3.010
	(220.897)	(414.011)
Saldo inicial	(414.011)	116.947
Saldo final	(220.897)	(414.011)
Receitas/(despesas) não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social	193.114	(530.958)
Ativo (passivo) regulatório ⁽ⁱ⁾	243.722	(480.044)
Ativo (passivo) regulatório - tributos ⁽ⁱ⁾	(12.222)	(12.874)
	231.500	(492.918)
Atualização ⁽ⁱ⁾	(26.270)	(32.163)
Ajuste a valor presente (AVP) s/créditos de tributos ⁽ⁱ⁾	151	1.400
Créditos extemporâneos ⁽ⁱ⁾	(12.267)	(7.277)
	193.114	(530.958)

(i) Efetuamos a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluído nas tarifas cobradas dos clientes e o custo real de gás incorrido, são apuradas em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS e CPC, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia.

b) Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de suprimentos de gás, a controlada COMGÁS possui um compromisso financeiro total em valor presente estimado de R\$ 5,29 bilhões, valor este que contempla o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodity quanto em transporte.

Notas Explicativas

c) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Comgás possui 9 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 2.847 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.201).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.035	2.798
Mais de um ano e menos de cinco anos	8.010	907
Mais de cinco anos	5.013	-
	16.058	3.705

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de gás/transporte	-	-	1.563.930	1.381.397
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás ⁽ⁱ⁾	-	-	(294.976)	(294.976)
Fornecedores de materiais e serviços	3.713	3.330	536.431	381.149
	3.713	3.330	1.805.385	1.467.570

- (i) Existe uma discussão judicial entre a controlada COMGÁS e sua fornecedora de gás. A fornecedora de gás estava cobrando diferentes preços em relação ao mercado de fornecimento de gás. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da discussão judicial é de R\$ 1.154.603 (R\$ 1.045.311 em 31 de dezembro de 2016). O total é segurado por depósito judicial de R\$ 294.976 (R\$ 294.976 em 31 de dezembro de 2016) e o valor garantido por fiança é de R\$ 859.627 (R\$ 750.335 em 31 de dezembro de 2016).

21 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento de débitos tributários	200.484	191.856	207.790	191.856
ICMS	-	-	118.497	82.293
COFINS	114.854	21.568	144.351	48.181
PIS	24.452	4.512	30.825	10.230
Outros	1.513	493	30.180	30.612
INSS	586	725	1.134	1.103
	341.889	219.154	532.777	364.275
Circulante	198.569	82.434	382.150	227.555
Não circulante	143.320	136.720	150.627	136.720

Notas Explicativas

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	13.214	13.111	13.214	13.111
25 a 36 meses	13.402	11.302	13.402	11.302
37 a 48 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
49 a 60 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
61 a 72 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
73 a 84 meses	10.454	10.699	10.454	10.699
85 a 96 meses	8.251	10.325	8.251	10.325
A partir de 97 meses	65.314	59.186	72.621	59.186
	143.320	136.720	150.627	136.720

22 Imposto de renda e contribuição social**(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:**

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.606.191	754.717
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(546.105)	(256.604)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	339.392	601.012
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(30.458)	(772)
Transações com pagamento baseado em ações	(2.030)	(2.844)
Juros sobre capital próprio	(45.177)	(34.728)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	40.252
Resultado de empresas no exterior	-	(38)
Retificação prejuízo fiscal e base negativa utilizados na liquidação de parcelamento	(3.554)	-
Outros	(2.935)	11.147
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(290.867)	357.425
Taxa efetiva	18,11%	(47,36%)
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.968.255	1.485.562
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(669.207)	(505.091)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	339.327	529.486
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(50.866)	(19.642)
Transações com pagamento baseado em ações	(2.030)	(2.844)
Juros sobre capital próprio	(21.140)	(45.573)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(16.434)	39.490
Resultado de empresas no exterior	(18.140)	(58.323)
Efeito tributário na adesão ao PERT MP 783/17	(4.438)	-
Retificação prejuízo fiscal e base negativa utilizados na liquidação de Parcelamento	(3.554)	-
Outros	(11.243)	2.284
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(457.725)	(60.213)

Notas Explicativas

Taxa efetiva

23,26%

4,05%

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (i):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	193.812	195.212	401.541	396.181
Base negativa de contribuição social	70.800	71.304	146.233	144.303
Total de prejuízos fiscais e base negativa	264.612	266.516	547.774	540.484
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	495.957	535.868	548.568	590.111
Provisão para demandas judiciais	55.597	50.199	160.386	154.992
Ágio na incorporação	-	-	56.276	225.104
Obrigação de benefício pós-emprego	-	-	153.434	138.655
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	27	55.507	3.508	58.784
Conta corrente regulatória	-	-	65.318	71.039
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	30.809	28.493
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	291	-
Provisões de participações no resultado	4.773	4.637	12.518	11.323
Juros sobre opções de Ações	218.599	219.019	218.599	219.019
Revisão de vida útil	-	-	(312.113)	(268.443)
Diferenças temporárias	45.173	27.207	220.066	181.712
Outros	-	6.728	6.985	17.433
Tributos diferidos - Ativos	827.111	906.150	1.164.645	1.428.222
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos				
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Combinação de negócios - Imobilizado	-	-	(26.025)	(26.792)
Ágio fiscal amortizado	(21.823)	(21.823)	(347.053)	(328.478)
Arrendamento Mercantil	-	-	(14)	(14)
Intangível-Contrato de concessão	-	-	(8.681)	(10.617)
Resultado não realizado com derivativos	(156.081)	(2.092)	(154.044)	32
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)
Combinação de negócios - Intangível	-	-	(1.143.848)	(1.185.679)
(-) Créditos sem expectativa de realização	-	-	(18.040)	-
Outros	(51.951)	(6.728)	(16.741)	(60.658)
Tributos diferidos - Passivos	(1.364.891)	(1.165.679)	(2.849.482)	(2.747.242)
Total de tributos diferidos registrados	(273.168)	6.987	(1.137.063)	(778.536)
Diferido Ativo	-	6.987	474.804	330.212
Diferido Passivo	(273.168)	-	(1.611.867)	(1.108.748)

- (i) Os valores apresentados em 31 de Dezembro de 2016, foram reclassificados entre linhas para melhor divulgação.

Notas Explicativas**(iii) Movimentação dos impostos diferidos (líquido):**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(419.291)	(1.032.830)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	372.433	52.420
Outros resultados abrangentes	-	28.986
Combinação de negócios	-	(4.864)
Desconsolidação de operação descontinuada	53.845	158.164
Outros	-	19.588
Saldo em 1º de janeiro de 2017	6.987	(778.536)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(283.709)	(369.255)
Outros resultados abrangentes	-	8.201
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de parcelamento	3.554	3.554
Outros	-	(1.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(273.168)	(1.137.063)

(iv) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do resultado tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nenhuma provisão foi reconhecida. No Brasil, não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Companhia espera realizar o imposto diferido integral sobre prejuízos fiscais e contribuição social.

Notas Explicativas

23 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	94.004	85.658	432.350	405.060
Cíveis	105.708	67.426	226.825	189.861
Trabalhistas	115.079	134.212	186.947	166.621
	314.791	287.296	846.122	761.542

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são como segue:

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	236.921	226.558	368.360	350.745
Cíveis e ambientais	13.890	14.200	18.017	19.849
Trabalhistas	32.230	29.170	48.035	43.620
	283.041	269.928	434.412	414.214

Movimentação da provisão:

	Controladora			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	73.320	57.542	135.678	266.540
Provisionado no exercício	5.390	19.174	31.134	55.698
Baixas por reversão / pagamento	(1.570)	(23.896)	(48.949)	(74.415)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	8.518	14.606	16.349	39.473
Saldo em 1º de janeiro de 2017	85.658	67.426	134.212	287.296
Provisionado no exercício	8.669	44.320	35.391	88.380
Baixas por reversão / pagamento	(7.400)	(15.838)	(46.582)	(69.820)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	7.077	9.800	(7.942)	8.935
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.004	105.708	115.079	314.791

	Consolidado			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	376.532	161.740	165.075	703.347
Provisionado no exercício	6.631	23.674	41.817	72.122
Baixas por reversão / pagamento	(4.168)	(26.413)	(57.205)	(87.786)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	26.065	30.860	16.934	73.859
Saldo em 1º de janeiro de 2017	405.060	189.861	166.621	761.542
Provisionado no exercício	14.155	69.320	71.786	155.261
Baixas por reversão / pagamento	(9.293)	(30.332)	(59.339)	(98.964)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	22.428	(2.024)	7.879	28.283
Saldo em 31 de dezembro de 2017	432.350	226.825	186.947	846.122

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas Explicativas

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	-	-	280.158	269.275
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	54.645	53.255	65.149	63.103
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.404	22.253	43.848	31.517
PIS e COFINS	-	202	140	334
IPI	678	1.155	678	1.155
IRPJ e CSLL	-	329	1.521	329
Outros	9.277	8.464	40.856	39.347
	94.004	85.658	432.856	405.060

- (i) A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais de outubro de 2003 até novembro de 2006, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- (ii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Os depósitos judiciais foram feitos para os montantes correspondentes.
- (iii) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos as diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, mas que, no entendimento fazendário, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Alcool Ltda (encomendante) e (c) autos de infração relacionados ao aproveitamento de créditos de ICMS quando a base de cálculo presumida no regime de substituição tributária para frente for maior que a efetivamente realizada.

b) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar decorrente do período Raízen e (iii) execuções de natureza cível e ambiental.

A Companhia e suas controladas são partes em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, responsabilidade subsidiária solidária, pagamento de horas extras e reflexos, intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e insalubridade, aviso prévio, diferenças de FGTS, horas in itinere, 13º salário, férias mais um terço, adicional noturno, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho e/ou doença profissional, obrigação de fazer ou não fazer para cumprimento de normas regulamentadoras do MTE, danos morais coletivos, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Notas Explicativas

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributários	4.819.403	4.438.316	8.300.365	7.381.101
Cíveis	620.702	592.223	1.342.822	1.318.404
Trabalhistas	201.247	348.727	255.779	376.146
	5.641.352	5.379.266	9.898.966	9.075.651

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱ⁾	1.614.146	1.498.703	2.006.898	1.828.663
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	533.828	462.596	2.395.855	1.904.333
PIS e COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	797.279	792.998	813.418	808.498
IRRF ^(iv)	2.768	2.674	842.079	793.149
INSS ^(v)	531.297	567.640	581.542	615.403
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(vi)	443.483	436.507	523.121	512.209
MP 470 - Parcelamentos de débitos ^(vii)	180.291	-	180.291	-
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 ^(viii)	132.270	128.456	132.270	128.456
Outros	584.041	548.742	824.891	790.390
	4.819.403	4.438.316	8.300.365	7.381.101

- (i) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao ICMS envolvem, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados por suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a dezembro de 2006 e maio a dezembro de 2007. Nestes casos a companhia figura como responsável solidária; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária que, no entendimento fazendário, tal produto enquadrar-se-ia como mercadoria semi-elaborada; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque. (f) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos oriundos de aquisições de mercadorias de empresas que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (g) exigência de ICMS decorrente de substituição tributária e guerra fiscal.
- (ii) A Companhia e suas controladas possuem (a) autos de infração relativos à glosa de deduções da amortização de despesa de ágio; (b) auto de infração relativo à variação cambial e juros incorridos por entender o Fisco que as operações societárias realizadas tiveram o intuito de postergar a liquidação de dívida contraída no exterior por meio da Emissão de Bônus Perpétuos, de modo a reduzir o resultado positivo de variação cambial e (c) A controlada Comgás teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários realizadas em 2015, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).
- (iii) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.

Notas Explicativas

- (iv) A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte"), na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretense ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A controlada Comgás teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte") sobre ganho de capital, cuja contingência é de responsabilidade do antigo acionista controlador conforme disposições contratuais.
- (v) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) O questionamento da IN MPS/SRP nº 03/2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies e (b) Exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, que deveriam ser imunes;
- (vi) As demandas judiciais relacionadas ao IPI estão relacionadas, principalmente, à Instrução Normativa SRF nº 67/98, por meio da qual foi convalidado o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia nos termos da MP 470/2009, sob o infundado argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não seria suficiente para quitação dos respectivos débitos.
- (viii) A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos.

24 Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias

A Companhia contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da Raízen Energia S.A. e da Raízen Combustíveis S.A. e dívidas, líquidas de recursos financeiros, em montante de R\$ 1.979.519, representada por debêntures e linha de capital de giro, para a controlada Cosan Investimentos e Participações S.A.

Em 27 de junho de 2014, a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e Outros Pactos com o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II ("FIP Multisetorial Plus II"), e com o Razac Fundo de Investimento em Participações ("FIP Razac"). Com isso, o FIP Multisetorial Plus II e o FIP Razac subscreveram ações preferenciais, sem direito de voto, de emissão da Cosan Investimentos e Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2.000.000, classificado como passivo financeiro (put option) nas demonstrações financeiras da Companhia.

O passivo financeiro será mensurado levando em consideração o "saldo devedor" do valor do aporte inicial acrescido da atualização financeira deduzido dos dividendos pagos (também atualizados). A Companhia terá a obrigação de realizar o pagamento aos Investidores caso eles exerçam a opção de venda do investimento em 2021.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito de R\$ 3.999.075 e R\$ 3.824.648, inteiramente integralizado, é representado por 407.904.353 e 407.294.353 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em 22 de fevereiro de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento do capital social da Companhia em R\$ 14.427 mediante a emissão de 610.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento do capital social da Companhia em R\$ 160.000, sem a emissão de novas ações ordinárias, mediante a conversão de Reserva Legal.

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Em 31 de dezembro, a composição acionária da Companhia é composta da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan Limited	236.515.386	57,983%
Grupo de Controle	4.028	0,001%
Administradores	17.558	0,004%
Free Float	169.761.142	41,618%
Total acionistas	406.298.114	99,6%
Ações em Tesouraria	1.606.239	0,39%
Total	407.904.353	100,0%

b. Reserva estatutária – reserva especial

A Reserva estatutária – reserva especial tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

c. Dividendos

Em 27 de abril de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 379.998, mediante a utilização de reserva estatutária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2018.

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.315.324
Constituição da reserva legal – 5%	(65.766)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.249.558
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(312.389)
Dividendos excedentes	-
Reserva Estatutária	937.169
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.274
Dividendos interinos exercício corrente	380.000
Dividendos do exercício	312.389
Dividendos pagos	(376.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	338.984

Notas Explicativas

d. Programa de recompra de ações

Em 11 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 4.600.000 ações ordinárias (representativas de 1,129626% da quantidade total de ações).

Em 21 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração aprovou a renovação do Programa de Recompra de ações ordinárias de sua emissão. As operações podem ser realizadas até 21 de dezembro de 2017 e o máximo de ações que podem ser recompradas é de 4.000.000 de ações ordinárias (representativas de 0,98209071% da quantidade total de ações).

No exercício houve recompra no valor de R\$ 79.447 referente a 2.371.700 ações ordinárias com custo unitário máximo de R\$ 37,36, custo unitário mínimo de R\$ 30,43 e Custo unitário médio de R\$ 33,51.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 1.606.239 ações em tesouraria (29.539 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), cujo preço de mercado era de R\$ 41,50 (R\$ 38,15 em 31 de dezembro de 2016).

e. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2016	Resultado abrangente	31/12/2017
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(7.979)	(25.035)	(33.014)
(Perda) ganho com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	(189.286)	204.611	15.325
Perda com benefícios pós-emprego	(52.237)	(15.920)	(68.157)
(Perda) ganho na realização de instrumento financeiro derivativo	(54.631)	9.000	(45.631)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros e disponíveis para venda, líquido de imposto	21.378	4.176	25.554
Total	(282.755)	176.832	(105.923)
Atribuído a:			
Acionistas controladores	(295.923)	179.645	(116.278)
Acionistas não controladores	13.168	(2.813)	10.355

Notas Explicativas**26 Lucro por ação**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias - Básico	1.315.324	1.112.141
Resultado líquido operação descontinuada atribuível a detentores de ações ordinárias - Básico	-	(76.057)
Efeito da diluição:		
<i>Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária</i>	(207)	-
<i>Put option</i>	-	(6.371)
Resultado líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	1.315.117	1.105.770
Resultado líquido de operações descontinuidas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	-	(76.057)
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico - (Em milhares de ações)	411.254	406.274
Efeito de diluição:		
<i>Stock option ⁽¹⁾</i>	687	1.715
<i>Put option</i>	-	5.880
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído - (Em milhares de ações)	411.941	413.869
Resultado Líquido básico por ação ordinária das:		
Operações continuadas	R\$3,19833	R\$2,73742
Operações descontinuidas	-	(R\$0,18721)
Resultado Líquido diluído por ação ordinária das:		
Operações continuadas	R\$3,19249	R\$2,67179
Operações descontinuidas	-	(R\$0,18377)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 11.171.300 ações, referente ao plano de recompra de ações, possuem efeito antidilutivo, por tanto não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído.

27 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta na venda de produtos e serviços	9.537.350	9.215.080
Receita de construção	351.193	339.025
Impostos e deduções sobre vendas ⁽ⁱ⁾	(2.217.766)	(2.012.312)
Receita operacional líquida	7.670.777	7.541.793

- (i) Em 1º de abril de 2017, a alíquota efetiva do Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) sobre venda de gás foi alterada de 12% para 15%.

Notas Explicativas

28 Custos e despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para o exercício de 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-prima	-	-	(4.614.500)	(4.184.448)
Material de uso e consumo na prestação de serviço	-	-	(27.753)	-
Custo de construção – ICPC 01	-	-	(351.193)	(339.025)
Despesas com pessoal	(95.319)	(100.367)	(772.837)	(814.217)
Despesas comerciais	-	-	(82.941)	(72.683)
Despesa com transporte	-	-	(83.905)	(76.278)
Depreciação e amortização	(5.849)	(6.571)	(546.111)	(577.964)
Outras despesas	(26.056)	(27.995)	(203.891)	(125.295)
	(127.224)	(134.933)	(6.683.131)	(6.189.910)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(5.045.884)	(4.586.552)
Despesas com vendas	-	-	(1.039.817)	(1.032.893)
Gerais e administrativas	(127.224)	(134.933)	(597.430)	(570.465)
	(127.224)	(134.933)	(6.683.131)	(6.189.910)

29 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Ganho na cessão de direitos creditórios - (Nota 12)	1.039.966	-
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(78.704)	(89.661)
Outros	(35.115)	3.640
	926.147	(86.021)
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ganho na cessão de direitos creditórios - (Nota 12)	1.039.966	-
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(116.859)	(92.359)
Despesa com ajuste de inventário	-	(15.459)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(35.614)	(13.779)
Outros	(6.510)	5.833
	880.983	(115.764)

Notas Explicativas**30 Resultado financeiro**

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	-	(10.714)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	55.170
Resultado com derivativos e valor justo	182.350	(758.157)
Amortização do gasto de captação	(245)	(4.850)
	182.105	(718.551)
 Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa	 105.764	 82.749
	105.764	82.749
 Custo da dívida, líquida	 287.869	 (635.802)
 Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	31.484	87.400
Atualização de outros ativos financeiros	125.977	18.827
Juros sobre capital próprio	86.209	188.052
Juros sobre outras obrigações	(210.023)	(403.578)
Despesas bancárias e outros	(245.385)	(108.753)
Variação cambial	(267.074)	61.842
	(478.812)	(156.210)
 Resultado financeiro, líquido	 (190.943)	 (792.012)
 Reconciliação		
Despesas financeiras	(691.178)	(744.408)
Receitas financeiras	377.302	384.590
Variação cambial	(62.726)	828.401
Efeito líquido dos derivativos	185.659	(1.260.595)
Resultado financeiro, líquido	(190.943)	(792.012)

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(666.552)	(732.591)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(82.969)	992.534
Resultado com derivativos e valor justo	(56.314)	(1.369.944)
Amortização do gasto de captação	(1.056)	(73.832)
Descontos obtidos em operações financeiras	-	85.962
Fianças e garantias sobre dívida	(27.753)	(50.819)
	(834.644)	(1.148.690)
 Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa ⁽ⁱ⁾	 360.001	 323.154
	360.001	323.154
 Custo da dívida, líquido	 (474.643)	 (825.536)
 Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis ⁽ⁱ⁾	97.724	177.845
Atualização de outros ativos financeiros	125.977	18.827
Juros sobre capital próprio ⁽ⁱ⁾	(12.291)	(9.448)
Juros sobre outras obrigações ⁽ⁱ⁾	(345.737)	(561.068)
Despesas bancárias e outros	(282.881)	(116.718)
Variação cambial ⁽ⁱ⁾	(6.543)	8.229
	(423.751)	(482.333)
 Resultado financeiro, líquido	 (898.394)	 (1.307.869)
 Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.728.300)	(1.720.365)
Receitas financeiras	728.598	799.912
Variação cambial	(81.201)	1.001.581
Efeito líquido dos derivativos	182.509	(1.388.997)
Resultado financeiro, líquido	(898.394)	(1.307.869)

(i) Os valores apresentados em 31 de Dezembro de 2016, foram reclassificados entre linhas para melhor divulgação.

Notas Explicativas

31 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos de investimento	1.849.820	3.203.907
Títulos e valores mobiliários	700.035	371.167
Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487
Instrumentos financeiros derivativos	1.052.105	747.411
	5.288.678	4.392.972
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.300.508	787.023
Contas a receber de clientes	950.701	753.969
Recebíveis de partes relacionadas	207.266	259.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13.114	142.856
	2.471.589	1.942.958
Total	7.760.267	6.335.930
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.783.987	5.324.662
Fornecedores	1.805.385	1.467.570
Pagáveis a partes relacionadas	398.586	150.107
Dividendos a pagar	373.277	94.055
Parcelamento de débitos tributários	207.790	191.856
Obrigações com acionistas preferencialistas	1.442.680	1.769.427
Outros passivos financeiros	90.725	25.734
Outros passivos	-	137.544
	10.102.430	9.160.955
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.891.007	3.813.467
Contraprestação contingente	116.542	166.807
Instrumentos financeiros derivativos	114.531	283.541
	4.122.080	4.263.815
	14.224.510	13.424.770

Notas Explicativas

Estrutura de gerenciamento de risco

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a Termo	61.606	438.689	96	(14.983)
	61.606	438.689	96	(14.983)
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	2.284.808	1.816.934	328.703	113.125
Contratos de Swap (juros e câmbio)	4.736.772	4.315.575	608.775	365.728
	7.021.580	6.132.509	937.478	478.853
Total de instrumentos contratados pela Companhia			937.574	463.870
Ativos			1.052.105	747.411
Passivos			(114.531)	(283.541)

Risco de crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	3.150.328	3.990.930
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	950.701	753.969
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.052.105	747.411
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	207.266	259.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber ⁽ⁱ⁾	13.114	142.856
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	700.035	371.167
	6.073.549	6.265.443

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros derivativos são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
AAA	327.583	-
AA	4.443.753	4.124.002
A	-	725.208
BBB	-	260.298
	4.771.336	5.109.508

- (ii) O risco de crédito de cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência, e qualquer entrega a grandes clientes costumam ter a cobertura de cartas de crédito ou outras formas de seguro de crédito.

Notas Explicativas

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	31/12/2017				31/12/2016	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.101.651)	(1.421.706)	(4.760.467)	(7.224.094)	(15.507.918)	(17.067.976)
Fornecedores	(1.805.385)	-	-	-	(1.805.385)	(1.467.570)
Instrumentos financeiros derivativos	147.619	43.659	(27.212)	301.897	465.963	(415.315)
Outros passivos financeiros	(90.725)	-	-	-	(90.725)	(25.734)
Dividendos a pagar	(373.277)	-	-	-	(373.277)	(94.055)
Parcelamento de débitos tributários	(68.605)	(14.242)	(37.443)	(102.046)	(222.336)	(210.836)
	(4.292.024)	(1.392.289)	(4.825.122)	(7.024.243)	(17.533.678)	(19.281.486)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado para determinadas operações.

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2017	31/12/2016
	R\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	765.370	413.414
Contas a receber de clientes	14.894	11.940
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.575.894)	(5.559.995)
Contraprestação contingente	(64.213)	(68.388)
Pagáveis a partes relacionadas	(210.497)	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	4.216.517	6.413.619
Exposição cambial, líquida	(853.823)	1.210.590

⁽¹⁾ Estes saldos equivalem ao valor do nomenclal em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2017, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
	31/12/2017	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de dezembro de 2017	3,3080	3,4000	4,2500	5,1000	2,5500	1,7000

A Companhia utiliza consultoria especializada para as projeções de mercado.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	21.286	196.664	393.328	(196.665)	(393.328)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	414	3.827	7.655	(3.826)	(7.654)
Derivativos	Baixa do USD	331.524	1.169.838	2.339.675	(1.169.838)	(2.339.675)
Empréstimos,						
financiamentos e debêntures	Alta do USD	(155.073)	(1.432.742)	(2.865.484)	1.432.742	2.865.484
Contraprestação contingente	Alta do USD	(1.786)	(16.499)	(32.999)	16.500	33.000
		196.365	(78.912)	(157.825)	78.913	157.827

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	159.848	39.962	79.924	(39.962)	(79.924)
Títulos e valores mobiliários	44.312	11.078	22.156	(11.078)	(22.156)
Derivativos de taxa de juros ⁽ⁱ⁾	850.056	(551.529)	(1.038.719)	744.012	1.613.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(547.669)	(41.376)	(82.752)	41.376	82.752
Impactos no resultado	506.547	(541.865)	(1.019.391)	734.348	1.594.221

⁽ⁱ⁾ O cenário provável para os instrumentos financeiros derivativos representa o saldo atual de marcação a mercado.

Notas Explicativas

O cenário provável considera as projeções das taxas de juros, elaborada por consultoria especializada e também pelo Branco Central do Brasil, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
CDI	6,33%	7,91%	9,49%	4,75%	3,16%
TJ462	7,75%	9,44%	11,13%	6,06%	4,38%
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
IPCA	4,02%	5,00%	6,00%	3,00%	2,00%
FED FUNDS	2,25%	2,81%	3,28%	1,69%	1,13%

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor de mercado das *Senior Notes* com vencimento em 2018, 2023 e 2027 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo (nota 18) é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2017, de 99,75 % (95,68% em 31 de dezembro de 2016), 101,93 % (96,05% em 31 de dezembro de 2016) e 108,46%, respectivamente, do valor nominal de face.
- O valor justo dos Bônus Perpétuos cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (nota 18) é baseado em seu preço de mercado cotado como 31 de dezembro de 2017 de 102,02% (100,03% em 31 de dezembro de 2016) do valor de face das obrigações em 31 de dezembro de 2017.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 18.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Anualmente, a Companhia avalia o risco de crédito de suas contrapartes e um eventual impacto no valor justo de dívidas e derivativos. Na maioria dos casos, dado que a Companhia é tomadora de empréstimos, o resultado, além de imaterial, reduz o seu passivo.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de default.

Notas Explicativas

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
			31/12/2017			31/12/2016		
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Aplicações em fundos de investimento	1.849.820	3.203.907	-	1.849.820	-	-	3.203.907	-
Títulos e valores mobiliários	700.035	371.167	-	700.035	-	-	371.167	-
Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487	346.716	1.340.002	-	70.487	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.052.105	747.411	-	1.052.105	-	-	747.411	-
Total	5.288.678	4.392.972	346.716	4.941.962	-	70.487	4.322.485	-
Passivo								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.891.007)	(3.813.467)	-	(3.891.007)	-	-	(3.813.467)	-
Contraprestação contingente ⁽ⁱ⁾	(116.542)	(166.807)	-	-	(116.542)	-	-	(166.807)
Instrumentos financeiros derivativos	(114.531)	(283.541)	-	(114.531)	-	-	(283.541)	-
Total	(4.122.080)	(4.263.815)	-	(4.005.538)	(116.542)	-	(4.097.008)	(166.807)

- (i) A avaliação da contraprestação contingente considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando o cenário mais provável de receitas e do EBITDA projetado, que por sua vez determinam a capacidade de geração de caixa. Os inputs significativos não observáveis são a previsão da taxa de crescimento anual da receita, previsão da margem do EBITDA e a taxa de desconto de 13% ajustada ao risco.

Hedge accounting

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações que ambos os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.534.072	(146.697)	1.387.375
Amortização dos juros	(86.149)	(66.204)	(152.353)
Valor justo	199.676	(39.714)	159.962
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.647.599	(252.615)	1.394.984

Em maio de 2017 a controlada indireta COMGAS designou a contabilização de *hedge accounting* de valor justo para o seu contrato de empréstimo “Debêntures 5ª emissão”. Utilizando operações com derivativos, a COMGAS protegeu seu fluxo de caixa futuro, trocando o risco de juros atrelados ao IPCA por percentuais do CDI.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais sobre o capital investido.

Notas Explicativas

32 Obrigações de benefícios pós-emprego

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Futura	44.431	43.401
Futura II	1.237	163
COMGÁS	439.791	397.916
	485.459	441.480

Plano de pensão***Contribuição definida***

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida a todos os empregados. Os ativos do plano são mantidos pelos planos Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar (“Futura II”), e Plano de Aposentadoria COMGÁS – PLAC. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições das patrocinadoras para os planos totalizam R\$ 100 (R\$ 88 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Passivo atuarial***Benefício definido***

Plano de benefício definido saldado, cujos participantes ativos possuem um benefício saldado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que leva a Companhia a adotar como provisão o valor presente dos benefícios, e que os participantes assistidos recebem renda vitalícia pelo plano. Os principais riscos atuariais são:

- (i) a sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade;
 - (ii) a rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IGP-DI; e
 - (iii) a composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.
- A Companhia contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- **Futura:**

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade S.A. (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 3.896 (R\$ 4.571 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A duração média ponderada da obrigação é de 11,32 anos. Em 2018 a controlada espera fazer contribuição no montante de R\$ 4.051 em relação ao seu plano de benefício definido.

Notas Explicativas

• COMGÁS:

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 22.796 (R\$ 23.588 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A duração média ponderada da obrigação é de 13,7 anos.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigação de benefício definido inicial	830.585	654.329
Custo dos serviços correntes	271	238
Juros sobre obrigação atuarial	86.138	84.017
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	72.223	(2.340)
Benefícios pagos	(56.128)	(55.648)
Obrigação de benefício definido final	902.786	732.897
Valor justo inicial dos ativos do plano	(388.142)	(361.026)
Receitas de juros	(40.577)	(45.453)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(16.634)	(9.151)
Contribuições do empregador	(3.896)	(4.572)
Benefícios pagos	33.332	32.060
Valor justo final dos ativos do plano	(415.917)	(388.142)
Superávit (déficit) do exercício	486.869	344.755
Passivo líquido de benefício definido	486.869	344.755
Despesa total reconhecida no resultado:		
	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(271)	(238)
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(46.312)	(39.892)
	(46.583)	(40.130)

Notas Explicativas

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	31/12/2017	31/12/2016
Montante acumulado no início do exercício	252.473	116.430
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(7.865)	94.070
Ganhos e perdas atuariais decorrentes ativos maior que a taxa de desconto	(1.845)	51.124
	(16.634)	(9.151)
Montante acumulado no final do exercício	226.129	252.473

Os ativos do plano são compostos dos seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	408.347	98,18%	364.659	93,95%
Renda variável	3.411	0,82%	19.407	5,00%
Outros	4.159	1,00%	4.075	1,05%
	415.917	100,00%	388.141	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e outras informações, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	Futura		COMGÁS	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto	9,55%	10,84%	9,52%	10,83%
Taxa de inflação	4,00%	4,50%	4,00%	4,50%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	7,12%	7,64%
Futuros aumentos de pensão	4,00%	4,50%	4,00%	4,50%

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,5%	-0,5%
Futura	(21.739)	23.800
Futura II	(93)	98
COMGÁS	(27.459)	30.977

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

Notas Explicativas

33 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações em vigor. O primeiro “Plano de Opção de Compra de Ações” prevê a distribuição de opções de compra de ações a administradores e funcionários da Companhia e controladas. O segundo “Plano de Remuneração Baseado em Ações” prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. Em ambos os casos, o direito de compra de opções ou recebimento de ações dá-se após o cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração, por opção deste, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

a) Stock Option

O plano de opção de compra de ações contempla ações de emissão da Companhia até o limite de 5% do total de ações. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

A quantidade de opções outorgadas no plano de opção de compra de ação é determinada pelo Conselho de Administração ou Comitê específico, com preço de exercício das opções equivalente ao valor médio do preço de fechamento da ação nos últimos trinta pregões da B3 anteriores à data de outorga (“grant date”). O preço de exercício é atualizado mensalmente pela variação do Índice Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) entre a data de outorga e o mês anterior ao envio da notificação de exercício da opção pelo beneficiário.

O período de aquisição e a posição das opções outorgadas em aberto são demonstrados a seguir:

Programas de opção	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$(ⁱⁱ)
				Opções outorgadas	Opções exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Option									
18/08/2011 - Tranche A	1 a 7	12,39%	31,44%	4.825.000	(4.417.000)	408.000	22,80	23,31	6,80
18/08/2011 - Tranche B	1 a 12	12,39%	30,32%	5.000.000	(2.000.000)	3.000.000	22,80	23,31	8,15
12/12/2012 - Tranche C	1 a 7	8,78%	31,44%	700.000	(420.000)	280.000	38,89	42,33	10,10
24/04/2013	5 a 7	13,35%	27,33%	970.000	(110.000)	860.000	45,22	48,31	17,95
25/04/2014	5 a 7	12,43%	29,85%	960.000	(70.000)	890.000	39,02	39,14	15,67
31/08/2015	5 a 7	14,18%	33,09%	759.000	(85.000)	674.000	19,96	18,90	7,67
				13.214.000	(7.102.000)	6.112.000			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Expectativa de exercício – representa o prazo esperado para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade – a Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Dividendos esperados – os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações. Os dividendos esperados, utilizados nos modelo de precificação Black-Scholes, para as concessões do exercício foi de 3,80%.

Notas Explicativas

Taxa de juros isenta de risco – a Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na B3 na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Foi reconhecido o montante de R\$5.972 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima. (R\$ 8.369 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016)

b) Stock Grant

1. Cosan S.A Indústria e Comércio

O plano de remuneração baseado em ações, por sua vez, prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações. O valor das ações distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior a outorga.

Em 27 de abril de 2017 e 31 de julho de 2017, dois novos planos de pagamento baseado em ações foi aprovado em Assembleia da subsidiária Cosan S.A, que passou a vigorar a partir da outorga.

Foram garantidas 274.000 e 298.107 ações do Plano de Remuneração Baseado em Ações, que serão transferidas integral e gratuitamente após 5 anos, a contar da aprovação da outorga, em quantidade eventualmente ajustada – os dividendos pagos no período poderão, a critério exclusivo da Companhia, ser convertidos em novas ações, condicionado ao período de carência, nos termos de cada programa de outorga de ações.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações foi utilizada a metodologia Black and Scholes. Dadas às características do Plano, o valor justo equivale ao valor da ação na data da outorga (R\$ 32,11 e R\$ 36,06).

O período de aquisição e a posição das ações outorgadas em aberto são demonstrados a seguir:

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$(⁶)
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Grant									
27/04/2017	5	15,00%	32,75%	274.000	(30.000)	244.000	32,11	32,11	32,11
31/07/2017	5	15,00%	33,70%	298.107	(28.100)	270.007	36,06	36,06	36,06
				572.107	(58.100)	514.007			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Foi reconhecido o montante de R\$3.855 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima.

2. Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS

Em 20 de abril de 2017 e 08 de dezembro de 2017, foram aprovados em Assembleia dois novos modelos de remuneração baseada em ações na subsidiária Comgás, que passou a vigorar a partir da outorga.

Notas Explicativas

Foram outorgadas 61.300 e 97.780 ações do Plano de Remuneração Baseado em Ações, que serão transferidas integralmente após 5 anos, a contar da aprovação da outorga, em quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período, condicionado ao exercício das funções do beneficiário na Companhia, nos termos de cada Programa de outorga de ações.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações foi utilizada a metodologia Black and Scholes. Dadas às características do Plano, o valor da ação na data da outorga (R\$ 37,29 e R\$36,37).

Foi reconhecido o montante de R\$856 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima. Não houve cancelamentos e exercícios no período

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$(i)
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Grant									
20/04/2017	5	12,16%	27,20%	61.300	-	61.300	47,80	-	37,29
08/12/2017	5	10,09%	30,00%	97.780	-	97.780	54,25	-	36,37
				159.080	-	159.080			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

c) Movimentação da remuneração

O número e a média ponderada dos preços de exercício das opções dos programas da Companhia são os seguintes:

	Quantidade de opções Stock Option	Quantidade de ações Stock Grant	Quantidade total dos planos	Preço de exercício médio ponderado
31 de dezembro de 2016	7.978.000	-	7.978.000	29,05
Outorgadas	-	572.107	572.107	36,06
Canceladas	(461.000)	(49.894)	(510.894)	
Exercidas	(1.405.000)	(8.206)	(1.413.206)	23,19
31 de dezembro de 2017	6.112.000	514.007	6.626.007	29,84

As opções/ações existentes em 31 de dezembro de 2017 possuem um preço de exercício entre R\$ 18,90 a R\$ 48,31 (2016: R\$ 19,31 a R\$ 47,82) e A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de dezembro de 2017 era de 2,6 (3,4 anos em 2016). A média ponderada dos preços na data de exercício, para opções de compra de ações exercidas em 2017, foi de R\$ 29,84 (2016 R\$ 29,05).

34 Eventos subsequentes

34.1 Cessão de créditos

Em 31 de janeiro de 2018 foi recebido o montante de R\$ 1.340.000 referente a cessão de crédito a terceiros descrita na (nota 12).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cosan S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosan S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de instrumentos financeiros (Notas explicativas 3.3 e 32) - Controladora e Consolidado

Para financiamento de suas operações e investimentos em ativos não monetários, a Companhia e suas controladas captam recursos de terceiros, cujas condições as expõem a riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira e taxas de juros. De forma a reduzir tal exposição, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps de taxa de juros e câmbio, e contratos a termo. Os instrumentos financeiros derivativos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, são valorizados utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento, uso de premissas e estimativas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, valorização, gerenciamento, reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos a lista das instituições financeiras com as quais a Companhia e suas controladas detêm contratos de instrumentos financeiros e obtivemos carta de confirmação sobre os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2017. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, efetuamos recálculo independente do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade, risco de taxas de juros e câmbio e a classificação dos instrumentos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a valorização dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Designação e efetividade dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de proteção - hedge de valor justo (Notas explicativas 3.3 e 32) - Controladora e Consolidado

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para gerir a sua exposição ao risco cambial e de taxa de juros, que surgem durante o curso normal do seu negócio. Quando apropriado, certos contratos de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (swaps) são designados para a contabilidade de proteção (hedge de valor justo) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia e suas controladas a variação da taxa de juros. Devido à relevância dos instrumentos financeiros

protegidos, ao alto grau de julgamento e estimativas utilizadas e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, designação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia e suas controladas para demonstrar a conciliação entre o objeto do hedge versus o instrumento designado para contabilidade de proteção e efetuamos o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia e suas controladas. Consideramos ainda a adequação e suficiência das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para a comprovação da designação e efetividade dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de proteção – hedge de valor justo no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas explicativas 3.14 e 23) – Consolidado

A controlada da Companhia do segmento de lubrificantes reconheceu ativos fiscais diferidos, relativos a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da controlada da Companhia em projetar resultados futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais. Avaliamos ainda se as projeções indicam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ágio sobre combinações de negócios (Notas explicativas 3.7 e 18) - Controladora e Consolidado
A aquisição das operações de lubrificantes em anos anteriores resultou em reconhecimento de ágio, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impacto relevante no valor do ágio. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, baseados em informações históricas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados para testar a mensuração do valor recuperável do ágio preparada pela Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração preparada pela Companhia é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Equivalência patrimonial de controlada em conjunto (Nota explicativa 16) - Controladora e Consolidado

A Companhia possui participação indireta em controlada em conjunto que atua no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. Em função do segmento em que atua, a valorização dos ativos biológicos está sujeita a julgamento significativo envolvendo: área estimada de colheita, produtividade prevista, taxas de desconto, quantidade e preços projetados. Devido à relevância do investimento na controlada em conjunto e ao grau de

juízo e estimativas utilizadas para valorização dos ativos biológicos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores da controlada em conjunto. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pela controlada em conjunto, e efetuamos a avaliação do trabalho realizado sobre a valorização de ativos biológicos, as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria da controlada em conjunto. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelo auditor da controlada em conjunto, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os procedimentos realizados para a valorização dos ativos biológicos da controlada em conjunto e consequentemente seu efeito na equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos juízo profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ/MF 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045

O Conselho Fiscal da COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes, concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam para o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo (SP), 21 de fevereiro de 2018

NADIR DANCINI BARSANULFO MARCELO CURTI

ALBERTO ASATO JOSÉ MAURICIO D'ISEP COSTA

LUIZ CARLOS NANNINI

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2017

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Cosan S.A. Indústria e Comércio é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em 28 de março de 2012, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

O Comitê é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 anos, reelegíveis por no máximo 10 anos. Todos os membros são independentes e sendo que 1 (um) atua também como conselheiro de administração. Sendo o Sr. Mailson Ferreira da Nóbrega o membro especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Cosan S.A. Indústria e Comércio, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 1 de março de 2018 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela contratação e aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria, Riscos e Controles Internos e desenvolve sua atuação de forma ampla e independente observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2017

O Comitê reuniu-se 4 (quatro) vezes no período de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018. Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
- d) análise do processo de certificação dos Controles Internos – SOX junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
- e) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;
- f) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- g) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e dos Release de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- h) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- i) realização de reuniões periódicas com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das

transações;

k) atenção às transações com partes relacionadas com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações;

l) acompanhamento dos programas de Compliance Jurídico e do processo de gestão de riscos, atualização da Matriz ERM e do sistema de apoio (VP).

O Comitê reuniu-se 3 (três) vezes em 2017 para deliberar assuntos extraordinários, são eles:

- a) Operação de crédito REFIS
- b) Operação de put Shell
- c) Operação de cessão de direitos creditórios

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Cosan S.A. Indústria e Comércio, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Maílson Ferreira da Nóbrega

João Ricardo Ducatti

Felício Mascarenhas de Andrade

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COSAN S/A

Os membros do Comitê de Auditoria da Cosan ("Companhia), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo IV.13 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelos Conselhos de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise deste pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

Mailson Ferreira da Nobrega
Membro do Comitê de Auditoria da Cosan S/A

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria da Cosan S/A

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Cosan S/A

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 22 de fevereiro de 2018 pela KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6.